



**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
HENRIQUE SOMMER
MACEIRA – LEIRIA**

SABER SER E SER COM SABER...

**Valorizar e Potenciar a Relação
com a Comunidade**

PROJETO EDUCATIVO

2026-2029



Índice

INTRODUÇÃO	2
I - IDENTIDADE	3
1. MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E VALORES	3
2. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA do AEHS	4
2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	4
2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO... ..	5
2.3. O PATRONO	5
3. CARACTERIZAÇÃO INTERNA do AEHS.....	5
3.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.....	5
3.2. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	6
3.3. 2.º/3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO	8
3.4. ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	9
3.5. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	10
3.6. OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA.....	13
3.7. INCLUSÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: ESTRUTURAS DE INTERVENÇÃO	14
II – ENQUADRAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA, PEDAGÓGICA E DIDÁTICA	24
1. PERFIL DEMOGRÁFICO DOS DISCENTES.....	24
III – RESULTADOS ACADÉMICOS (QUADRIÉNIO 2021-2022 a 2024-2025).....	27
1. SUCESSO E QUALIDADE DO SUCESSO (Ensino Regular)	27
2. AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS.....	30
IV - DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL.....	32
V - DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO	37
VI - DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	67
VII - AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	68
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente Projeto Educativo (PE), elaborado no quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, afirma-se como um documento orientador da ação do Agrupamento de Escolas Henrique Sommer (AEHS). Para além do seu carácter normativo, reforça a identidade do Agrupamento enquanto unidade educativa articulada em torno dos valores associados ao Patrono Henrique Sommer e da ligação à comunidade local.

Assume-se como um referencial comum de natureza pedagógica, organizacional, curricular e administrativa, promotor de práticas educativas adequadas aos diferentes contextos e sustentadas na experiência acumulada ao longo dos anos. Define os princípios, valores, metas e estratégias que sustentam a sua missão, para um horizonte de três anos até ao ano letivo 2028/2029. O diagnóstico e a elaboração deste documento foram realizados em 2025/2026.

A política educativa do Agrupamento assenta nos princípios de uma Escola para Todos, inclusiva, promotora da autonomia e flexibilidade curricular, fortemente ligada ao meio envolvente e orientada para o desenvolvimento das competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO). Valoriza a formação integral dos alunos, preparando-os para os desafios da sociedade atual, nomeadamente nas áreas da cidadania, sustentabilidade ambiental, solidariedade, empreendedorismo, inovação e digitalização.

Desde a constituição do Agrupamento, em 1999, os sucessivos Projetos Educativos têm refletido as prioridades e desafios de cada contexto histórico e educativo, destacando-se dimensões como a organização e consolidação do Agrupamento, a melhoria das aprendizagens e dos resultados académicos, a inovação pedagógica, a qualidade do serviço educativo, a autonomia, a inclusão e o reforço da ligação à comunidade **(Cf. Anexo A)**.

O atual PE dá continuidade à identidade institucional e à sua dimensão comunitária, assumindo como eixo central o mote “Saber Ser e Ser com Saber... Valorizar e Potenciar a Relação com a Comunidade”. Num contexto marcado pelas transformações tecnológicas, sociais e ambientais, o Agrupamento reforça o compromisso com uma educação inclusiva, flexível e centrada no desenvolvimento dos alunos, indispensáveis aos desafios do presente e do futuro e consubstanciados no PASEO.

Em suma, a marca distintiva do nosso PE reside na humanização das práticas, no ambiente familiar e acolhedor que caracteriza o Agrupamento, onde ainda prevalece uma relação intergeracional em que pais e filhos encontram a sua referência identitária.

O documento integra a caracterização estruturante do Agrupamento, a definição da sua Missão, Visão, dos seus Princípios e Valores, o enquadramento da ação educativa, pedagógica e didática, os resultados académicos relativos ao quadriénio 2021-2022 a 2024-2025. O diagnóstico organizacional, os domínios estratégicos de intervenção, formas de divulgação e a respetiva avaliação. A informação essencial é complementada nos anexos.

O presente Projeto Educativo foi desenvolvido com base numa análise fundamentada de bibliografia de referência **(Cf. Anexo I)** e da legislação em vigor **(Cf. Anexo J)**, integrando os princípios teóricos e normativos que sustentam a sua conceção, implementação e avaliação.



I - IDENTIDADE

1. MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E VALORES

“Saber Ser e Ser com Saber - valorizar e potenciar a relação com a Comunidade”

Ao AEHS está confiada a **Missão** de serviço público, que consiste em dotar todas e cada uma das crianças/alunos/formandos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar/valorizar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural da Região e do País.

A **Visão** do PE do Agrupamento assenta no desenvolvimento de um trabalho articulado com a Comunidade Educativa, que conduza a uma Cultura de:

- Qualidade numa Escola para Todos;
- Escola baseada em valores humanistas e ambientais;
- Valorização do Trabalho e da Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Abertura à Comunidade e ao Meio;
- Agrupamento Promotor de Saúde.

Para cumprir a sua missão, o AEHS adota uma governação/ação baseada em **Princípios** de serviço público, de competência, de qualidade, de responsabilidade, de equidade, de inclusão, de aprendizagem ao longo da vida e de prestação de contas, que permita continuar a prosseguir caminhos conducentes à concretização dos objetivos e das metas deste PE. Assume, como seus, os princípios que orientam, justificam e dão sentido ao PASEO (M.E., 2017).

A Cultura de Escola deve ser pautada pelos **Valores** que a seguir se enunciam:

VALORES	ESPECIFICAÇÃO
Democraticidade	na participação ativa e representativa dos vários agentes educativos nas várias vertentes da vida escolar.
Responsabilidade e integridade	no estabelecimento de relações interpessoais de confiança e respeito mútuo, processo fundamental num serviço educativo de qualidade.
Humanismo	no respeito pela dignidade individual de todos os membros da comunidade educativa, associado a comportamentos de partilha e entreajuda.
Competência	pelo reconhecimento do mérito daqueles que promovem a valorização da cooperação, potenciando a melhoria contínua do serviço prestado à comunidade.
Eficiência	através da gestão racional de todos os recursos postos à disposição da escola pela comunidade, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado.
Cooperação	na promoção de uma atitude de colaboração e partilha, consideradas como condição necessária para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada um.
Excelência e exigência	alicerçadas na busca de melhores soluções, processos mais eficazes e desempenhos de qualidade.

Quadro 1: Valores que sustentam a Cultura de Escola

2. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA do AEHS

2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Maceira é uma freguesia do concelho, comarca, distrito de Leiria e Diocese de Leiria – Fátima, com 47,03 Km² de área; confrontando a Oeste com as freguesias de Pataias, Martingança e Alpedriz (Concelho de Alcobaça); a Leste com as freguesias de Azoia e Parceiros (Concelho de Leiria), a Norte com a freguesia de Marinha Grande e Moita (Concelho de Marinha Grande) e a Sul com as freguesias de Juncal e Calvaria de Cima (Concelho de Porto de Mós) e com a freguesia de Batalha (Concelho de Batalha).



Figura 1 – Localização da freguesia

Dados dos *Censos de 2021* registam 9141 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 194,37 hab./Km².

A Maceira continua a ser uma das freguesias mais populosas e dinâmicas do concelho de Leiria, mantendo a sua relevância industrial e histórica na região. A população feminina é maioritária, seguindo a tendência nacional: 4728 mulheres (51,7%) e 4413 homens (48,3%).

A freguesia possui uma estrutura económica fortemente assente nos setores secundários (indústria) e terciário (serviços), beneficiando da sua localização estratégica entre Leiria e Marinha Grande. Em 2021, os valores da taxa de desemprego na região de Leiria situavam-se entre os mais baixos do país, uma tendência que se reflete na Maceira devido à forte oferta industrial. Este setor é o motor histórico da freguesia. Destacam-se a indústria extrativa e de materiais de construção, com a Fábrica Secil como grande referência, além de unidades de moldes, plásticos e serralharia. Relativamente ao setor terciário, constata-se que tem crescido de forma constante, abrangendo o comércio de retalho, serviços de logística, oficinas de automóveis e restauração. Quanto ao setor primário, embora a agricultura tenha perdido peso nas últimas décadas, ainda persiste através de explorações agrícolas familiares e algumas unidades de produção florestal.

A Maceira funciona como um polo de emprego, atraindo trabalhadores de freguesias vizinhas, ao mesmo tempo que uma parte considerável dos seus residentes se desloca diariamente para trabalhar nas cidades de Leiria ou Marinha Grande.

A rede escolar encontra-se centralizada no Agrupamento de Escolas Henrique Sommer, que serve toda a freguesia e é recorrentemente distinguido pela qualidade do ensino público.

Lugares da Freguesia: A-do-Barbas, A-dos-Pretos, Alcolgulhe de Cima, Arnal, Arneiro, Costa de Baixo, Costa de Cima, Campos, Cavalinhos, Cascaria, Cerca, Charneca do Arnal, Fonte do Rei, Gândara, Maceira, Maceira-Lis, Maceirinha, Mangas, Pocariça, Porto do Carro, Ribeira, Telheiro, Vale da Gunha, Vale Salgueiro, Valverde e Venda.

2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Relativamente ao enquadramento histórico, no sentido de tornar este documento conciso, são explicitadas, no **Anexo B**, informações relativas à Toponímia e ao Património Histórico e Cultural. São, ainda, referidas as Instituições existentes, as Associações de Animação Social, Cultural e Desportiva, dados referentes à Demografia, à Caracterização Industrial e à Dinâmica da Comunidade.

2.3. O PATRONO

Tendo Henrique Sommer sido um dos mais importantes industriais portugueses do final do século XIX e início do século XX, com uma relevante obra social, destaca-se esta personalidade como patrono do Agrupamento de Escolas, como consta do **Anexo C**, dedicado a este importante empreendedor humanista.

3. CARACTERIZAÇÃO INTERNA do AEHS

O AEHS é constituído por diversos estabelecimentos de educação e de ensino, onde convivem várias valências escolares, conforme se explicita nos quadros que se seguem relativos ao ano letivo 2025-2026.

3.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO e RECURSOS HUMANOS

	Crianças – 20 Educadoras – 1		Crianças – 44 Educadoras – 2
	Crianças – 42 Educadoras – 2		Crianças – 43 Educadoras – 2
	Crianças – 25 Educadoras – 1		Crianças – 20 Educadoras – 1
	Crianças – 20 Educadoras – 1		Crianças – 20 Educadoras – 1

Quadro 2: Estabelecimentos de educação e Recursos humanos da EPE

ORGANIZAÇÃO INTERNA

JARDINS DE INFÂNCIA	Grupos	Salas					Total de Crianças
		2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	
A-do-Barbas	1	0	6	3	10	1	20
A-dos-Pretos	2	0	19	9	13	4	45
Cavalinhos	1	0	10	8	5	2	25
Costas	1	0	7	8	3	2	20
Centro Escolar – Escola Básica de Maceira	2	1	8	18	13	2	42
Maceirinha	2	0	2	18	1	0	21
Pocariça	1	0	2	15	3	0	20
Porto do Carro	1	0	9	4	6	0	20
Total de crianças							214

Quadro 3: Organização interna dos Jardins de Infância

3.2. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO e RECURSOS HUMANOS

 A-dos-Pretos	Alunos – 92 Professores titulares de turma – 4	 Costas	Alunos – 31 Professores titulares de turma - 2
 Cavalinhos	Alunos – 58 Professores titulares de turma - 3	 Maceira	Alunos – 153 Professores titulares de turma – 8
 Porto do Carro	Alunos – 28 Professores titulares de turma – 2		

Quadro 4: Estabelecimentos de educação e Recursos humanos do 1.º CEB

ORGANIZAÇÃO INTERNA

ESCOLAS DO 1.º CICLO	Turmas	Anos de escolaridade				Total de Alunos
		1.º	2.º	3.º	4.º	
A-dos-Pretos	AP-1	24	-	-	-	92
	AP-2	-	18	-	-	
	AP-3	-	-	24	-	
	AP-4	-	-	-	26	
Cavalinhos	CA-1	5	-	-	14	58
	CA-2	-	17	-	-	
	CA-3	4	-	18	-	
Costas	CO-1	9	-	-	9	31
	CO-2	-	5	2	-	
Centro Escolar - Escola Básica de Maceira	MA-1A	19	-	-	-	153
	MA-1B	16	1	-	-	
	MA-2A	-	18	-	-	
	MA-2B	-	18	-	-	
	MA-3A	-	-	17	-	
	MA-3B	-	-	18	-	
	MA-4A	-	-	-	26	
	MA-4B	-	-	-	20	
Porto do Carro	PC-1	7	-	-	9	28
	PC-2	-	5	7	-	
Total de alunos						362

Quadro 5: Organização interna das Escolas do 1.º CEB

Outras situações	N.º de Professores
Apoio Educativo	5

Quadro 6: Apoio Educativo

3.3. 2.º/3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: ESCOLA-SEDE

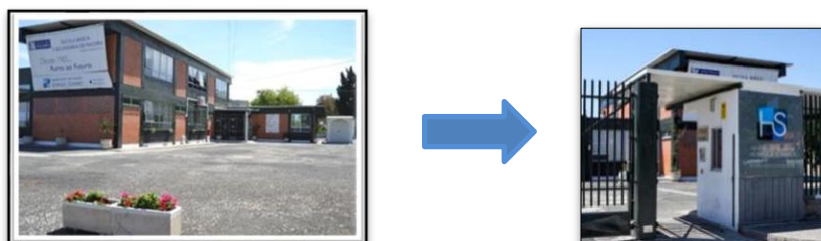


Figura 2 – Escola-Sede do AEHS

ORGANIZAÇÃO INTERNA e RECURSOS HUMANOS

Ano	Turma	N.º de Alunos	Total de alunos por ano	Total de alunos por ciclo	Pessoal Docente											
5.º	A	23	95	203	92											
	B	25														
	C	22														
	D	25														
6.º	A	27	108			203	92									
	B	27														
	C	27														
	D	27														
7.º	A	22	88	299				92								
	B	21														
	C	23														
	D	23														
8.º	A	23	101			299			92							
	B	23														
	C	26														
	D	29														
9.º	A	28	110							299	92					
	B	28														
	C	25														
	D	29														
10.º	A	31	63	174								92				
	B	32														
11.º	A	28	65										174	92		
	B	37														
12.º	A	23	46			174									92	
	B	23														
CP1	---	22	61	61												92
CP2	---	15														
CP3	---	24														
TOTAL				737	92											

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

ASSISTENTES OPERACIONAIS	ASSISTENTES TÉCNICOS	TÉCNICOS SUPERIORES
56	8	5

Quadro 7: Organização interna e Recursos Humanos da Escola-Sede

BECRE

Biblioteca Escolar do Agrupamento	N.º de Elementos
Bibliotecária – Coordenadora – Apoio à BECRE	1
Bibliotecária do Centro Escolar	1
Apoio à BECRE	Vários

Quadro 8: Recursos Humanos da BE/CRE

3.4. ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

CONSELHO GERAL

O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa.

Conselho Geral	N.º de elementos
Presidente*	1
Representantes dos Docentes	7
Representantes do Pessoal Não Docente	2
Representantes dos Alunos	2
Representantes dos Pais / Encarregados de Educação	4
Representantes da Autarquia	2
Representantes da Comunidade	3

* Sérgio Paulo da Costa Fernandes (Docente do Grupo 520)

Quadro 9: Constituição do Conselho Geral

DIRETOR

O Diretor é o órgão de administração e gestão do Agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

EQUIPA DA DIREÇÃO

Diretora	Eugénia Maria Silva Gomes Domingues
Subdiretor	Jorge Manuel Ruivo Bajouco
Adjuntas	Rosa Maria Ferreira Simões Vigarinho
	Maria João Henriques Nogueira Coelho
	Elsa Maria Filipe Frade dos Santos
Assessores Técnico-Pedagógicos da Direção	Sandra Raquel Pacheco Silva
	Luís Manuel Martins Coelho Dias

Quadro 10: Constituição da Equipa da Direção

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

CONSELHO ADMINISTRATIVO

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do Agrupamento, nos termos da legislação em vigor.

Presidente do Conselho Administrativo	Eugénia Maria Silva Gomes Domingues
Subdiretor	Jorge Manuel Ruivo Bajouco
Chefe dos Serviços de Administração Escolar	Maria do Carmo Coimbra Fernandes

Quadro 11: Constituição do Conselho Administrativo

CONSELHO PEDAGÓGICO

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do Agrupamento, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.

Presidente do Conselho Pedagógico – Diretora do AEHS de Maceira
Coordenadora do Departamento de Línguas
Coordenadora do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais e
Coordenadora QUALIFICA e da Educação e Formação de Adultos
Coordenadora do Departamento Ciências Sociais e Humanas
Coordenadora do Departamento de Expressões
Coordenadora do Departamento do 1.º CEB
Coordenadora do Departamento da Educação Pré-Escolar
Coordenadora dos Serviços Especializados da Educação Especial
Coordenadora de Ciclo – 1.º CEB
Coordenadora dos Diretores de Turma do 2.º CEB
Coordenadora dos Diretores de Turma do 3.º CEB
Coordenadora dos Diretores de Turma do Ensino Secundário
Coordenadora dos Diretores de Turma do Ensino Profissional
e Coordenadora dos Cursos Profissionais e Erasmus+
Coordenadora da Biblioteca Escolar/CRE, Coordenadora de Projetos e do Plano de Atividades
Coordenadora da Equipa de Autoavaliação e do Projeto Educativo
Coordenadora dos Serviços de Psicologia e Orientação

Quadro 12: Constituição do Conselho Pedagógico

3.5. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

CONSELHO DE COORDENADORES DE DEPARTAMENTO

Diretora
Coordenadora do Departamento da Educação Pré-escolar
Coordenadora do Departamento do 1.º CEB
Coordenadora do Departamento de Línguas
Coordenadora do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais
Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais e Humanas
Coordenadora do Departamento de Expressões
Coordenadora do Departamento de Educação Especial

Quadro 13: Constituição do Conselho de Coordenadores de Departamento

CONSELHO DE COORDENADORES DE CICLO

Coordenadora de Ciclo – 1.º CEB
Coordenadora dos Diretores de Turma do 2.º CEB
Coordenadora dos Diretores de Turma do 3.º CEB
Coordenadora dos Diretores de Turma do Ensino Secundário

Quadro 14: Constituição do Conselho de Coordenadores de Ciclo

OUTROS COORDENADORES

QUALIFICA e Educação e Formação de Adultos	Um docente
Iniciativa Novas Oportunidades	Um docente
Página web	Um docente do grupo 550
Centro Escolar	Um docente do 1.º CEB
Serviços de Psicologia e Orientação	Um Psicólogo

Quadro 15: Outros Coordenadores

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO (APEE)

A APEE, em estreita colaboração com o corpo docente, não docente e a direção da escola, constitui um espaço de participação, voluntário, que desafia todos os pais e encarregados de educação a envolverem-se nas atividades dos seus educandos, com o objetivo de lhes transmitir sentido cívico e de colaboração nas comunidades e grupos em que estão integrados.

Presidente	Margarida Fernandes Ruivaco (mandato anual)
------------	---

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES (AE)

A AE é o órgão que representa os estudantes da escola. É independente, livre de elaborar os respetivos estatutos e outras normas internas, de eleger os seus órgãos dirigentes, de gerir e administrar o seu património e de elaborar o seu plano de atividades.

Presidente	Mafalda Cunha (mandato anual)
------------	-------------------------------

DEPARTAMENTOS CURRICULARES: ORGANIZAÇÃO INTERNA

Departamento	Coordenador de Disciplina/ Grupo Disciplinar	Representante de Disciplina	Grupo Disciplinar	N.º de docentes
Departamento de Línguas	X		Português (grupo 210)	1
	X		Inglês (grupo 220)	4
	X		Português (grupo 300)	12
	X		OT (grupo 300)	
	X		Francês (grupo 320)	1
	X		Inglês (grupo 330)	5
Departamento de Matemática e Ciências Experimentais	X		Matemática/CN (grupo 230)	6
	X		Matemática (grupo 500)	7
	X		Físico-Química (grupo 510)	9
	X		Biologia e Geologia (grupo 520)	6
	X		Informática (grupo 550)	8

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Departamento	Coordenador de Disciplina/ Grupo Disciplinar	Representante de Disciplina	Grupo Disciplinar	N.º de docentes
Departamento de Ciências Sociais e Humanas	X		HGP (grupo 200)	3
		X	EMRC (grupo 290)	2
	X		História (grupo 400)	5
		X	Filosofia (grupo 410)	1
	X		Geografia (grupo 420)	4
		X	Economia (grupo 430)	1
Departamento de Expressões	X		EV/ET (grupo 240)	3
		X	EDM (grupo 250)	1
	X		EDF (grupo 260)	2
		X	EDV/OAT (grupo 600)	2
	X		EDF (grupo 620)	4
Departamento de Educação Especial	X		Educação Especial (grupo 910)	11

Quadro 16: Organização interna dos Departamentos Curriculares

EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO (EAA)

O AEHS estrutura e valoriza mecanismos organizados e sistematizados de autoavaliação, potenciando a autorregulação interna, tendo em vista parâmetros de melhoria, sustentabilidade, consistência e impacto, dando fundamento às linhas de ação educativa e pedagógica. Utiliza o modelo *Common Assessment Framework* (CAF Educação), que em Portugal recebeu a designação de *Estrutura Comum de Avaliação*, reconhecido internacionalmente como metodologia de gestão da qualidade e da melhoria, cujo ciclo avaliativo de quatro anos, no Agrupamento, inclui a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria, a priorização, o planeamento e a implementação de ações de melhoria e de sustentabilidade, a avaliação dos resultados e a definição de novos avanços.

Coordenadora da EAA, do Projeto Educativo e Docente do Ensino Secundário
Coordenadora da Educação Pré-Escolar
Coordenadora do Departamento do 1.º Ciclo
Docente do 2.º Ciclo
Docente do 3.º Ciclo e Professora Bibliotecária
Docente do Ensino Secundário / Coordenadora do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais / Coordenadora do Centro Qualifica
Coordenadora do Gabinete de Estatística
Coordenadora INO
Coordenadora EQAVET
Coordenadora Técnica
Assistente Operacional
Elemento da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento
Aluno representante no Conselho Geral
Elemento da Associação de Estudantes
Representante da Junta de Freguesia

Quadro 17: Organização interna da EAA

FORMAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE

A formação do pessoal docente e não docente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho, é da responsabilidade da comissão pedagógica, órgão científico-pedagógico de direção estratégica, coordenação, supervisão e acompanhamento do plano de formação e do plano de atividade do Centro de Formação e Associação de Escolas (CFAE), constituída pelos seguintes elementos:

- a) O diretor do CFAE, que coordena;
- b) O conselho de diretores;
- c) A secção de formação e monitorização, responsável pelo plano de formação de cada uma das escolas associadas, correspondendo a um dos elementos do conselho pedagógico.

A comissão pedagógica desenvolve o seu trabalho tendo em vista uma maior adequação às necessidades e prioridades de formação contínua das escolas e dos seus profissionais.

O organograma da organização escolar encontra-se no **Anexo D**.

3.6. OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA

O AEHS afirma-se como uma instituição de referência na educação e formação da região de Leiria, oferecendo percursos educativos diversificados que respondem às necessidades dos alunos, das famílias e do tecido empresarial local. Com uma oferta abrangente, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, o Agrupamento promove uma formação inclusiva e orientada para o sucesso académico, pessoal e profissional dos seus alunos. Mantém uma forte intervenção na qualificação de adultos, reforçando o seu compromisso com a aprendizagem ao longo da vida e com o desenvolvimento da comunidade local.

Atualmente, **a oferta educativa e formativa** está estruturada da seguinte forma:

• Pré-Escolar

• Ensino Básico

- ✓ 1.º ciclo
- ✓ 2.º ciclo
- ✓ 3.º ciclo

• Ensino Secundário

- ✓ Cursos científico-humanísticos:
 - Ciências e Tecnologias
 - Línguas e Humanidades
 - Ciências Socioeconómicas
- ✓ Cursos profissionais:
 - Técnico de Multimédia
 - Técnico de Turismo

• Educação de Adultos (Centro Qualifica do AEHS)

- ✓ RVCC Escolar
- ✓ RVCC Profissional
- ✓ EFA (Ensino Secundário)
- ✓ PLA
- ✓ Competências Digitais

3.7. INCLUSÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: ESTRUTURAS DE INTERVENÇÃO

Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

O CAA constitui-se como um espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos humanos e materiais, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes no Agrupamento, valorizando, assim, os saberes e as experiências de todos, num contínuo de respostas educativas que contemplem a diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

As atribuições da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva configuram-se a partir de uma visão holística na condução do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em função das características de cada aluno, no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação dessas mesmas medidas, reforçando o envolvimento dos docentes, dos técnicos, dos pais ou encarregados de educação e do próprio aluno (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).

Sintetizam-se as medidas seletivas e adicionais por ano de escolaridade, nos quatro anos letivos anteriores, para que se possa ter uma perceção do trabalho desenvolvido junto das crianças/alunos ao longo do seu percurso escolar.

Os dados recolhidos referem-se aos valores apurados no final do 3.º período de 2021/22 e 2022/23 e ao 2.º semestre de 2023/24 e 2024/25.

ANO LETIVO	1.º ANO		2.º ANO		3.º ANO		4.º ANO		TOTAL		%	
	MED. SEL.	MED. ADI.	MED. SEL.	MED. ADI.	MED. SEL.	MED. ADI.	MED. SEL.	MED. ADI.	MED. SEL.	MED. ADI.	MED. SEL.	MED. ADI.
2021/2022	1	1	4	3	5	2	8	2	18	8	6,4%	2,9%
2022/2023	1	0	4	3	5	1	5	4	15	8	5%	2,6%
2023/2024	4	0	1	1	7	3	5	2	17	6	5%	1,8%
2024/2025	2	3	5	0	2	0	10	4	19	7	5,5%	2%

Quadro 18: Medidas Seletivas e Adicionais 2021-2025 no 1.º CEB

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

	TURMAS	2021/22				2022/23				2023/24				2024/25				2025/26			
		Seletivas		Adicionais		Seletivas		Adicionais		Seletivas		Adicionais		Seletivas		Adicionais		Seletivas		Adicionais	
2.º CICLO	5.ª A	3		1		4		0		4		0		1		2		1		2	
	5.ª B	4		2		4		0		0		3		3		0		3		0	
	5.ª C	5		0		0		2		3		0		2		0		2		0	
	5.ª D	0		0		0		0		0		0		3		0		3		0	
	TOTAL	12	11%	3	4%	8	9%	2	2%	7	8%	3	4%	9	8%	2	2%	9	8%	2	2%
	6.ª A	7		1		3		2		5		0		5		0		5		0	
	6.ª B	2		0		3		2		2		0		1		3		1		3	
	6.ª C	4		0		4		1		2		2		3		0		3		0	
	6.ª D	2		0		1		0		4		0		1		1		1		1	
	TOTAL	15	15%	1	1%	11	11%	5	5%	13	14%	2	2%	10	11%	4	4%	10	11%	4	4%
3.º CICLO	7.ª A	6		1		8		0		8		4		4		9		4		9	
	7.ª B	5		1		5		1		5		3		5		2		5		2	
	7.ª C	2		0		2		0		4		1		5		3		5		3	
	7.ª D	0		0		2		1		3		0		3		0		3		0	
	TOTAL	13	15%	2	2%	17	17%	2	2%	20	18%	8	7%	17	17%	14	5%	17	17%	14	5%
	8.ª A	6		3		5		1		6		0		8		0		8		0	
	8.ª B	3		1		5		2		6		1		5		2		5		2	
	8.ª C	3		0		2		0		3		1		5		3		5		3	
	8.ª D	4		1		2		2		1		0		3		0		3		0	
	TOTAL	16	17%	5	5%	14	15%	5	5%	16	15%	2	2%	21	19%	5	6%	21	19%	5	6%
	9.ª A	4		1		6		3		5		1		9		2		9		2	
	9.ª B	6		1		5		1		6		2		6		1		6		1	
	9.ª C	0		0		3		0		3		1		2		0		2		0	
	9.ª D	4		0		5		1		2		1		1		0		1		0	
	TOTAL	14	17%	2	2%	19	20%	5	5%	16	17%	5	5%	18	17%	3	3%	18	17%	3	3%

Quadro 19: Medidas Seletivas e Adicionais 2021-2025 nos 2.º e 3.º CEB

	TURMAS	2021/22		2022/23		2023/24		2024/25		2025/26	
		Seletivas	Adicionais	Seletivas	Adicionais	Seletivas	Adicionais	Seletivas	Adicionais	Seletivas	Adicionais
SECUNDÁRIO	10.º ano	3 (5%)	0	6 (15%)	0	4 (7%)	0	0	1 (3%)	3 (9%)	0
	11.º ano	2 (4,6%)	0	2 (4%)	0	4 (12%)	0	5 (13,8%)	0	0	1 (3%)
	12.º ano	0	0	2 (5%)	0	2 (5%)	0	3 (8,8%)	0	6 (13%)	0%

Quadro 20: Medidas Seletivas e Adicionais 2021-2025 no Ensino Secundário

Valências de Ensino Estruturado

Este Agrupamento de Escolas conta, no CAA, com valências de Ensino Estruturado/estabelecimentos de ensino e destina-se a apoiar a educação/formação de crianças/alunos que apresentem perturbações enquadráveis no espetro do autismo e manifestação de outras perturbações associadas, constituindo uma resposta educativa específica.

1. Constituem objetivos das unidades de ensino estruturado:

- a) Promover a participação das crianças/alunos com perturbações do espetro do autismo nas atividades curriculares e de enriquecimento curricular, junto dos pares da turma a que pertencem;
- b) Implementar e desenvolver um modelo de ensino estruturado que consiste na aplicação de um conjunto de princípios e estratégias que, com base em informação visual, promovam a organização do espaço, do tempo, dos materiais e das atividades;
- c) Aplicar e desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que, com base no modelo de ensino estruturado, facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- d) Proceder às adequações curriculares necessárias;
- e) Organizar o processo de transição para a vida pós-escolar;
- f) Adotar opções educativas flexíveis, de carácter individual e dinâmico, pressupondo uma avaliação constante do processo de ensino e de aprendizagem da criança/aluno e o regular envolvimento e participação da família.

Estas crianças/alunos frequentam uma turma de referência, contando com o apoio das valências do Ensino Estruturado, enquanto recurso pedagógico especializado. Neste contexto, esta resposta educativa visa melhorar a qualidade de vida destas crianças/jovens, aumentando o seu nível de autonomia e de participação na escola, junto dos seus pares, bem como fomentando a sua inclusão na escola e na sociedade.

Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

Os SPO são uma estrutura especializada que presta apoio psicológico e psicopedagógico aos alunos. A sua função é promover o bem-estar, o sucesso escolar e o desenvolvimento pessoal, a orientação escolar e profissional, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida. Os SPO colaboram com outras estruturas da escola, como a EMAEI e o CAA, contribuindo para a inclusão e para a definição de estratégias que respondam às necessidades dos alunos.

Biblioteca Escolar (BE)

A BE é uma estrutura pedagógica que funciona como polo privilegiado de articulação entre as diversas valências escolares, na intervenção pedagógica e no desenvolvimento de iniciativas de promoção da leitura e de literacias, numa perspetiva multidisciplinar, evidenciadas no âmbito de diferentes projetos, na parceria com as bibliotecas escolares da Rede Concelhia de Leiria e com a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira.

Cursos Profissionais (CP) e Modelo de Autoavaliação EQAVET

Os CP destinam-se principalmente a jovens que concluíram o 9.º ano de escolaridade e pretendem frequentar o ensino secundário com uma formação mais prática e orientada para o mercado de trabalho.

Estes cursos permitem obter uma dupla certificação: a conclusão do 12.º ano e uma qualificação profissional de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). Além da preparação para o exercício de uma profissão, os alunos podem prosseguir estudos no ensino superior, desde que cumpram os requisitos de acesso exigidos.

O modelo EQAVET (*European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training*) é o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional. Trata-se de um sistema europeu criado para ajudar as escolas e entidades de formação a melhorar continuamente a qualidade dos seus cursos profissionais.

A integração do Quadro EQAVET constitui um contributo determinante para o reforço da cultura de qualidade no Agrupamento, promovendo um maior envolvimento, mobilização e participação das partes interessadas internas e externas. Este processo permite consolidar a importância da monitorização contínua, sistemática e reflexiva das práticas implementadas, potenciando igualmente a retoma e consolidação de boas práticas de auscultação, acompanhamento e envolvimento dos diferentes *stakeholders* da comunidade educativa.

Tratando-se de um processo dinâmico e em permanente evolução, o Agrupamento continuará a adequar as suas práticas educativas, pedagógicas e organizacionais às exigências legais e normativas em vigor, procurando simultaneamente responder às constantes transformações dos contextos interno e externo em que se insere.

Ao longo dos últimos anos, o Agrupamento tem vindo a aperfeiçoar progressivamente os seus processos de gestão da formação, desde a identificação das necessidades até à avaliação da eficácia das medidas implementadas. Pretende-se continuar a aprofundar a sistematização dos mecanismos de monitorização, análise e reflexão crítica, numa perspetiva de melhoria contínua das práticas educativas e de consolidação do Sistema de Garantia da Qualidade.

O desafio da melhoria contínua exige uma prestação de serviço educativo cada vez mais eficiente, eficaz, transparente e ajustada às necessidades reais dos alunos e da comunidade.

Na prática, uma escola alinhada com o EQAVET define objetivos, recolhe indicadores de desempenho (como taxas de conclusão dos cursos, empregabilidade dos diplomados e satisfação dos alunos e empregadores), analisa os resultados e implementa melhorias com base nessa análise

Indicadores/Taxas de Sucesso - Cursos de Educação e Formação Profissional

Indicador EQAVET	Resultados		
	Ciclo 2019/22	Ciclo 2020/23	Ciclo 2021/2024
Percentagem de alunos/formandos que completam cursos de EFP inicial.	75,9% (1)	83,3% (1)	72,2% (1)
Proporção de alunos que completam um curso de EFP e que estão no mercado de trabalho, em formação (incluindo nível superior) ou outros destinos, no período de 12-36 meses após a conclusão do curso.	77,7%	76,2%	77%
Percentagem de alunos/formandos que completam um curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o curso/área de Educação e Formação.	5,6%	4,8%	7,7%
Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os formandos que completaram um curso de EFP.	100% (2)	100% (2)	100% (2)

(1) Percentagens calculadas com base nos dados retirados da Plataforma SIGO;

(2) Percentagem calculada com base no número de inquéritos respondidos.

Quadro 21: Indicadores e Taxas de sucesso dos Cursos EFP

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Situação dos Ex-alunos (últimos 36 meses)

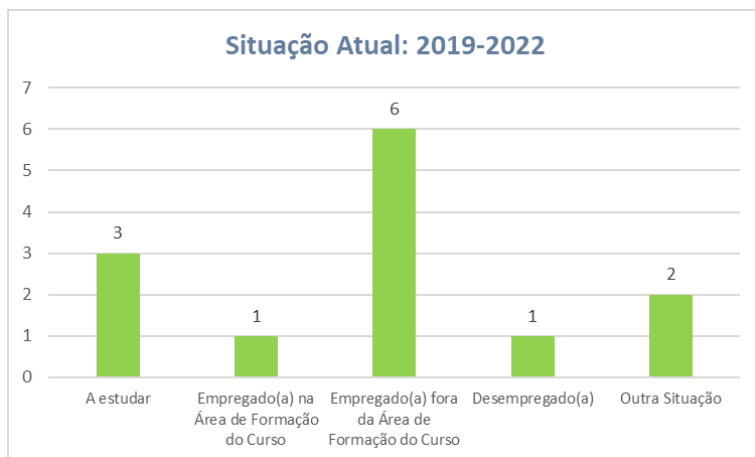


Gráfico 1: Dados de 2019-2022

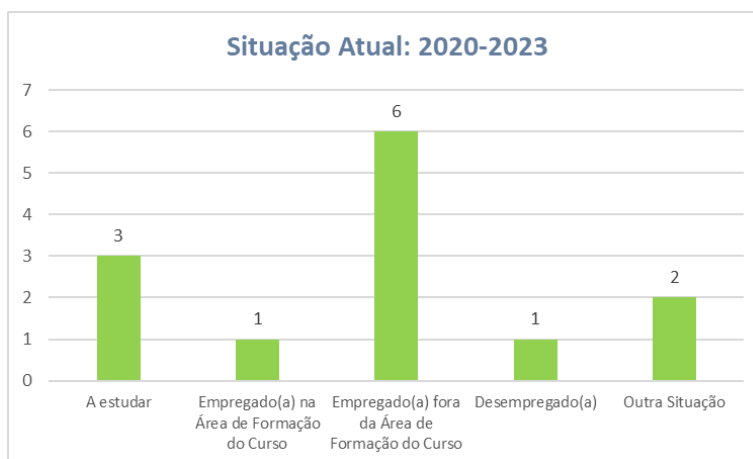


Gráfico 2: Dados de 2020-2023

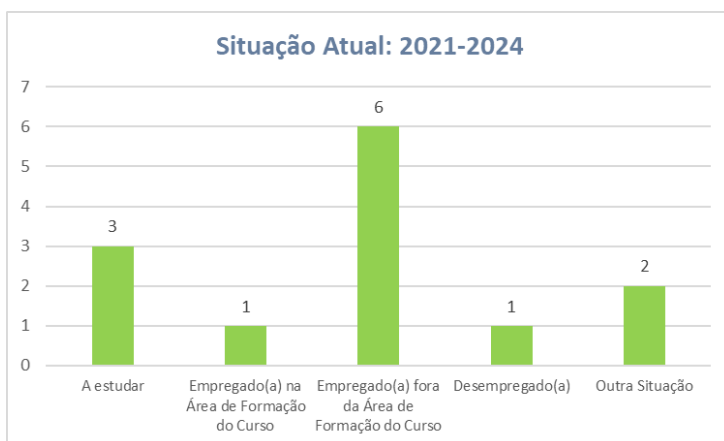


Gráfico 3: Dados de 2021-2024

Este processo continuará a assumir um papel decisivo na sustentabilidade e no sucesso do Ensino e Formação Profissional no AEHS. O Quadro EQAVET orienta a ação educativa para objetivos estratégicos fundamentais, promove uma cultura de participação e auscultação permanentes das partes interessadas internas e externas e reforça o sentido de pertença e compromisso de toda a organização.

A possibilidade de realização de Formação em Contexto de Trabalho e mobilidades internacionais no âmbito do programa Erasmus+ constitui igualmente uma mais-valia de enorme relevância para o Agrupamento, acrescentando uma dimensão internacional à formação dos alunos e promovendo experiências

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

enriquecedoras ao nível pessoal, académico, cultural e profissional. O impacto extremamente positivo das primeiras experiências realizadas reforça a importância estratégica deste investimento na internacionalização do EFP.

O Projeto Educativo do AEHS continuará a refletir, com a maior atenção e compromisso, o enquadramento e valorização dos Cursos Profissionais no seio da comunidade educativa, procurando assegurar uma oferta formativa diversificada, inclusiva e ajustada às diferentes realidades e perfis dos alunos.

Centro Qualifica

O Centro Qualifica do AEHS afirma-se como uma referência no concelho, não apenas por ser o único Centro integrado numa escola pública, mas sobretudo pelo trabalho que desenvolve e pela capacidade de responder de forma eficaz às necessidades reais da população adulta. A sua atuação tem contribuído para consolidar uma oferta formativa de proximidade, credível e alinhada com os desafios atuais da qualificação ao longo da vida. O Centro tem vindo a implementar práticas pedagógicas inovadoras, ajustadas à heterogeneidade dos adultos que acolhe. A sua atuação assenta numa forte dimensão inclusiva, evidenciada pela capacidade de adaptar metodologias e estratégias ao perfil de cada adulto. Em vez de se limitar ao modelo tradicional centrado na história de vida, o Centro aposta numa abordagem mais ampla e reflexiva, que reconhece o adulto como agente ativo, crítico e interveniente na comunidade. É um espaço de oportunidade, inclusão e crescimento, onde cada adulto encontra apoio para se (re)construir, alinhando os seus objetivos pessoais e profissionais.

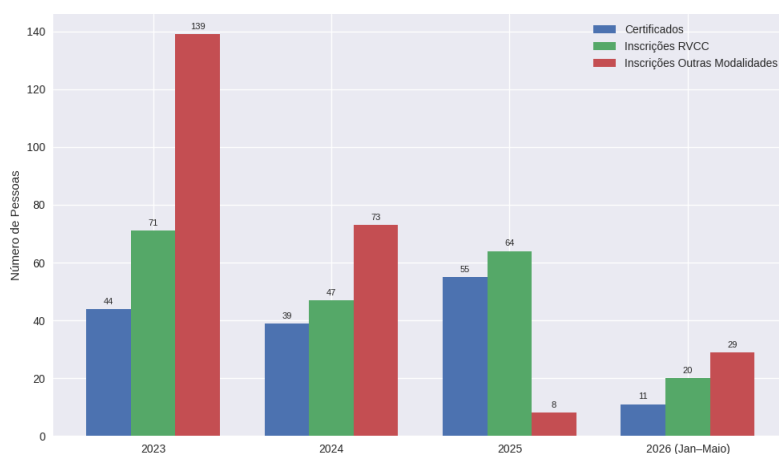


Gráfico 4: Certificados e inscrições anuais com maio/2026

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

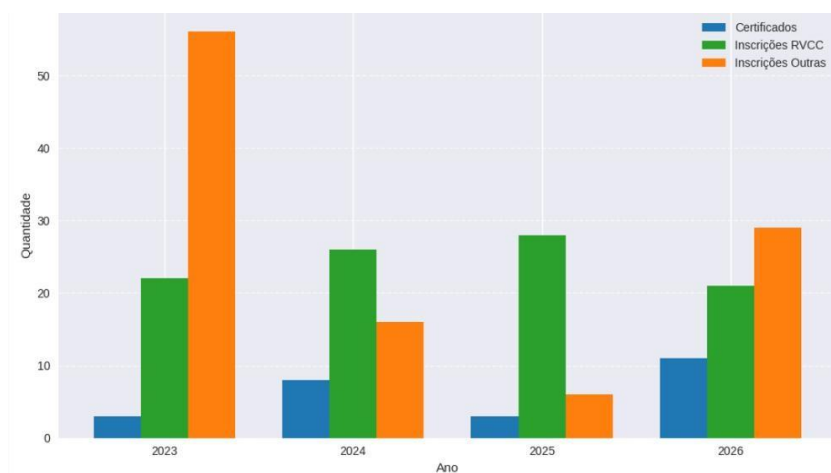


Gráfico 5: Certificados e inscrições de janeiro a maio de 2023-2026

A leitura dos dados anuais do Centro, tal como representados nos gráficos, permite identificar padrões claros na evolução da atividade, revelando simultaneamente a consistência do trabalho desenvolvido e alguns desafios que importa considerar.

No que diz respeito às inscrições em processos de RVCC, observa-se uma trajetória marcada por oscilações, mas que mantém uma procura significativa ao longo dos anos. Em 2026, embora os dados se refiram apenas aos primeiros meses do ano, o volume de inscrições registado indica uma tendência alinhada com os anos anteriores, sugerindo estabilidade na procura. Também ao nível das certificações, o Centro mantém um desempenho consistente. Os dados mais recentes, ainda parciais, apontam para um ritmo que reforça a capacidade do Centro para acompanhar os adultos até à conclusão dos seus percursos.

Perante este contexto, o Centro tem vindo a reforçar as suas estratégias de captação e mobilização de adultos, com especial enfoque no processo RVCC. Entre as ações desenvolvidas destacam-se o reforço da divulgação em meios de comunicação locais, o estreitamento da colaboração com a Câmara Municipal e a articulação com o Agrupamento de Escolas de Marrazes. Estas iniciativas procuram ampliar o alcance da intervenção do Centro, diversificar os públicos e garantir que um maior número de adultos tem acesso a oportunidades de qualificação ajustadas às suas necessidades.

O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Escolares (RVCC Escolar) é um processo que permite obter uma certificação escolar com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos.

Existem processos de RVCC Escolar de nível básico e secundário.

RVCC Escolar	
Nível Básico	Nível Secundário
Cultura, Língua e Comunicação (CLC)	Cultura, Língua e Comunicação (CLC)
Cidadania e Empregabilidade (CE)	Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC)
Competência Digital (CD)	Cidadania e Profissionalidade (CP)
Matemática, Ciências e Tecnologia (MCT)	

O mesmo candidato pode desenvolver em simultâneo um processo de RVCC Escolar e Profissional (RVCC de Dupla Certificação).

A certificação obtida através desta modalidade é equivalente à atribuída nas outras modalidades de qualificação e permite o prosseguimento de estudos.



Português Língua de Acolhimento (PLA)

Os Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA), níveis A1/A2 e B1/B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL), dirigem-se a um público-alvo diversificado, composto por cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, oriundos da Europa e de outros continentes, com idade igual ou superior a 16 anos, cuja língua materna não é a língua portuguesa e/ou que não detenham competências básicas ou intermédias neste âmbito. Funcionam em regime pós-laboral, seguem as diretrizes da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e conferem o respetivo Certificado de Qualificações na conclusão de cada nível.

Citando a Portaria nº 1262/2009, de 15 de outubro, “Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional”. Neste âmbito, os cursos PLA visam dar resposta às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa por pessoas migrantes e, assim, potenciar uma inclusão e coesão social plenas.

Para além disso, o Agrupamento disponibiliza os cursos PLA, tendo como objetivos específicos promover o domínio da língua portuguesa, no âmbito da leitura, escrita e oralidade, bem como dar resposta ao requisito de conhecimento da língua portuguesa, previsto nos regimes jurídicos para aquisição de nacionalidade portuguesa, concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração (Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, alterada pela Portaria n.º 184/2022, de 21 de julho).

Docentes/Formadores	Turmas (2025/26)		
	Nível (QECRL)	N.º de Formandos	Total de Formandos PLA
1 docente	A1	27	85
	A2	23	
1 docente	B1	18	
	B2	17	

Quadro 22: Formandos e Níveis de Proficiência em 2025-2026

Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)

Os Cursos EFA integram-se na oferta formativa da escola como uma modalidade de qualificação orientada para adultos que necessitam de adquirir, completar ou reforçar habilitações escolares e competências profissionais. Esta oferta rege-se pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações, e é regulamentada pela Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro, que define a organização, funcionamento e tipologias dos cursos EFA.

Enquanto modalidade formativa especificamente dirigida a adultos, os cursos EFA apresentam-se como percursos flexíveis, ajustados às necessidades e características deste público, valorizando a aprendizagem ao longo da vida e a integração no mercado de trabalho. Esta portaria alarga ainda a possibilidade de acesso a tipologias diferenciadas de cursos de nível básico ou secundário (tipologias A, B, C), permitindo encurtar o percurso de qualificação em função da escolaridade já detida pelo candidato (Portaria n.º 86/2022 - Anexos I, II e III).

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

A equipa técnico-pedagógica dos cursos EFA é constituída por:

Mediador	Formadores
Responsável pedagógico, que desempenha funções de mediação, acompanhamento e supervisão do percurso formativo.	Formadores das diferentes áreas de educação e formação e das diferentes áreas de competências-chave, em conformidade com o referencial aprovado.

Nos cursos EFA, a formação escolar é estruturada segundo um referencial de competências-chave, organizado em áreas estruturantes que variam consoante o nível de certificação. As áreas estruturantes são:

Para o Ensino Básico:	Para o Ensino Secundário:
• Cidadania e Empregabilidade • Língua Portuguesa • Matemática • TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação)	• Cultura, Língua e Comunicação • Sociedade, Tecnologia e Ciência • Cidadania e Profissionalidade

Este referencial define os conhecimentos, capacidades e atitudes essenciais a desenvolver ao longo do percurso formativo. Enquadra-se no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), que constitui o instrumento estruturante do Sistema Nacional de Qualificações, organizando as ofertas formativas de natureza escolar e profissional orientadas para o desenvolvimento de competências e para a empregabilidade.

Em articulação com esta componente escolar, surgem as Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), que asseguram a componente tecnológica e profissional dos cursos EFA, contribuindo para uma lógica de dupla certificação. As UFCD são unidades modulares que correspondem geralmente a 25 ou 50 horas e integram um conjunto de resultados de aprendizagem específicos relacionados com uma determinada área profissional.

As UFCD são selecionadas de acordo com a qualificação profissional pretendida, o nível (1 a 4) e a tipologia do curso EFA. Cada UFCD inclui os objetivos e resultados de aprendizagem, conteúdos programáticos, cargas horárias, recursos necessários e orientações para avaliação.

A ligação entre estas duas componentes possibilita a organização de trajetos formativos mais flexíveis, contribuindo, de forma integrada, para a melhoria das qualificações, o reforço da inserção profissional e o desenvolvimento contínuo de competências ao longo da vida.

A certificação obtida nos cursos EFA é plenamente reconhecida para efeitos de continuidade de estudos, sendo o acesso regulado pela legislação específica aplicável a cada via formativa.

Erasmus+ e eTwinning

O Programa *Erasmus+* constitui um dos pilares da estratégia de internacionalização do Agrupamento de Escolas Henrique Sommer (AEHS). Na qualidade de instituição acreditada no âmbito do Programa Erasmus+, o AEHS promove a mobilidade de alunos, docentes e demais profissionais da educação, proporcionando a participação em cursos estruturados, atividades de *job shadowing*, mobilidades de alunos e outras iniciativas de cooperação europeia.

A participação nestas ações visa reforçar a qualidade das práticas educativas, fomentar a inovação pedagógica, promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos participantes, incentivar a partilha de boas práticas e consolidar a dimensão europeia da educação, contribuindo, simultaneamente, para a valorização e o prestígio institucional do Agrupamento.

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

O AEHS tem acreditação nos seguintes setores de Educação e Formação:

- Ensino Escolar (SCH);
- Educação de Adultos (ADU);
- Ensino e Formação Profissional (VET).

Paralelamente, o AEHS participa ativamente na ação *eTwinning*, iniciativa da Comissão Europeia integrada na plataforma *European School Education Platform*, que promove a colaboração entre estabelecimentos de ensino europeus através do desenvolvimento de projetos colaborativos em ambiente digital. Esta participação reforça a cooperação internacional, a inovação pedagógica, a integração das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento da cidadania europeia.

II – ENQUADRAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA, PEDAGÓGICA E DIDÁTICA

1. PERFIL DEMOGRÁFICO DOS DISCENTES

A caracterização do perfil demográfico dos discentes permite contextualizar e compreender as suas principais características. Neste contexto, consideram-se variáveis como a nacionalidade dos pais, o grau de parentesco e a formação académica dos encarregados de educação. Relativamente aos discentes, apresenta-se a evolução do seu número, tendo em consideração os nacionais e os estrangeiros (e os respetivos países de origem), desde o ano letivo 2021/2022, o número a usufruir de ASE e as ocorrências disciplinares mais significativas.

Ressalva-se que os dados obtidos através do GIAE apresentam diferenças relativamente a dados internos do Agrupamento. Estas divergências decorrem, sobretudo, da utilização de diferentes fontes de informação e da periodicidade da atualização dos registos.

Apesar dessas diferenças, considera-se que os dados obtidos ajudam a caracterizar os discentes e a contextualizar a ação educativa.

PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

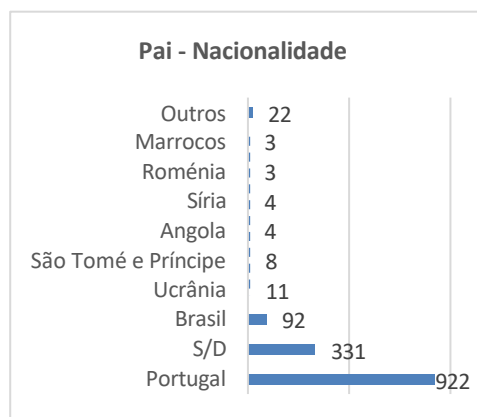


Gráfico 6: Nacionalidade dos pais

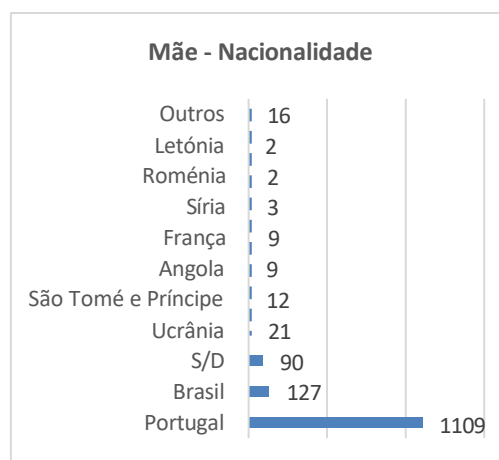


Gráfico 7: Nacionalidade das mães

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

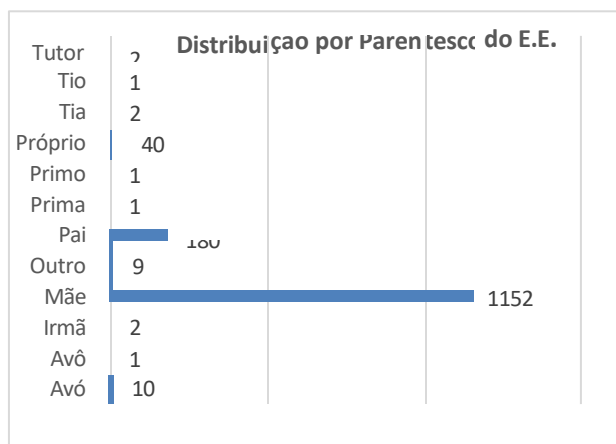


Gráfico 8: Parentesco do encarregado de educação

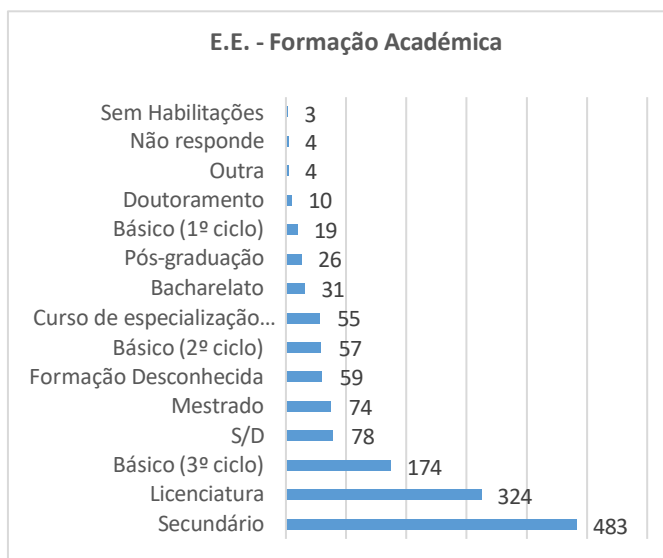


Gráfico 9: Formação académica do encarregado de educação

ALUNOS

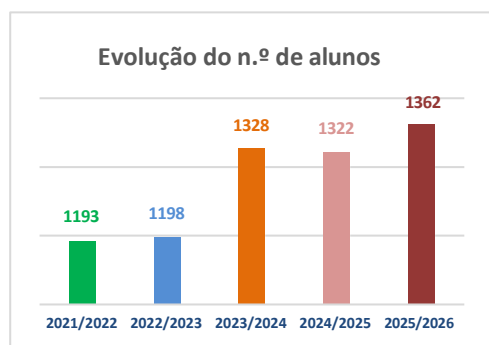


Gráfico 10: Evolução do número de alunos

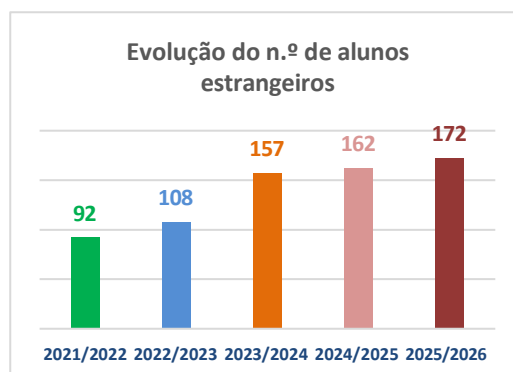


Gráfico 11: Evolução do número de alunos estrangeiros

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

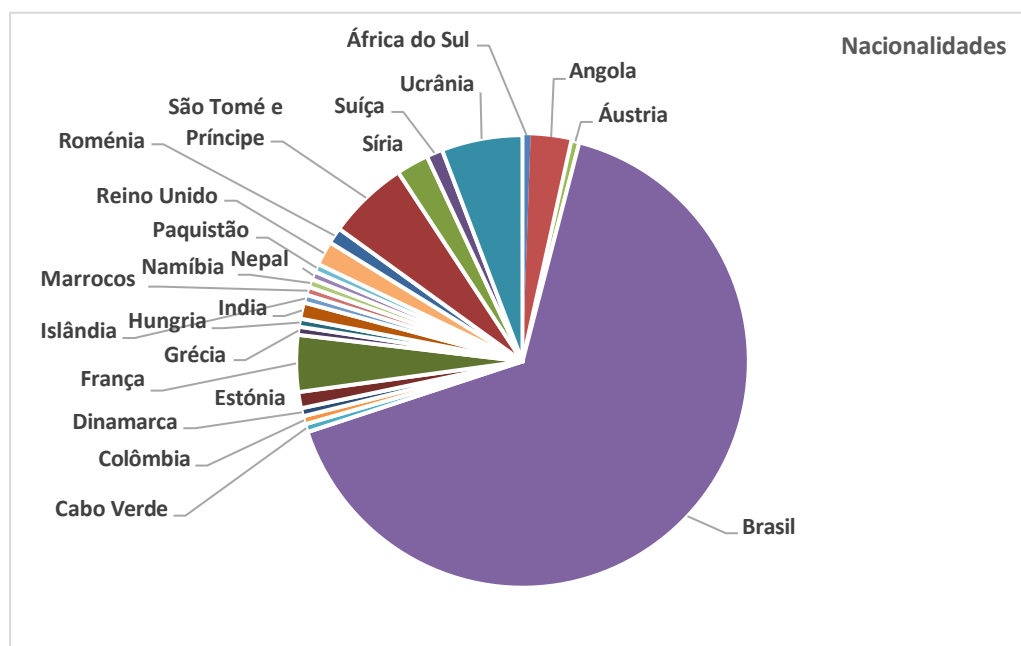


Gráfico 12: Nacionalidades dos alunos estrangeiros

ALUNOS A USUFRUIR DE ASE

Ciclo/Valência	N.º de Alunos	Escalão A	Escalão B
1.º CEB	358	50	43
2.º CEB	203	13	35
3.º CEB	299	29	44
ES	235	8	36
Total	1095	100	158

Quadro 23: Alunos a usufruir de ASE

OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES SIGNIFICATIVAS

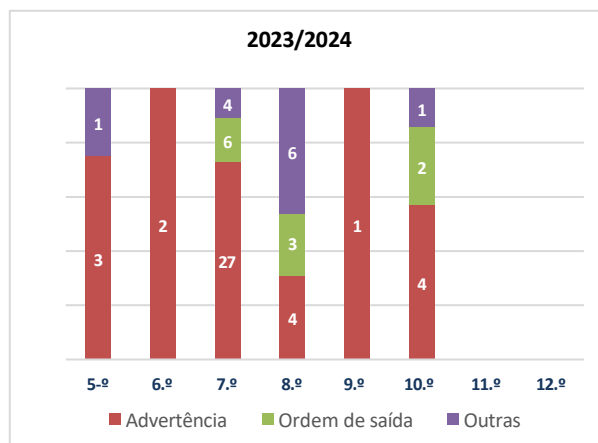


Gráfico 13: Ocorrências em 2023/2024

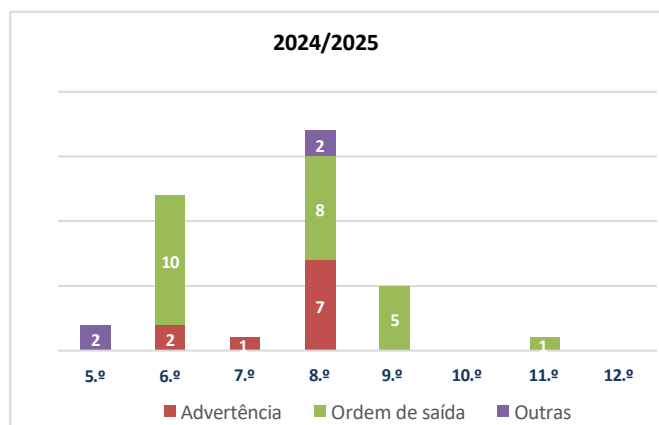


Gráfico 14: Ocorrências em 2024/2025

III – RESULTADOS ACADÉMICOS (QUADRIÉNIO 2021-2022 a 2024-2025)

1. SUCESSO E QUALIDADE DO SUCESSO (Ensino Regular)

Entende-se por taxa de qualidade do sucesso, a percentagem de alunos com sucesso que não obtiveram classificações inferiores a Suficiente/Nível 3/10 Valores, consoante os Ciclos/Cursos.

Síntese 1.º Ciclo

	Total de alunos				Taxa de qualidade de sucesso (%)				Taxa de sucesso (%)			
	21/22	22/23	23/24	24/25	21/22	22/23	23/24	24/25	21/22	22/23	23/24	24/25
1.º	68	94	87	79	92,65%	96,81%	96,51%	93,67%	100,0%	100,0%	98,9%	98,85%
2.º	72	69	98	89	94,29%	92,54%	97,96%	95,40%	97,2%	97,1%	100,0%	97,75%
3.º	64	74	77	104	92,19%	97,22%	97,33%	88,35%	100,0%	97,3%	97,4%	99,04%
4.º	71	66	79	71	81,43%	96,97%	98,72%	81,43%	98,6%	100,0%	98,7%	98,59%
T	275	303	341	343	90,07%	95,99%	97,63%	89,97%	98,91%	98,68%	98,83%	98,83%

Quadro 24: Sucesso e Qualidade do sucesso do 1.º CEB

Síntese 2.º/3.º Ciclos e Secundário

	Total alunos				Taxa qualidade sucesso				Taxa sucesso			
	21/22	22/23	23/24	24/25	21/22	22/23	23/24	24/25	21/22	22/23	23/24	24/25
5.º	90	87	84	104	71,11%	83,53%	82,10%	81,73%	100,00%	97,70%	100,00%	100%
6.º	99	101	95	89	84,21%	83,00%	83,50%	73,26%	95,96%	99,01%	95,80%	96,63%
2.ºC	189	188	179	193	77,84%	83,24%	82,90%	77,89%	97,88%	98,40%	97,80%	98,45%
7.º	87	98	113	104	76,47%	75,00%	67,30%	69,23%	97,70%	93,88%	94,70%	100,00%
8.º	94	91	105	111	65,22%	76,67%	69,00%	60,75%	97,87%	98,90%	95,20%	96,40%
9.º	81	95	97	103	70,13%	63,83%	64,21%	69,70%	95,06%	98,95%	97,90%	96,12%
3.ºC	262	284	315	318	69,92%	71,74%	66,89%	66,45%	97,71%	97,18%	95,90%	97,48%
10.º	60	39	58	64	74,00%	68,57%	77,60%	81,25%	83,33%	89,74%	84,50%	100,00%
11.º	43	48	33	46	100,00%	74,47%	74,20%	86,36%	100%	97,92%	93,90%	95,65%
12.º	29	43	42	34	100%	100%	100%	100%	89,66%	93,85%	88,10%	73,53%
Sec.	132	130	133	144	89,08%	81,15%	83,80%	89,84%	90,15%	90,20%	88,00%	88,89%
T	583	602	627	655	74,11%	77,36%	74,90%	75,40%	96,05%	96,84%	94,70%	94,96%

Quadro 25: Sucesso e Qualidade do sucesso dos 2.º e 3.º CEB e ES

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Taxa de sucesso do Agrupamento

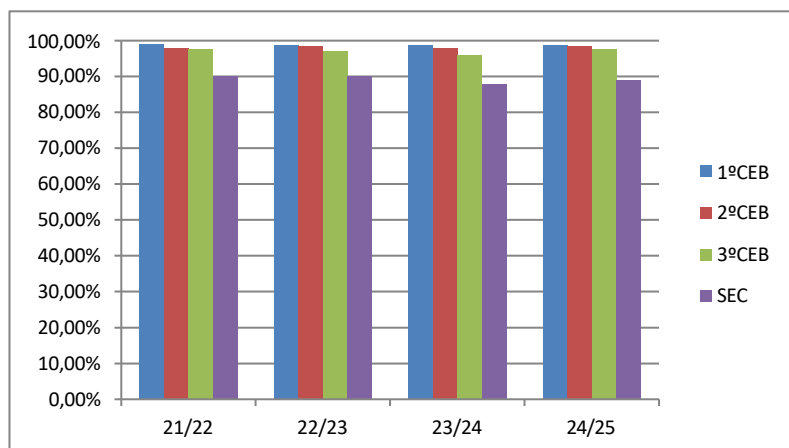


Gráfico 15: Taxa de sucesso do AEHS

Taxa da qualidade do sucesso do Agrupamento

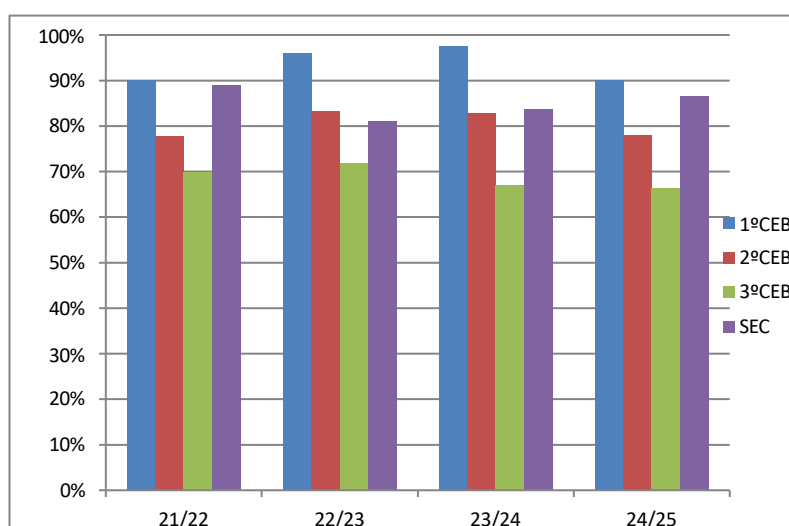


Gráfico 16: Taxa da qualidade do sucesso do AEHS

Taxa de retenção dos alunos do Agrupamento

A taxa de retenção mostra a percentagem de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte (por razões diversas, entre as quais o insucesso escolar e a anulação de matrícula), dentro do número total de alunos matriculados nesse ano letivo.

Os dados referem-se apenas aos alunos matriculados em cursos científico-humanísticos. Não incluem, por exemplo, os alunos matriculados em cursos profissionais e no ensino recorrente para adultos.

1.º CICLO

Ano letivo	Ano de escolaridade	N.º de Alunos	N.º de retenções	Taxa de insucesso
2023/2024	1.º ano	87	1	1,15%
	2.º ano	98	0	0,00%
	3.º ano	77	2	2,60%
	4.º ano	79	1	1,27%
	TOTAL	341	4	1,17%

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

2024/2025	1.º ano	79	0	0,00%
	2.º ano	89	2	2,25%
	3.º ano	104	1	0,96%
	4.º ano	71	1	1,41%
	TOTAL	343	4	1,17%

Quadro 26: Taxa de retenção do 1.º CEB

2.º CICLO

Ano letivo	Ano de escolaridade	N.º de Alunos	N.º de retenções	Taxa de insucesso
2023/2024	5.º ano	84	0	0,00%
	6.º ano	95	4	4,20%
	TOTAL	179	4	2,20%
2024/2025	5.º ano	104	0	0,00%
	6.º ano	89	3	3,37%
	TOTAL	193	3	1,55%

Quadro 27: Taxa de retenção do 2.º CEB

3.º CICLO

Ano letivo	Ano de escolaridade	N.º de Alunos	N.º de retenções	Taxa de insucesso
2023/2024	7.º ano	113	6	5,30%
	8.º ano	105	5	4,80%
	9.º ano	97	2	2,10%
	TOTAL	315	13	4,10%
2024/2025	7.º ano	104	0	0,00%
	8.º ano	111	4	3,60%
	9.º ano	103	4	3,88%
	TOTAL	318	8	2,52%

Quadro 28: Taxa de retenção do 3.º CEB

ENSINO SECUNDÁRIO

Ano letivo	Ano de escolaridade	N.º de Alunos	N.º de retenções	Taxa de insucesso
2023/2024	10.º ano	58	9	15,50%
	11.º ano	33	2	6,10%
	12.º ano	42	5	11,90%
	TOTAL	133	16	12,00%
2024/2025	10.º ano	64	0	0,00%
	11.º ano	46	2	4,35%
	12.º ano	34	9	26,47%
	TOTAL	144	11	7,63%

Quadro 29: Taxa de retenção do ES

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

DADOS GLOBAIS

TOTAL Escola-Sede	Ano de escolaridade	N.º de Alunos	N.º de retenções	Taxa de insucesso
	2023/2024	627	33	5,30%
	2024/2025	655	22	3,35%

Quadro 30: Taxa de retenção do AEHS

2. AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS

Legenda:

Acima do Nacional	Abaixo do Nacional	Em linha com o Nacional
-------------------	--------------------	-------------------------

Comparação das taxas de sucesso (em %) por ano/disciplina no Ensino Básico com os Nacionais*

		AEHS	Nacional
2021/2022	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano LPO	69,7%	63%
	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano MAT	48,5%	42%
2022/2023	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano LPO	90,4%	78,2%
	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano MAT	62,7%	42%
2023/2024	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano LPO	88,2%	76%
	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano MAT	64%	50%
2024/2025	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano LPO	68,1%	69%
	Provas de Final de Ciclo 9.º Ano MAT	75%	49,2%

Quadro 31: Taxa de sucesso do Ensino Básico do AEHS vs Nacional

Fontes: Relatórios do IAVE relativos às Provas de Final de Ciclo e Exames Nacionais do 9.º Ano; Documentos Internos

* Não foram tidos em conta os resultados obtidos pelos alunos que realizaram provas a nível de escola nem os sujeitos a provas de equivalência à frequência.

Comparação das médias (em valores) por disciplina no Ensino Secundário com os Nacionais

		1.ª Fase	
		Alunos Externos, Internos e Autopropostos	
		AEHS	Nacional
2021/2022	FQ A	14	11,7
	BIGE	12,8	10,8
	FIL	16,3	11,1
	ECON	11,6	11,8
	GGF	10,9	11,6
	MACS	12,6	10,5
	HCA	8	12,3
	ING	15,4	11,4
	PT	8,6	10,9
	MAT A	12,9	11,9

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

2022/2023	FQ A	13,1	11,2
	BIGE	14	11,4
	FIL	11,3	11,1
	ECON	8,5	12
	GGF	11,3	10,9
	MACS	10,9	11,1
	HIST A	9,9	11,5
	PT	12,7	12,5
	MAT A	13,7	11
	MAT B	5,1	11,3
2023/2024	FQ A	Internos: 13,5 Todos: 11,9	11,6
	BIGE	Internos: 10,4 Todos: 11,2	9,9
	FIL	9,7	10,3
	ECON	13,5	12,7
	GGF	Internos: 9,7 Todos: 9,6	10,3
	MACS	Internos: 12,3 Todos: 11,3	11,8
	HIST A	10,3	12,4
	PT	11,3	11,1
	MAT A	12,6	12,1
	HST B	10,5	11,6
2024/2025	ING	9,1	14,1
	FQ A	Internos: 12,9 Todos: 11,9	11
	BIGE	Internos: 16,8 Todos: 16,4	12,4
	FIL	Internos: 13,2 Todos: 10,4	10,4
	ECON	Internos: 12,2 Todos: 11,7	11,4
	GGF	Internos: 15,3 Todos: 15	10,1
	MACS	Internos: 9,4 Todos: 10	9,2
	HIST A	Internos: 7,9 Todos: 7,9	10,9
	PT	Internos: 11,9 Todos: 11,4	12,6
	MAT A	Internos: 14,2 Todos: 12,2	10,5
	HCA	Internos: Todos: 10,9	12,6
	ING	Internos: Todos: 10,9	14,1
	Des. A	Internos: Todos: 15	13,6

CONTEXTO:

Quadro 32: Taxa de sucesso do Ensino Secundário do AEHS vs Nacional

2022 - Todos os alunos se apresentaram a exame na qualidade de externos (realizaram exames nacionais para ingresso).

2023 - Todos os alunos se apresentaram a exame na qualidade de externos (realizaram exames nacionais para ingresso).

2024 - Os alunos do 11.º ano realizaram exames na qualidade de internos (aprovação) e os do 12.º ano na qualidade de externos.

2025 - Os alunos realizaram exames na qualidade de internos (aprovação).

IV - DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

A análise **SWOT** (da terminologia anglo-saxónica *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*) permite identificar fatores internos e externos, sendo uma base para a gestão e o planeamento estratégico. Esta análise decorre dos dados fornecidos por processos de recolha de informação no âmbito da autoavaliação/avaliação interna do Agrupamento - Relatório da Avaliação Externa, realizada em 2023-2024, pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, Relatório Organizacional CAF Educação, Relatório EQAVET, Relatório de Autoavaliação do Centro Qualifica, Relatório de Autoavaliação da Biblioteca Escolar, Relatórios dos Observatórios de Qualidade, Relatórios e documentos de Autoavaliação/Avaliação Interna – articulados com o Projeto de Intervenção da Diretora.

Tendo como suporte estes documentos, destacaram-se os **pontos fortes** e **pontos fracos** que se elencam:

Pontos Fortes

FATORES INTERNOS	
Domínios	PONTOS FORTES
Autoavaliação	Existência de uma Equipa de Autoavaliação do Agrupamento (EAA), formada por elementos representativos dos diversos setores, conhecedores da sua realidade organizacional, que se propõe manter o ciclo de autoavaliação e continuar a desenvolver uma prática de autorregulação e melhoria contínua.
	Processo de autoavaliação consistente e contextualizado, decorrente de uma estratégia planeada para as diferentes fases e assente num modelo objetivamente definido.
	Articulação da autoavaliação com outros processos de avaliação interna existentes, o que contribui para o conhecimento generalizado do Agrupamento.
	Melhoria contínua do dispositivo autoavaliativo, nomeadamente pela via da criação do Observatório de Qualidade e pela aplicação do modelo de autoavaliação CAF (<i>Common Assessment Framework</i>).
	Adoção de uma cultura de acompanhamento, monitorização e supervisão do processo educativo por parte das estruturas educativas e órgãos de gestão, tendo em perspetiva a adequação a novas situações e a melhoria contínua dos serviços prestados.
Liderança e gestão	Conhecimento aprofundado da realidade socioeconómica e educativa da população a que o Agrupamento presta o seu serviço educativo.
	Centralidade do desenvolvimento de uma estratégia de gestão alicerçada na dimensão comunitária, assente nas boas relações com a autarquia, o meio empresarial envolvente, os órgãos sociais de entidades socioculturais, desportivas e recreativas, com entidades de saúde, bombeiros, encarregados de educação e demais comunidade educativa.
	Visão estratégica que assenta no desenvolvimento organizacional, projeção da ação na comunidade educativa e na educação inclusiva, com vista à promoção do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
	Ação articulada das lideranças de topo e intermédias que, numa lógica de proximidade e de envolvimento, visam a consecução dos objetivos estratégicos do Agrupamento.
	Quadro de pessoal docente estável, conhecedor do contexto socioeducativo e do meio, aberto a desafios, projetos e experiências.
	Trabalho colaborativo por parte do corpo docente como prática central nas dinâmicas educativas e organizacionais.
	Indicadores que demonstram a existência de um bom clima de Escola.
	Desenvolvimento de uma rede diversificada de parcerias e de protocolos com entidades externas, que tem contribuído para a melhoria do serviço educativo prestado à comunidade.

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

	Rentabilização dos recursos formativos disponibilizados pelo Centro de Formação, por entidades formadoras a nível regional, nacional e a nível internacional, através da candidatura a projetos <i>Erasmus+</i> , para atualização/formação dos profissionais do Agrupamento.
Prestação do Serviço Educativo	Oferta educativa e formativa diversificada, contemplando faixas etárias distintas, possibilitando o desenvolvimento do Perfil dos Alunos, a inclusão e formação ao longo da vida.
	Ação consistente das equipas multidisciplinares, com reflexo positivo no desenvolvimento das competências socioemocionais dos discentes e na prevenção dos comportamentos de risco.
	Dinamismo na conceção, organização e implementação de projetos e atividades variadas, em articulação com as diversas estruturas educativas, que compõem o Plano de Atividades do Agrupamento.
	Intervenção da Associação de Pais/Encarregados de Educação na assunção das suas responsabilidades, no âmbito dos órgãos e estruturas educativas em que tem assento.
	Cultura de inclusão que se traduz na aplicação de medidas ajustadas aos problemas de cada aluno, garantindo equidade e igualdade de oportunidades a todos no acesso ao currículo e à progressão no sistema educativo e na transição para a vida pós-escolar.
	Oferta de vias profissionalizantes que capacitam os discentes para o exercício de uma profissão, respetiva integração no mercado de trabalho e participação ativa na vida em sociedade.
	Reconhecida importância do Centro Qualifica do AEHS, proporcionando a aprendizagem ao longo da vida, com implicações não só na comunidade local e no concelho onde está inserido, mas também nos concelhos limítrofes.
	Papel transversal e abrangente da Biblioteca Escolar, polo de articulação entre as diversas valências do Agrupamento e facilitadora do desenvolvimento de múltiplas literacias e da melhoria das aprendizagens.
Resultados	Resultados escolares sustentáveis dos alunos do Ensino Secundário, com tendência de melhoria em relação aos referentes nacionais.
	Resultados académicos em todos os ciclos/valências escolares, globalmente em linha ou acima das médias nacionais, incluindo a avaliação externa dos alunos.
	Taxas de sucesso escolar por ciclo elevadas (acima de 95%), com a ambição de se pretenderem sustentar e/ou melhorar.
	Taxas de abandono escolar residuais.
	Desenvolvimento de competências cívicas indutoras de uma cidadania ativa, responsável, sustentável e inclusiva, nas crianças e alunos.
	Expressivo grau de satisfação e reconhecimento comunitário pela qualidade do serviço educativo prestado pelo Agrupamento, em prol do desenvolvimento da sociedade local.

Quadro 33: Pontos Fortes

Pontos Fracos/Áreas de Melhoria

FATORES INTERNOS	
Domínios	PONTOS FRACOS/ÁREAS DE MELHORIA
Autoavaliação	Aprofundamento da instrumentalidade do dispositivo de autoavaliação, no sentido da explicação dos níveis de sucesso alcançados e da identificação de medidas concretas de melhoria do processo de ensino e de aprendizagem das crianças e alunos.
Liderança e gestão	Valorização estratégica da multiculturalidade nas dinâmicas educativas e formativas internas, enquanto recurso educativo que acrescente visibilidade às diferentes culturas presentes.
	Degradação e desatualização do parque e estruturas escolares, quer ao nível dos espaços físicos, quer dos equipamentos e da rede de internet, comprometendo o desenvolvimento

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

	de competências tecnológicas e digitais, iniciativas pedagógicas inovadoras e a otimização da individualização pedagógica.
	Insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros, o que condiciona a execução plena de projetos diferenciadores e de desenvolvimento curricular individualizado.
Prestação do Serviço Educativo	Implementação de procedimentos sistemáticos de supervisão pedagógica, em contexto de sala de atividades/aula, no sentido de promover o desenvolvimento profissional e a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.
	Aprofundamento da articulação curricular vertical, desde a Educação Pré-Escolar aos ciclos sequenciais do Ensino Básico, tendo em vista a evolução progressiva das aprendizagens das crianças e dos alunos.
	Existência de um número significativo de alunos com situações pessoais, culturais e sociais vulneráveis, que requerem acompanhamento diferenciado e especializado, nem sempre possível devido à limitação de recursos.
	Falta de motivação e de incentivo entre alguns profissionais do Agrupamento, com impacto na gestão organizacional e pedagógica, carecendo de respostas criativas e individualizadas.
Resultados	Mobilização de medidas eficazes focadas na melhoria das aprendizagens e na evolução sustentada dos resultados.
	Adoção de medidas estratégicas que permitam aumentar o sucesso escolar dos alunos oriundos de outros sistemas de ensino, de outras culturas e dos que usufruem de apoios da Ação Social Escolar.
	Condicionamentos estruturais e tecnológicos que afetam a qualidade das aprendizagens e o desempenho global dos alunos.
	Dificuldade em ter turmas com número de alunos em conformidade legal, devido ao desafio de dar resposta ao aumento da população escolar diversificada, com repercussões na organização interna.
	Número de alunos com situações de cariz pessoal e social frágil/difícil no Agrupamento, com necessidade de intervenções diferenciadas de caráter multidisciplinar.

Quadro 34: Pontos Fracos/Áreas de Melhoria

Oportunidades

FATORES EXTERNOS	
Domínios	OPORTUNIDADES
Autoavaliação	Cultura de colaboração e corresponsabilização sustentada no reforço das parcerias com o meio e a comunidade educativa, cujos contributos diversificados sustentam uma autoavaliação participada e representativa.
	Articulação entre o Projeto Educativo e o Plano de Atividades do Agrupamento com o Projeto Educativo Municipal (PEM), permitindo alinhar práticas e objetivos comuns e fomentar a reflexão contínua sobre os resultados obtidos e a sua adequação às necessidades do território educativo concelhio.
	Visão dos Órgãos de Direção e Gestão do Agrupamento favorável à monitorização de práticas de autoavaliação institucional, formalizada nas estruturas escolares.
Liderança e gestão	Abertura das entidades institucionais e comunitárias (Ministério da Educação, Autarquia, Associação de Pais e outras organizações sociais, económicas e culturais locais) a uma gestão integrada de recursos humanos, técnicos, físicos, materiais e financeiros, adequados às necessidades, reforçando a autonomia e a capacidade de resposta do Agrupamento.
	Perspetiva de concretização do projeto de ampliação e requalificação da Escola-Sede como estratégia de modernização dos espaços educativos, tornando-os mais adequados à população escolar, à inovação pedagógica, ao desenvolvimento de atividades enriquecedoras e à inclusão.
	Aposta na internacionalização, através dos Programas <i>Erasmus+</i> e <i>eTwinning</i> , como reforço da abertura da Escola à Europa, promovendo práticas inovadoras, a partilha de boas experiências e o prestígio institucional do Agrupamento.

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Prestação do Serviço Educativo	Colaboração da comunidade, potenciadora de soluções para problemas emergentes.
	Oferta de projetos de âmbito europeu, potenciadores de inovação, empreendedorismo, melhoria e prestígio institucional.
	Oferta de programas a nível nacional (Qualifica e Ensino Profissional) como oportunidades de diversificar a resposta educativa, reforçando a ligação entre a escola, o tecido económico local e o desenvolvimento pessoal e profissional dos discentes.
	Operacionalização da legislação relativa à flexibilidade e autonomia curricular e à inclusão como oportunidades para inovar na organização do ensino e na diferenciação pedagógica, visando o sucesso educativo.
Resultados	Candidatura a projetos de entidades externas, propiciadores do bem-estar físico e emocional, reforçando a dimensão humanista, ecológica e inclusiva da escola, numa perspetiva de sucesso escolar.
	Consolidação das práticas de articulação e cooperação com a comunidade, potenciando resultados mais consistentes na aprendizagem, no desenvolvimento pessoal e social dos alunos e na coesão organizacional do Agrupamento.
	Implementação do projeto de requalificação da Escola-Sede e reforço da oferta formativa (Qualifica e Ensino Profissional), otimizando os resultados escolares e a empregabilidade, bem como a satisfação da comunidade educativa.
	Participação em projetos de âmbito europeu e municipal de forma a alcançar resultados mais sustentáveis e integrados, valorizando a qualidade da educação, a cidadania ativa e o reconhecimento do Agrupamento como agente de desenvolvimento local e regional.

Quadro 35: Oportunidades

Ameaças/Constrangimentos

FATORES EXTERNOS	
Domínios	AMEAÇAS/CONSTRANGIMENTOS
Autoavaliação	Heterogeneidade, flutuação e mobilidade da população escolar, resultante do número significativo de cidadãos em situação de migração, o que dificulta a análise dos resultados e dos indicadores internos, exigindo uma leitura diferenciada e contextualizada da realidade educativa, tendo em conta situações socioculturais diversificadas.
	Instabilidade decorrente das mudanças frequentes de paradigmas educativos (foco nos resultados escolares vs. foco nos processos de aprendizagem), o que pode afetar a consistência das práticas avaliativas internas e a interpretação dos dados recolhidos nos processos de autoavaliação.
Liderança e gestão	Ausência de decisão célere por parte das entidades competentes relativamente à ampliação e requalificação da Escola-Sede do Agrupamento, constrangimento à melhoria das condições físicas e pedagógicas, ao desenvolvimento de projetos inovadores e à motivação da comunidade educativa.
	Limitação orçamental que afeta as escolas públicas, comprometendo a atualização e modernização dos equipamentos, dos recursos materiais e tecnológicos, necessários a uma educação de qualidade.
	Envelhecimento do corpo docente e não docente, agravado pelo protelamento da idade da reforma e pela dificuldade de renovação de quadros, gerando desgaste profissional e redução da capacidade de resposta a novos desafios.
Prestação do Serviço Educativo	Crescente diversidade sociocultural dos discentes, exigindo recursos humanos e técnicos especializados que nem sempre são disponibilizados.

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

	Necessidade permanente de atualização profissional e digital dos docentes e técnicos, imposta pelo paradigma da aprendizagem ao longo da vida, conduzindo a uma sobrecarga de trabalho e ao desafio do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.
	Desestruturação familiar e falta de acompanhamento parental que afetam o comportamento, a motivação e o desenvolvimento socioafetivo dos discentes, interferindo no seu desempenho escolar e na dinâmica das turmas.
Resultados	Limitações orçamentais e infraestruturais que condicionam a qualidade do ensino e das aprendizagens e dificultam a obtenção de resultados escolares sustentáveis e equitativos.
	Legislação, protelando as carreiras dos profissionais da educação/do ensino, leva ao seu desgaste e envelhecimento, o que pode repercutir-se na eficácia das práticas pedagógicas e, consequentemente, nos resultados escolares dos alunos.
	Desigualdades socioculturais e familiares constituem-se como fatores de risco para o sucesso educativo, comprometendo a equidade e a coesão social que o Agrupamento procura promover.
	Mudanças frequentes na legislação que dificultam a acomodação de práticas sustentadas e a estabilidade das políticas de orientação escolar.

Quadro 36: Ameaças/Constrangimentos

Desta análise identificaram-se **sete** grandes problemas em sede do Projeto de Intervenção da Diretora, que urge colmatar e que se explicitam:

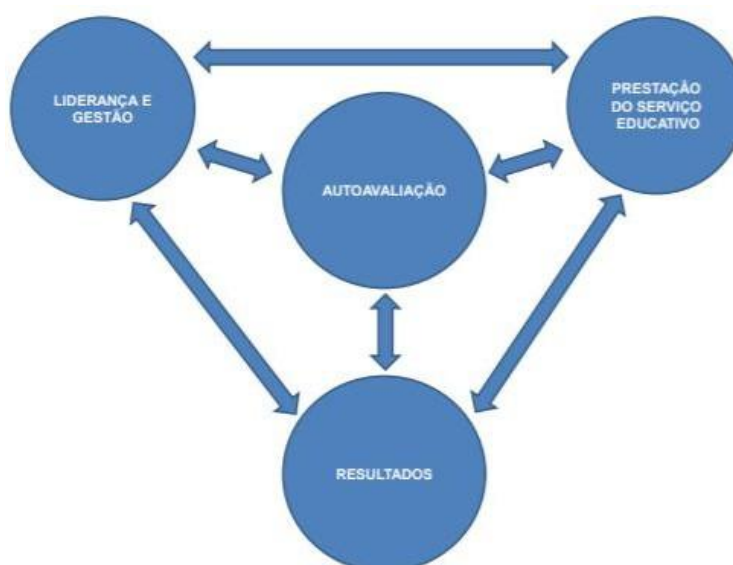
Dimensão	Identificação dos Problemas
Autoavaliação	Problema 1 - Necessidade de considerar o aprofundamento da instrumentalidade do dispositivo de autoavaliação na base das opções estratégicas do Agrupamento.
Liderança e gestão	Problema 2 - Degradação e desatualização do parque escolar, ao nível das estruturas físicas e equipamentos/materiais escolares.
	Problema 3 - Insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos para esta Unidade Orgânica, com valências variadas, diversificadas e com uma população escolar cada vez mais heterogénea.
	Problema 4 - Falta de incentivo e de motivação dos profissionais do Agrupamento, que urge mobilizar para um reforço na intervenção escolar/educativa.
Prestação do serviço educativo	Problema 5 - Aumento da diversidade, da heterogeneidade e do número de crianças/alunos com necessidades educativas, carecendo de intervenções e percursos diferenciados, assim como de crianças/alunos migrantes provenientes de outros contextos socioeducativos e culturais.
	Problema 6 - Aumento do número de alunos com problemas/necessidades ao nível da promoção da sua saúde física, mental e emocional.
Resultados	Problema 7 - Alguma oscilação ao nível de resultados académicos das crianças/alunos e ao nível de percursos diretos de sucesso.

Quadro 37: Problemas

À guisa de conclusão, o Projeto Educativo deverá minorizar ou extinguir os problemas diagnosticados, potenciando os pontos fortes e aproveitando as oportunidades, de que se destaca a forte ligação com a comunidade educativa.

V - DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Com base no diagnóstico organizacional, o Projeto Educativo estrutura-se em torno de quatro domínios estratégicos de intervenção, contemplando objetivos, campos de intervenção, referentes, estratégias/linhas orientadoras de ação, metas e indicadores.



Domínio I: AUTOAVALIAÇÃO/AVALIAÇÃO INTERNA DO AEHS	
OBJETIVO 1: Desenvolver mecanismos de autoavaliação e regulação interna do Agrupamento, tendo em vista parâmetros de melhoria e sustentabilidade, consistência e impacto.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: - Equipa de Autoavaliação - Gabinete de Estatística e Tratamento de Informação - CAF (<i>Common Assessment Framework</i>) - Observatórios de Qualidade
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Organização de uma Equipa de Autoavaliação representativa dos diversos setores/valências do AEHS e um Gabinete de Estatística e Tratamento de Informação para, articuladamente, se proceder ao planeamento estratégico da autoavaliação. - Implementação do modelo CAF, de Observatórios de Qualidade e/ou outros processos de autoavaliação organizacional, adaptados à dimensão educativa e cultural do nosso Agrupamento, ao seu ritmo e em função dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do respetivo processo. - Utilização do ciclo de avaliação contínuo - Planear, Executar, Avaliar e Reformular/Reajustar - para melhoria contínua da qualidade.	
Metas:	Indicadores:
M1. Rever, anualmente, a constituição da EAA e do Gabinete de Estatística e Tratamento de Informação	Constituição da EAA e do Gabinete de Estatística e Tratamento de Informação
M2. Implementar, de 4 em 4 anos, o modelo de autoavaliação <i>Common Assessment Framework</i> (CAF)	Relatório com o Diagnóstico Organizacional CAF
M3. Conhecer a realidade educativa, em cada ano letivo, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado	Relatórios com recolha, tratamento e análise de dados relativos à vida escolar
M4. Implementar, anualmente, o Observatório de Qualidade	Relatório do Observatório de Qualidade

OBJETIVO 2: Implementar o planeamento estratégico da autoavaliação, tendo em consideração a adequação da mesma à realidade escolar, a centralidade do processo de ensino e aprendizagem e a definição de um plano de comunicação.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: Planeamento estratégico da autoavaliação
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Implementação do planeamento estratégico da autoavaliação, tendo em consideração: a adequação da mesma à realidade escolar, a centralidade do processo de ensino e aprendizagem, o plano de comunicação e a reflexão acerca dos resultados da autoavaliação com a comunidade educativa.	
Metas:	Indicadores:
M1. Elaborar o Planeamento Estratégico de Autoavaliação no início de cada ano letivo	Documento "Planeamento Estratégico de Autoavaliação"

OBJETIVO 3: Implementar Planos de Ações de Melhoria	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: Planos de Ações de Melhoria
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Conceção, organização e implementação de Planos de Ações de Melhoria decorrentes da identificação e respetiva análise dos pontos fracos e das oportunidades de melhoria, de acordo com critérios de capacidade, urgência, necessidade e satisfação da comunidade educativa.	
Metas:	Indicadores:
M1. Elaborar, anualmente, Planos de Ações de Melhoria	Planos de Ações de Melhoria Inicial e Final

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

OBJETIVO 4: Avaliar semestralmente, nos departamentos curriculares, os resultados escolares, o serviço público prestado, a liderança e a organização, de forma a poder reajustar a ação empreendida para melhoria da qualidade.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: Avaliação Interna semestral por Departamento Curricular
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Elaboração de Relatórios de Avaliação Interna semestrais pelos Departamentos Curriculares do Agrupamento, tendo por base uma matriz específica (Cf. Anexo F), para acompanhamento, supervisão e monitorização da ação escolar/educativa, de forma a encontrar as soluções mais adequadas aos problemas detetados, de acordo com os recursos e a organização do Agrupamento.	
Metas:	Indicadores:
M1. Elaborar Relatórios de Avaliação Interna semestrais pelos Departamentos Curriculares do Agrupamento	Relatórios apresentados em Conselho Pedagógico

OBJETIVO 5: Analisar semestralmente os dados de (in)sucesso escolar, centrados nos resultados e nas medidas de apoio às aprendizagens, de forma a poder reajustar a ação empreendida, visando a melhoria das aprendizagens.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: Monitorização semestral dos dados de (in)sucesso escolar no âmbito da Coordenação de Grupos/Turmas
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Acompanhamento, supervisão e monitorização dos dados de (in)sucesso escolar, de forma a encontrar as soluções mais adequadas às metas estabelecidas pelo Conselho Pedagógico (Cf. Anexo E), de acordo com os recursos e a organização do Agrupamento. - Elaboração de grelhas com dados de (in)sucesso escolar, pelos Coordenadores de Grupo (1.º Ciclo) e de Diretores de Turma, centrados nos resultados e nas medidas de apoio às aprendizagens.	
Metas:	Indicadores:
M1. Elaborar grelhas com a monitorização semestral dos dados de (in)sucesso escolar no âmbito da Coordenação de Grupos/Turmas	Documentos de monitorização apresentados em Conselho Pedagógico

OBJETIVO 6: Fomentar, com consistência e sistematicidade, a utilização do instrumento de referência EQAVET para promover e monitorizar os Cursos Profissionais na realidade escolar e na comunidade.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: EQAVET (<i>European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training</i>)
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Implementação do instrumento de autoavaliação/avaliação interna EQAVET para monitorizar a organização e os impactos dos Cursos Profissionais. - Renovar os ciclos da qualidade até à próxima auditoria, visando manter o Selo de Garantia de Qualidade. - Integrar os processos de avaliação EQAVET no modelo de autoavaliação global do Agrupamento.	
Metas:	Indicadores:
M1. Implementar, anualmente, instrumento(s) de autoavaliação/avaliação interna EQAVET para monitorizar a organização e o impacto dos Cursos Profissionais	Relatório(s) de Autoavaliação EQAVET

OBJETIVO 7: Desenvolver mecanismos de autoavaliação da atividade do Centro Qualifica, visando a melhoria da qualidade organizacional.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: Autoavaliação do Centro Qualifica

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Integração da reflexão suscitada pela análise dos balanços finais dos processos RVCC no relatório de autoavaliação do Centro com vista à reformulação de práticas correntes. - Implementação da autoavaliação do Centro Qualifica, segundo o modelo da ANQEP, para monitorizar os aspetos organizacionais do Centro Qualifica e o respetivo impacto na comunidade.	
Metas:	Indicadores:
M1. Implementar instrumento(s) de autoavaliação/avaliação interna do Centro Qualifica, segundo o modelo da ANQEP	Relatório(s) de Autoavaliação do Centro Qualifica

OBJETIVO 8: Implementar mecanismos de autoavaliação da BECRE, visando a melhoria da qualidade organizacional.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: Autoavaliação da BECRE
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Implementação do instrumento de autoavaliação próprio da responsabilidade da Rede de Bibliotecas Escolares, para identificar pontos fortes, constrangimentos e oportunidades de melhoria da BECRE. - Elaboração de um Relatório de Autoavaliação da BECRE anual.	
Metas:	Indicadores:
M1. Autoavaliar, anualmente, a BECRE de acordo com o modelo disponibilizado no Sistema de Informação da RBE	Relatório de Autoavaliação da BECRE

OBJETIVO 9: Organizar Planos de Ações de Melhoria da BECRE, após a identificação de pontos fracos, pontos fortes, constrangimentos e oportunidades de melhoria.	
Campo de intervenção: Autoavaliação/Avaliação Interna do Agrupamento	Referentes: Planos de Ações de Melhoria da BECRE
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Organização e implementação de Planos de Ações de Melhoria, de 2 em 2 anos, decorrentes da análise dos pontos fracos e das oportunidades de melhoria.	
Metas:	Indicadores:
M1. Implementar Planos de Ações de Melhoria da BECRE, de 2 em 2 anos	Relatórios dos Planos de Ações de Melhoria da BECRE

OBJETIVO 10: Aprofundar a instrumentalidade das práticas de autoavaliação/avaliação interna, tendo em vista a regulação dos processos e a melhoria contínua.	
Campo de intervenção: Consistência e impacto das práticas de autoavaliação/avaliação interna do Agrupamento	Referentes: Consistência e impacto
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Análise dos diversos instrumentos de autoavaliação/avaliação interna produzidos nos órgãos e estruturas do Agrupamento. - Reformulação de estratégias/procedimentos em função dos dados recolhidos e das conclusões obtidas, tendo em vista a reformulação de práticas e a melhoria contínua, a partir da monitorização e da avaliação das ações de melhoria. - Recolha de evidências do impacto das práticas de autoavaliação nos processos organizacionais.	
Metas:	Indicadores:
M1. Identificar, anualmente, as medidas concretas de melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.	Atas do Conselho Pedagógico do final do ano letivo

Domínio II: LIDERANÇA E GESTÃO	
OBJETIVO 1: Integrar nas linhas de orientação do Projeto Educativo do AEHS a legislação em vigor, os documentos de orientação pedagógica emanados pela tutela, bem como do Projeto Educativo Municipal, articulando estratégias e recursos, no respeito pela visão estratégica definida.	
Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Visão estratégica orientada para a qualidade das aprendizagens
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Conceção de estratégias de trabalho conducentes à consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e ao desenvolvimento das Aprendizagens Essenciais, que conduzam à visão estratégica definida para o Agrupamento.	
Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Documentos estruturantes do Agrupamento Órgãos e estruturas educativas
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Elaboração/Redefinição de documentos fundamentais na gestão e organização escolar (Cf. Anexo H), de acordo com o atual quadro legislativo, adequando as estruturas educativas e normas vigentes a um funcionamento eficaz, de forma a ser flexível e inclusivo: Projeto Educativo; Regulamento Interno; Orçamento(s); Conta de Gerência; Plano de Atividades; Relatório Anual de Atividades; Relatórios de Autoavaliação/Avaliação Interna; Plano de Trabalho/Projeto Curricular de Grupo (Educação Pré-escolar); Plano de Desenvolvimento Curricular do Agrupamento (PDCA); Planos de Turma. - Dinamização dos órgãos e das estruturas educativas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho. - Utilização de mecanismos institucionais entre os Órgãos de Administração e Gestão, respeitando as competências e as funções inerentes a cada um: a) Ao nível do Conselho Geral, privilegiando uma relação de transparência, onde a representatividade, a responsabilidade e o acompanhamento sejam vetores decorrentes da confiança estabelecida com a Diretora/Direção, assim como criando condições para a melhor e devida visibilidade da representação e melhor exercício das competências e da funcionalidade deste Órgão. b) Ao nível do Conselho Pedagógico, continuando a privilegiar uma liderança baseada na relação de responsabilidade nos órgãos de gestão intermédia, e dando prioridade à atuação/gestão e da supervisão pedagógica. Continuar a melhor articulação e intervenção pedagógica/educativa com todas as estruturas que interagem com este Órgão. c) Ao nível do Conselho Administrativo, continuando a promover uma gestão racional e equilibrada dos recursos financeiros, aproveitando/rentabilizando recursos da comunidade através do envolvimento em projetos/atividades potenciadores de mais-valias que venham a contribuir para a superação de limitações financeiras do orçamento do Estado.	
Metas:	Indicadores:
M1. Criar, reformular/ atualizar todos os documentos de gestão e autonomia escolar, de acordo com os normativos vigentes e adaptados à matriz do Agrupamento	Documentos de gestão e autonomia escolar criados/atualizados/reformulados.
M2. Estruturar/adequar, anualmente, a constituição de todas as equipas de trabalho, de acordo com as necessidades identificadas	Equipas de trabalho
Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Municipalização
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Gestão dos recursos rentabilizando os dispositivos, o património existente, no contexto da realidade geográfica, física e social em que o Agrupamento se insere. - Desenvolvimento de uma gestão no quadro da transferência para o Município das competências de gestão dos recursos humanos (Assistentes Operacionais), manutenção/conservação dos edifícios, dos equipamentos técnicos, do mobiliário e fornecimento das refeições escolares, no respeito pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 31 de janeiro.	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Respeito pelo novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação, que concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo, implementado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 31 de Janeiro, salvaguardando a autonomia pedagógica e curricular do Agrupamento na gestão parcial do currículo dos ensinos básico e secundário, partindo das matrizes curriculares-base, e a estrita observância dos direitos de participação dos docentes no processo educativo, designadamente a autonomia técnica e científica. - Desenvolvimento de processos de trabalho articulados e integrados com a autarquia (Câmara Municipal de Leiria e Junta de Freguesia de Maceira) de âmbito educativo, formativo e administrativo, no quadro das políticas de municipalização vigentes. - Utilização dos recursos humanos, técnicos e físicos, de forma racional e dentro dos condicionalismos existentes, otimizando as margens de autonomia que a legislação em vigor concede ao Agrupamento. - Aproveitamento das oportunidades criadas/cedidas pelo meio e pela comunidade, de forma a suprir lacunas da nossa unidade organizacional e conseguir melhores níveis de eficácia/eficiência.	
Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Projeto Educativo Municipal
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: -Integração, nas linhas de orientação do Projeto Educativo do AEHS, no respeito pela sua identidade e especificidade, as do Projeto Educativo Municipal, articulando estratégias e recursos com potencial educativo entre todos os atores da comunidade educativa.	
Metas:	Indicadores:
M1. Participar em todas as reuniões/atividades e nos projetos no âmbito da Municipalização	Reuniões/atividades/projetos
M2. Participar em, pelo menos, três atividades, anualmente, promovidas pelo Município de Leiria	Número de atividades em que o Agrupamento participa, no âmbito do Projeto Educativo Municipal
Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Qualidade das aprendizagens no quadro normativo legal
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: -Enquadramento da prática educativa pelos normativos e documentos vigentes, com especial ênfase ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Educação Inclusiva, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e as Aprendizagens Essenciais, no âmbito do quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação até 2030 e de forma a viabilizar o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas	
Metas:	Indicadores:
M1. Incluir no Projeto Educativo, pelo menos, 4 atividades que concorram para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas.	Atividades/Projetos/Ações no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas

OBJETIVO 2: Projetar a internacionalização do Agrupamento.	
Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Internacionalização - Erasmus+ e eTwinning
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: -Envolvimento em Projetos de índole internacional, candidatando-se a ações do Plano de Desenvolvimento Europeu (PDE), designadamente o Erasmus+, e/ou outros, como forma de potenciar a inovação, a sustentabilidade, a cidadania, o empreendedorismo, o bem-estar e a melhoria contínua, conduzindo ao prestígio da organização. - Partilha das práticas e da formação obtida nos projetos internacionais, disseminando-as de acordo com o plano inscrito nos Projetos de Candidatura. - Dinamização de Projetos eTwinning como forma de partilha de informação com os pares estrangeiros.	
Metas:	Indicadores:
M1. Participar em, pelo menos, uma mobilidade anual de alunos/formandos e professores, no âmbito de projetos europeus	Mobilidades anuais de alunos/formandos e professores
M2. Dinamizar, pelo menos, um Projeto eTwinning, anualmente	Projetos eTwinning dinamizados anualmente

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

M3. Submeter uma candidatura a Projetos Erasmus + no período de vigência deste PE	Candidatura a Projetos Erasmus+
M4. Disseminar a formação frequentada nas estruturas educativas, na Escola/Agrupamento, na região e a nível nacional, de acordo com o projeto de candidatura	Ações de formação para disseminação do Projeto Erasmus+

OBJETIVO 3: Valorizar o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE), no âmbito do Programa de Digitalização para as Escolas.

Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE)
--	--

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Valorização da implementação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE), de 21 de abril de 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020) no âmbito do Programa de Digitalização para as Escolas.
- Apetrechamento do Agrupamento com os recursos materiais e tecnológicos, essenciais à digitalização da Escola, utilizando fundos específicos e/ou outros que advenham de iniciativas específicas em articulação com a comunidade envolvente.
- Proporcionar a formação necessária no âmbito da capacitação digital dos profissionais.
- Implemento do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE), que tem por base o quadro conceptual dos documentos orientadores desenvolvidos pela Comissão Europeia, designadamente o *DigCompEdu* e o *DigCompOrg*, cujas áreas de intervenção incidirão nos diferentes domínios da organização escolar no âmbito das tecnologias digitais: Envolvimento Profissional, Ensino e Aprendizagem, Avaliação das Aprendizagens, Desenvolvimento Profissional Contínuo e Liderança.

Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 60%, relativamente à imagem e funcionalidade da página institucional, no Observatório de Qualidade	Questionários de satisfação aplicados a alunos, encarregados de educação, pessoal não docente, técnicos e docentes
M2. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 60%, relativamente à funcionalidade/utilização da plataforma Oficial do Agrupamento (Office 365), por todo o pessoal docente, não docente, técnicos, alunos/formandos e encarregados de educação, no Observatório de Qualidade	Questionários de satisfação aplicados a pessoal docente, não docente, técnicos, alunos/formandos e encarregados de educação
M3. Melhorar e atualizar os recursos tecnológicos essenciais à digitalização da Escola, de forma que a taxa de satisfação relativamente ao uso e à funcionalidade dos equipamentos seja superior a 60%	Questionários de satisfação aplicados a pessoal docente e alunos/formandos
M4. Incluir no plano de formação do AEHS, pelo menos, uma ação de capacitação digital para docentes e pessoal não docente para atualização de conhecimentos e desenvolvimento de competências	Plano de Formação do AEHS

OBJETIVO 4: Implementar o modelo educativo baseado na Autonomia e Flexibilidade Curricular e numa cultura de educação inclusiva.

Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Autonomia e Flexibilidade Curricular e Escola Inclusiva
--	---

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Promoção de melhores aprendizagens para todos os alunos e operacionalização do perfil de competências que se pretende que os mesmos desenvolvam, para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida, no quadro da autonomia e flexibilidade e de inclusão para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades dos seus alunos, decorrentes da aplicação dos normativos legais (DL n.º 55/2018, de 6 julho e DL n.º 54/2018, de 6 julho, e demais legislação afim). - Identificação e criação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto, enquadradas no Projeto Educativo e noutros instrumentos estruturantes da Escola, no quadro da autonomia e flexibilidade curricular.	
Metas:	Indicadores:
M1. Até ao final do ciclo de implementação, garantir que 100% dos departamentos/grupos disciplinares integrem práticas de Autonomia e Flexibilidade Curricular, nomeadamente através de Domínios de Autonomia Curricular (DAC), articulação interdisciplinar e adequação do currículo ao perfil dos alunos	Atas do conselho de turma Relatórios de avaliação interna semestrais Grelhas semestrais com o tratamento de dados elaboradas pelos coordenadores de diretores de turma Planos de turma
M2. Assegurar que 100% das turmas desenvolvam estratégias de diferenciação pedagógica e medidas universais/seletivas/adicionais	Documentos de monitorização da EMAEI Atas do conselho de turma Grelhas semestrais com o tratamento de dados, elaboradas pelos coordenadores de diretores de turma Planos de Turma

OBJETIVO 5: Concretizar Projetos/Programas/Atividades no âmbito de áreas da Educação Ambiental, do Desenvolvimento Sustentável, da Solidariedade e do Empreendedorismo.	
Campo de intervenção: Visão estratégica/organizacional	Referentes: Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável/Solidariedade e Empreendedorismo
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Candidaturas, integração e participação em Programas/Projetos/Atividades nas áreas da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável, da Solidariedade e do Empreendedorismo.	
Metas:	Indicadores:
M1. Implementar, pelo menos, 1 projeto de âmbito ambiental e desenvolvimento sustentável, por ano letivo	Projetos Planos de Turma Relatórios de Avaliação Interna
M2. Implementar, pelo menos, 1 atividade/ação/projeto no âmbito da solidariedade, por ano letivo	Projetos Planos de Turma Relatórios de Avaliação Interna
M3. Implementar, pelo menos, 1 iniciativa/ação/projeto no âmbito do empreendedorismo, por ano letivo	Projetos Planos de Turma Relatórios de Avaliação Interna

OBJETIVO 6: Envolver a comunidade educativa nos procedimentos e na dinâmica escolar.	
Campo de intervenção: Liderança	Referente: Mobilização da comunidade educativa
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Desenvolvimento de uma liderança assente em valores de visão, honestidade, integridade, influência, dedicação, empatia, desenvolvimento pessoal, serviço, respeito, resiliência, adaptabilidade e autenticidade, fundamentais na orientação e na tomada de decisões. - Criação de formas de envolvimento da comunidade educativa no desenvolvimento das estratégias inerentes ao Projeto Educativo Municipal, nomeadamente no delinear de atividades e projetos socioeducativos que deem respostas adequadas aos nossos alunos/famílias, na gestão e recursos e equipamentos educativos e na participação em encontros e ações (in)formativas de interesse para o Agrupamento.	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Envolvimento da comunidade educativa nos procedimentos e na dinâmica escolar, dando continuidade a um percurso de relacionamento próximo e profícuo, onde a Associação de Pais e Encarregados de Educação merece particular atenção. - Delegação de responsabilidades às estruturas educativas, designadamente aos Departamentos Curriculares, Conselho de Departamentos, Grupos Disciplinares, Coordenadores de Diretores de Turma, Diretores de Turma, Conselhos de Turma, EMAEI, SPO, Centro Qualifica e outras de apoio ao Conselho Pedagógico na organização educativa, pedagógica e didática das atividades, no seu acompanhamento e monitorização, de forma a otimizar resultados e a rentabilizar recursos. - Continuação da valorização de formas de envolvimento e cooperação na operacionalização de instrumentos de gestão escolar, dando continuidade a um percurso de relacionamento próximo com a Associação de Estudantes do Agrupamento e com o Conselho de Delegados e Subdelegados das Turmas. - Desenvolvimento de um estilo de liderança assente na motivação de pessoas, no desenvolvimento profissional e na gestão de conflitos.	
Metas:	Indicadores:
M1. Envolver a Comunidade Educativa no Projeto Educativo Municipal, através da participação anual em, pelo menos, 3 atividades	Atividades implementadas (PAA/PEM)
M2. Conseguir uma média global de 7,5 de nível de satisfação com as medidas implementadas no âmbito dos órgãos e das estruturas educativas, por parte dos alunos, docentes, não docentes e encarregados de educação	Observatório de Qualidade
M3. Promover 2 reuniões anuais da Diretora com os delegados e subdelegados, representantes das turmas	Convocatórias Folha de presenças
M4. Conseguir que mais de 75% dos encarregados de educação manifeste satisfação face à frequência do(s) seu(s) educando(s) no Agrupamento	Observatório de Qualidade
M5. Conseguir que mais de 75% dos alunos manifeste satisfação face à sua pertença ao Agrupamento	Observatório de Qualidade
M6. Conseguir uma média global de 7 ao nível da satisfação dos profissionais do AEHS pelo trabalho e pelas atividades que desenvolvem no seu local de trabalho	Observatório de Qualidade

OBJETIVO 7: Promover projetos, parcerias e soluções que promovam a melhor gestão de recursos em prol da qualidade das aprendizagens.	
Campo de intervenção: Liderança	Referentes: Parcerias, protocolos, projetos
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Continuação da mobilização de Entidades Institucionais, Culturais, Associativas e Empresariais locais, dando continuidade e/ou criando parcerias e/ou protocolos, conjugando as sinergias da comunidade com as necessidades/expectativas/interesses da nossa unidade organizacional, incentivando o desenvolvimento de projetos e de soluções inovadoras. - Aproveitamento das oportunidades criadas/cedidas pelo meio e pela comunidade, de forma a suprir lacunas da nossa unidade organizacional e a conseguir melhores níveis de eficácia/eficiência. - Desenvolvimento de parcerias para realização de estágios profissionais. - Desenvolvimento de parcerias que facilitem a identificação e a certificação de adultos com baixas qualificações. - Avaliação da eficácia de projetos, parcerias e soluções, no quadro da reflexão promovida nas estruturas e órgãos de gestão do Agrupamento, designadamente da Diretora em articulação com o Conselho Geral.	
Metas:	Indicadores:
M1. Assegurar a continuidade das parcerias/dos protocolos estabelecidos	Constituição dos órgãos de gestão e administração escolar, englobando elementos da comunidade

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

M2. Garantir que 100% dos projetos e parcerias são monitorizados e avaliados quanto ao impacto educativo	Observatório de Qualidade
--	---------------------------

OBJETIVO 8: Reerguer, requalificar, atualizar e valorizar o Parque Escolar.	
Campo de intervenção: Liderança	Referentes: Reconstrução, requalificação, atualização e valorização do Parque Escolar
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Reparação e reconstrução de infraestruturas danificadas na sequência da tempestade <i>Kristin</i> que levou à declaração de situação de calamidade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro), de forma a criar condições logísticas e pedagógicas adequadas ao processo de ensino e de aprendizagem, num ambiente de segurança, bem-estar físico, emocional e psicológico, transformando esta crise numa oportunidade de modernização. - Requalificação, ampliação e melhoria do Parque Escolar do Agrupamento de que depende a diversificação da oferta educativa e a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, gerindo os recursos físicos, materiais e financeiros e envolvendo a comunidade, designadamente os representantes institucionais (Ministério da Educação e Autarquia) e entidades sociais, económicas e culturais locais (referência especial à empresa SECIL/CMP pela inserção do Parque Escolar de Maceira em zonas da sua influência). - Criação de novos espaços físicos, como salas de aula, que possibilitem o alargamento e a qualidade da oferta educativa. - Criação de laboratórios específicos, de acordo com as normas vigentes, que permitam o desenvolvimento de atividades laboratoriais, com espaços adequados para a organização e acondicionamento, em condições de segurança, de materiais e equipamentos, assim como para a preparação prévia das atividades (sala de preparações). - Melhoria dos espaços físicos das salas de aula da escola-sede e de alguns serviços, criando um ambiente acolhedor, moderno, atualizado e provido de recursos educativos e funcionais, compaginado com os tempos que se vivem. - Embelezamento de espaços exteriores e interiores, privilegiando a funcionalidade, o bem-estar e o sentido estético. - Atualização dos recursos tecnológicos, utilizando fundos específicos e/ou outros que advenham de iniciativas específicas em articulação com a comunidade envolvente. - Adequação da largura de banda da internet, a fim de garantir maior velocidade e eficácia nas conexões digitais. - Acompanhamento da estratégia definida no Plano de Ação para a Transição Digital, tanto ao nível da aquisição de meios eletrónicos, como da adequação da banda da internet e da capacitação digital que se pretende. - Integração em atividades e candidaturas a projetos que permitam criar, melhorar e reapetrechar espaços escolares com os recursos necessários para dar as devidas respostas de funcionalidade, atualização/ inovação, segurança, humanização e embelezamento adaptadas a todas as valências escolares. - Continuação da negociação estratégica no sentido de solicitar junto das entidades/autoridades competentes as devidas condições de melhoria e segurança que os utentes escolares necessitam e a que têm direito, em todos os estabelecimentos de educação e ensino. - Elaboração e implementação de planos de segurança e, em caso de necessidade, de contingência, decorrentes de situações imprevistas (calamidade, catástrofe, pandemia ou outras), em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), bem como com os competentes serviços da Tutela e da Comunidade.	
Metas:	Indicadores:
M1. Reerguer os espaços escolares anteriores à situação de calamidade	Percentagem de intervenções efetuadas
M2. Executar 100% de intervenções de manutenção/requalificação, nos edifícios e espaços escolares, ao longo do ciclo de vigência do Projeto Educativo, tendo em vista condições de segurança, higiene e bem-estar	Percentagem de intervenções efetuadas
M3. Envolver, sempre que oportuno, a comunidade, designadamente os representantes institucionais (Ministério da Educação e Autarquia) e entidades sociais, económicas e culturais locais na ampliação/requalificação/atualização dos espaços escolares	Diligências no sentido de sensibilizar as devidas entidades para a premência das intervenções mencionadas (atas, <i>emails</i> , documentos diversos)

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

M4. Realizar, anualmente, um exercício de simulacro refletindo um cenário aproximado de emergência de diferentes situações (incêndios, terremotos) para testar a operacionalização dos meios envolvidos	Simulacros realizados
M5. Manter ou alargar o envolvimento em projetos no âmbito da transição digital	Número de projetos Aquisição/Manutenção dos recursos tecnológicos

OBJETIVO 9: Criar um clima de escola assertivo, salutar e atrativo, através de uma ação proativa que fomente o bem-estar, a saúde, a segurança e a responsabilidade.

Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Práticas de gestão e de organização
--	---

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Gestão dos recursos existentes de forma racional, criteriosa e suprimindo lacunas, com a intervenção da comunidade educativa.
- Constituição e gestão dos grupos e turmas de acordo com critérios pedagógicos.
- Existência, consistência e divulgação de critérios na aplicação de medidas disciplinares aos alunos, de acordo com o Regulamento Interno.
- Criação de oportunidades e de situações que proporcionem o envolvimento dos alunos na vida da Escola.
- Gestão dos recursos humanos, técnicos, físicos, materiais e financeiros, otimizando as margens de autonomia que a legislação em vigor concede ao Agrupamento.
- Gestão do serviço da componente não letiva dos docentes, no apoio mais eficaz/eficiente a dar aos alunos, quer a nível académico, quer a nível da sua formação cívica e da sua organização pessoal.
- Gestão da qualidade global da unidade organizacional, pautando-se pelo conhecimento holístico do Agrupamento, utilizando a autoavaliação/avaliação interna da organização como um instrumento indispensável à promoção da qualidade educativa e de reforço da capacidade de melhoria do serviço público de educação e de ensino.
- Desenvolvimento de uma gestão pedagógica, administrativa e curricular assente numa matriz de autonomia e flexibilidade curricular e na inclusão, procurando acompanhar os movimentos, as dinâmicas e as fases socioeconómicas e culturais que esta comunidade vivencia.

Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Ambiente escolar
--	--

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Envolvimento da comunidade escolar na consolidação de um clima de escola propício à aprendizagem, antecipando, sempre que possível, a aplicação de medidas disciplinares corretivas, previstas no Regulamento Interno e na legislação em vigor, de forma a garantir um ambiente escolar disciplinado e assertivo.
- Organização de atividades que promovam nas crianças e nos alunos a curiosidade e o desafio para a realização de novas aprendizagens e uma atitude pró-ativa mobilizadora de conhecimentos nas diversas áreas do saber, fomentando o bem-estar, a saúde, a segurança e a responsabilidade.
- Promoção de projetos e/ou momentos de convívio de cariz cultural e social entre os elementos da comunidade educativa, em especial entre os alunos, de forma a otimizar boas relações interpessoais e aumentar o envolvimento com a organização/instituição escolar.

Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 70%, por parte dos alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente, relativamente ao clima de escola	Observatório de Qualidade
M2. Implementar, pelo menos, 1 ação de melhoria anual, no âmbito da promoção do bem-estar, da saúde física e mental	PAM
M3. Implementar, pelo menos, 5 ações anuais de formação/sensibilização destinadas a alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente, no âmbito da promoção da saúde física e mental	PAM PAA Estratégia de Cidadania e Desenvolvimento no AEHS Parcerias estratégicas
M4. Diminuição dos processos disciplinares para níveis residuais (menos de 2 por ano letivo)	Número de processos disciplinares

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

M5. Dinamizar 1 projeto anual com momentos de convívio, de cariz cultural e social, entre os elementos da comunidade educativa	Projeto/convívio
--	------------------

OBJETIVO 10: Incentivar a equidade social dos alunos, tendo em vista a inclusão, a cidadania e o desenvolvimento social.

Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Equidade
--	--------------------------------

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Implemento de mecanismos de sinalização de situações de grave carência social e encontrar/amenizar/ solucionar constrangimentos de índole socioeconómica, através de auxílios do SASE e da ligação com instituições de solidariedade social do meio.
- Dinamização de atividades/projetos de alunos provenientes de outros sistemas de ensino, para sua integração no Agrupamento, proporcionando-lhes segurança, bem-estar e aquisição de competências em Português Língua Não Materna.
- Articulação de procedimentos para a dissuasão de comportamentos disruptivos e perturbadores, utilizando uma estratégia reflexiva antes da aplicação das medidas disciplinares corretivas previstas no Regulamento Interno e na legislação em vigor.

Metas:	Indicadores:
M1. Garantir que 100% dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconómica sejam identificados e beneficiem de medidas de apoio e acompanhamento adequadas	Registos SASE
M2. Garantir que 100% dos alunos provenientes de outros sistemas de ensino beneficiem de medidas de integração e acompanhamento adequadas	Planos de Turma Atas dos conselhos de turma Sumários Relatórios Monitorização EMAEI
M3. Conseguir que 100% das turmas registe comportamento positivo, sendo 60% com comportamento Bom ou Muito Bom	Atas dos conselhos de turma Quadros de monitorização elaborados pelos coordenadores de diretores de turma

OBJETIVO 11: Promover a organização, a afetação e a formação do pessoal docente, não docente, alunos e pais/encarregados de educação do Agrupamento.

Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Organização, afetação e formação dos recursos humanos
--	---

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Distribuição e gestão dos recursos humanos de acordo com as necessidades das crianças e dos alunos.
- Gestão dos recursos de forma a valorizar as pessoas, o seu desenvolvimento profissional e bem-estar e impulsionar a autonomia e a diversidade organizativa.
- Promoção de práticas de formação contínua, por iniciativa do Agrupamento, adequadas às necessidades identificadas e às suas prioridades pedagógicas.

Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Plano de Formação do Pessoal Docente e Não Docente
--	--

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Organização e promoção de um Plano de Formação para pessoal docente e pessoal não docente, em articulação com o Centro de Formação RCA-CEMS e instituições do Ensino Superior em protocolos com o Agrupamento de Escolas.
- Organização de ações de formação para a comunidade educativa promovidas por formadores do RCA-CEMS, de instituições do Ensino Superior protocoladas e de outras entidades/organismos públicos reconhecidos para o efeito.
- Elaboração do Plano de Formação em articulação com o RCA-CEMS, tendo no horizonte a devida intervenção educativa/formativa face à realidade do Projeto Educativo deste Agrupamento de Escolas e às políticas educativas.

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Desenvolvimento das competências digitais no quadro da utilização da Inteligência Artificial e o seu impacto nos processos de ensino e de aprendizagem.
- Acompanhamento das propostas de formação do Plano de Capacitação Digital do Centro de Formação e Associação de Escolas RCA-CEMS, que tem como base o modelo DigiCompEdu.

Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Organização e afetação de recursos materiais
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Organização e afetação dos recursos materiais de acordo com as necessidades das crianças e alunos, priorizando a qualidade das aprendizagens. - Monitorização das opções tomadas ao nível da organização e afetação dos recursos materiais, sempre que necessário.	
Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Cultura de colaboração e de trabalho em equipa
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Promoção de relações de trabalho cordiais e positivas, otimizadoras da prestação e do desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente do Agrupamento. - Adequação do perfil dos profissionais às atividades e aos cargos que desempenham, na elaboração dos horários, ajustando os tempos de trabalho presencial com os de trabalho autónomo, às condições particulares dos mesmos, sempre que possível e no respeito pelo enquadramento legal. - Abertura a iniciativas que, nos termos da lei e da reorganização do serviço, possibilitem aos profissionais do Agrupamento a adequação da sua vida pessoal com a profissional, de forma a sentirem-se bem e a minimizar constrangimentos. - Gestão do serviço da componente não letiva dos docentes, no apoio mais eficaz/eficiente a dar aos alunos, quer a nível académico, quer a nível da sua formação cívica e da sua organização pessoal. - Aplicação nos termos da lei, de situações/ajustes remuneratórios que venham a ser disponibilizados e que possam a vir a ser valorizados do ponto de vista administrativo. - Promoção de uma cultura de avaliação do pessoal docente e não docente, no respeito pelos normativos legais vigentes, priorizando o aspeto formativo e uma intervenção assertiva/construtiva. - Realização de reuniões formais dos órgãos e estruturas educativas nos termos legais e regulamentares. - Realização de reuniões informais, sempre que necessário, envolvendo elementos de todos os setores da Unidade Orgânica, para conceber, planificar, implementar e avaliar atividades/projetos diversificados. - Promoção da formação de equipas de trabalho no seio das estruturas educativas, a coadjuvação entre docentes, do mesmo ano ou ciclo, de vários ciclos e níveis de ensino e de diversas áreas disciplinares, a permuta temporária entre docentes da mesma área ou domínio disciplinar, a criação de grupos de trabalho e a implementação de tutorias, com vista à promoção da qualidade e eficiência educativas. - Promoção da partilha de ideias, de opiniões e materiais, entre os elementos dos diferentes departamentos e grupos disciplinares, numa cultura de colaboração e de trabalho em equipa.	
Metas:	Indicadores:
M1. Organizar, anualmente, um Plano de Formação do Agrupamento para pessoal docente e não docente, em articulação com o Centro de Formação RCA-CEMS	Plano de Formação do Agrupamento
M2. Adequar o perfil dos profissionais às atividades e aos cargos que desempenham, na elaboração dos horários	Distribuição de serviço (Horários e atribuição de tempo comum para trabalho colaborativo) Reuniões de trabalho colaborativo
M3. Organizar e afetar recursos materiais específicos a 100% dos alunos com necessidades educativas	Recursos materiais disponibilizados
M4. Apetrechar uma sala <i>Snoezelen</i> , na Unidade de Ensino Estruturado, com o equipamento necessário	Sala <i>Snoezelen</i> equipada

OBJETIVO 12: Valorizar a saúde física e mental num Agrupamento Promotor de Saúde.	
Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Projeto de Educação para a Saúde

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Atualização e dinamização de um Projeto de Educação para a Saúde a abarcar:

a) A vertente preventiva, de caráter curricular/formativo, que deve ser consubstanciada no âmbito dos Planos de Turma, tendo como base as Aprendizagens Essenciais, o “Referencial de Educação para a Saúde” e a articulação com outros documentos orientadores.

b) A vertente interventiva, de caráter específico, que deve contemplar ajuda individualizada a alunos, em articulação com os serviços competentes que possam dar a resposta especializada que estes careçam. Para tal, esta estrutura deve congrega várias subestruturas dentro e fora do Agrupamento, devidamente articuladas, a saber: Serviços de Psicologia e Orientação, Serviços de Educação Especial, ACES (Agrupamento de Centros de Saúde, através da Interlocutora Regional da Educação para a Saúde nas Escolas), Assistente Social de uma instituição da Comunidade, Projeto Eco-Escolas e técnicos voluntários existentes na comunidade, com formação específica para o efeito, que possam dar respostas a alunos com necessidades de ajuda / socorro clínico pontuais e de ordem emocional, promovendo o seu bem-estar físico e mental.

Metas:	Indicadores:
M1. Implementar, pelo menos, 1 ação de melhoria anual, no âmbito da promoção do bem-estar, da saúde física e mental	PAM
M2. Prever, pelo menos, uma ação/atividade no Plano Anual de Atividades que contemple formação para alunos, encarregados de educação, pessoal docente, não docente, no âmbito da Educação para a Saúde, Sustentabilidade e Educação ambiental	PAA Avaliação do PAA Planos de Turma

OBJETIVO 13: Desenvolver mecanismos de comunicação interna e externa no Agrupamento.

Campo de intervenção:

Gestão

Referentes:

Comunicação: interna e externa

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Continuação da utilização de diversas formas e meios de comunicação interna e externa expedientes entre os elementos da comunidade educativa (*e-mail*, TEAMS, Página institucional do Agrupamento, redes sociais e outras em suporte de papel) que facilitem a troca de informação e a comunicação.

- Promoção das diversas formas de comunicação, adequando a informação ao público-alvo e utilizando rigor no reporte da informação e dos dados que se pretendem transmitir.

- Divulgação da informação respeitando princípios éticos e deontológicos.

- Continuação da promoção da imagem do Agrupamento, ativamente articulados com a BECRE, desenvolvendo estratégias de comunicação/divulgação e promoção das atividades/eventos realizados na Unidade Organizacional, que evidenciem a dinâmica e a organização da Comunidade Educativa, tais como a publicação e divulgação do jornal escolar, da “Newsletter”, do “InforBib”, utilização da Página institucional do Agrupamento, bem como a colaboração com jornais locais.

Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 60%, relativamente à comunicação interna no Agrupamento, por parte dos alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente	Observatório de Qualidade
M2. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 60%, relativamente à comunicação externa no Agrupamento, por parte dos alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente	Observatório de Qualidade

OBJETIVO 14: Elevar a imagem e a identidade do Agrupamento.

Campo de intervenção:

Gestão

Referentes:

Imagem do Agrupamento

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Organização de atividades de índole educativa, cultural, desportiva e recreativa abertas à comunidade e/ou participação noutras promovidas por outras entidades. - Acolhimento de oportunidades que surjam nas várias dimensões da sociedade e que potenciem as melhores referências do trabalho escolar/educativo. - Reforço da identidade de Agrupamento através da utilização do logótipo nos diferentes documentos. - Projeção do Patrono, do logótipo e toda a simbologia que envolva a melhor imagem e as melhores referências do Agrupamento.	
Metas:	Indicadores:
M1. Participar em, pelo menos, uma atividade anual que reforce a identidade do Agrupamento.	Número de atividades anuais
M2. Utilizar os elementos identificadores do Agrupamento em 100% dos documentos oficiais	Documentos oficiais

OBJETIVO 15: Partilhar práticas pedagógicas.	
Campo de intervenção: Gestão	Referentes: Partilha de práticas
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Implementação de práticas de intervenção pedagógica que dê resposta às necessidades de desenvolvimento pessoal e profissional, no quadro legislativo em vigor. - Implementação de ações que visem a partilha de práticas pedagógicas entre pares no Agrupamento. - Elaboração, em conjunto, e partilha de materiais pedagógicos e didáticos em cada disciplina/área disciplinar de um mesmo ano escolar, assim como a planificação, elaboração e aplicação dos mesmos instrumentos de recolha de informação, em determinados momentos acordados entre os elementos do grupo/disciplina, a fim de se aferirem os procedimentos e/ou os resultados. - Implementação de projetos que fomentem a intervenção pedagógica entre pares para partilha de práticas e enriquecimento pessoal e profissional dos participantes.	
Metas:	Indicadores:
M1. Implementar, pelo menos, 1 ação de melhoria anual, no âmbito da intervenção da prática pedagógica	PAM
M2. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 60%, relativamente ao trabalho colaborativo no Agrupamento, por parte do pessoal docente	Observatório de Qualidade Relatórios de Avaliação Interna

OBJETIVO 16: Valorizar a BECRE como elemento de articulação entre todas as valências e cursos do Agrupamento.	
Campo de intervenção: BECRE	Referentes: BECRE: núcleo da articulação no AEHS
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Otimização da plena utilização dos recursos pedagógicos, continuando a considerar a BECRE como: • Instrumento de articulação intercírculos; • Veículo de desenvolvimento de literacias das crianças e dos alunos do Agrupamento, proporcionando aprendizagens, respeitando os ritmos próprios e as diversas formas de aprendizagem individual; • Recurso para o reforço das aprendizagens essenciais; • Veículo de acesso à informação e ao conhecimento, através da diversidade de fundos documentais, de recursos pedagógicos e das tecnologias de informação e comunicação; • Centro de dinamização global de apoio a estratégias de acolhimento e integração de alunos; • Um recurso à disposição da comunidade na imersão cultural, na usufruição de leituras e no desenvolvimento de literacias, com raiz numa dinâmica de aprendizagem ao longo da vida. - Continuação da estruturação dos serviços da BECRE como núcleo da articulação e harmonização de atividades, no âmbito da criação e promoção da competência leitora e dos hábitos de leitura, bem como no que diz respeito ao apoio ao desenvolvimento do currículo e formação para as diferentes literacias nas diferentes valências.	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 60%, relativamente aos serviços da BECRE, como núcleo da articulação e harmonização de atividades no Agrupamento, por parte dos alunos e pessoal docente	Observatório de Qualidade

Domínio III: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO	
OBJETIVO 1: Diversificar a oferta educativa, em função da matriz organizacional do Agrupamento e das características/necessidades do seu público-alvo.	
Campo de intervenção: Oferta educativa e gestão curricular	Referentes: Oferta educativa
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Oferta formativa diversificada, em função da matriz organizacional do Agrupamento e das características/necessidades do seu público-alvo, mantendo e alargando a oferta educativa, de acordo com as necessidades e interesses da comunidade educativa e dos recursos disponíveis, tendo em consideração o Projeto Educativo do Agrupamento e dando resposta às solicitações de alunos que pretendem prosseguir estudos, alunos que pretendem terminar o ensino básico e para ingressar na vida ativa e no mercado do trabalho, alunos que devem ser encaminhados para Centros de Atividades Ocupacionais ou alunos que pretendem frequentar cursos de carácter profissionalizante de dupla certificação, adultos/formandos que pretendem reconhecer, validar, certificar as competências de que são detentores, perspetivando o acesso a melhores qualificações, priorizando as linhas de ação do Programa Qualifica e a adultos que pretendem completar/complementar os seus estudos em regime pós-laboral, frequentando Cursos de Educação e Formação de Adultos.	
Metas:	Indicadores:
M1. Manter e/ou alargar a oferta formativa, nas diferentes valências escolares	Oferta formativa
M2. Conseguir uma taxa de satisfação superior a 60%, relativamente à oferta formativa do Agrupamento, por parte dos alunos e encarregados de educação	Observatório de Qualidade

OBJETIVO 2: Organizar e gerir o currículo e a aprendizagem, numa perspetiva de escola inclusiva.	
Campo de intervenção: Oferta formativa e gestão curricular	Referentes: Percursos educativos diferenciados
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Criação de condições para adequar o processo de ensino e de aprendizagem às necessidades específicas de cada e de todos os alunos, implementando medidas universais, seletivas e adicionais, em conformidade com as medidas educativas prescritas nos Planos de Turma, nos respetivos Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP) e Programas Educativos Individuais (PEI). - Mobilização de docentes de Educação Especial, de técnicos especializados e de assistentes operacionais, preferencialmente com formação específica, para apoiar os alunos com necessidades específicas. - Aplicação de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão adequadas ao perfil do aluno por forma a promover o seu sucesso académico, profissional e social. - Criação de condições para implementar os Planos Individuais de Transição dos alunos que usufruem de Adaptações Curriculares Significativas (ACS), mobilizando recursos da escola e fomentando parcerias com a comunidade local. - Manutenção e/ou criação de percursos curriculares diferenciados, de carácter profissionalizante e outros, para os alunos em risco de insucesso ou abandono escolar.	
Metas:	Indicadores:
M1. Garantir que 100% das turmas tenha planos de ensino adaptados às aprendizagens essenciais e às necessidades dos alunos	Planos de Turma Monitorização EMAEI

OBJETIVO 3: Promover a aprendizagem ao longo da vida.	
Campo de intervenção: Oferta educativa e gestão curricular	Referentes: Aprendizagem ao longo da vida

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Manutenção e/ou criação de Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA). - Dinamização do Centro Qualifica, de acordo com os procedimentos legais e regulamentares.	
Metas:	Indicadores:
M1. Manter, pelo menos, uma turma de Cursos EFA, anualmente	Número de turmas
M2. Manter o Centro Qualifica como estrutura essencial à aprendizagem ao longo da vida	Centro Qualifica

OBJETIVO 4: Integrar alunos de diversas nacionalidades e culturas.	
Campo de intervenção: Oferta educativa e gestão curricular	Referentes: Multiculturalidade
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Valorização estratégica da multiculturalidade nas dinâmicas educativas e formativas internas, enquanto recurso educativo que acrescente visibilidade às diferentes culturas presentes, como fator de enriquecimento cultural e respeito por todos os povos e culturas, numa perspetiva humanista da sociedade. - Possibilidade de incluir elementos de outras realidades socioculturais nos órgãos e estruturas educativas, nos termos legais e regulamentares, permitindo o enriquecimento e a valorização de diferentes perspetivas de resolução e menorização de problemas. - Desenvolvimento de mecanismos que permitam o desenvolvimento de uma perspetiva multicultural, através do implemento de estratégias de integração dos alunos de Língua Portuguesa Não Materna/Português Língua de Acolhimento e estrangeiros, no respeito pelas normas definidas, elevando o seu nível de proficiência linguística, favorecendo a sua integração e o seu desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. - Reforço e desenvolvimento de projetos específicos para acolhimento e integração de crianças/alunos migrantes.	
Metas:	Indicadores:
M1. Atingir as metas de sucesso pré-definidas pelo Conselho Pedagógico para a disciplina de PLNM	Relatórios de Avaliação Interna Quadros-síntese elaborados pelos Coordenadores de Turma/Diretores de Turma/Departamento

OBJETIVO 5: Responder a condições particulares de necessidades educativas e de diferenciação pedagógica e curricular.	
Campo de intervenção: Oferta educativa e gestão curricular	Referentes: Apoio ao processo de aprendizagem
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Implementação de um processo de aprendizagem baseado na construção do conhecimento pelo aluno, envolvendo-o no seu processo de aprendizagem, identificando as suas dificuldades e encontrando estratégias para as resolver, sob a orientação do Diretor de Turma/Professores, dos Serviços de Psicologia e Orientação e demais técnicos especializados. - Estabelecimento de metas de sucesso escolar, devidamente fundamentadas, de acordo com as valências, cursos e disciplinas, de forma a dar resposta a compromissos assumidos com a tutela (Cf. Anexo E). - Apoio à aprendizagem dos alunos, de acordo com as prioridades e linhas de ação expressas pelos Conselhos de Turma, nos Planos de Turma, de forma a conseguir percursos diretos de sucesso, através da implementação de: . aulas de apoio ao estudo devidamente enquadradas pelas disposições legais e consoante as necessidades do desenvolvimento curricular; . atividades de apoio educativo propostas nos Planos de Turma, para alunos que evidenciem barreiras às suas aprendizagens; . tutorias para a viabilização de um processo de ensino-aprendizagem mais autónomo. - Oferta de aulas de enriquecimento curricular/salas de estudo, devidamente enquadradas pelas disposições legais, às disciplinas sujeitas a avaliação externa nos 9.º, 10.º, 11.º e 12.º anos e/ou a disciplinas sem avaliação externa, noutros anos de escolaridade, sempre que necessário. - Criação/Manutenção da oferta complementar, no âmbito da autonomia da escola, nas áreas artísticas, culturais e científicas e da cidadania.	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Implementação de iniciativas que valorizem o conhecimento, a preservação do património, do meio ambiente e da saúde. - Continuação da oferta das disciplinas da área artística de Oficina de Teatro e de Oficina de Artes e Tecnologias, no 3.º Ciclo. - Continuação da oferta das Áreas de Expressão Física e Motora, de Expressão Artística e de competências digitais no 1.º Ciclo, nas Atividades de Enriquecimento Curricular. - Manutenção da oferta das disciplinas de Francês, Espanhol e Alemão de opção, a partir do 7.º ano. - Flexibilização do desenho curricular de acordo com a legislação em vigor e as necessidades dos alunos. - Implementação do ensino experimental das ciências e projetos específicos que, desde a educação pré-escolar, promovam o gosto pela ciência.	
Metas:	Indicadores:
M1. Atingir as metas de sucesso pré-definidas pelo Conselho Pedagógico	Relatórios de Avaliação Interna Quadros-síntese elaborados pelos Coordenadores de Diretores de Turma
M2. Conseguir que 100% dos alunos obtenha os apoios ao processo de aprendizagem, indicados pelos Conselhos de Turma	Planos de Turma Atas dos Conselhos de Turma
M3. Manter ou alargar o desenho curricular para os diferentes níveis de ensino, de acordo com o crédito horário a gerir	Desenho curricular

OBJETIVO 6: Promover a articulação vertical e a horizontal ao nível das Aprendizagens Essenciais, do PASEO e demais documentos orientadores.	
Campo de intervenção: Oferta educativa e gestão curricular	Referentes: Articulação vertical e horizontal dos currículos e integração curricular
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Continuação da promoção da articulação vertical dos currículos das diversas disciplinas/áreas disciplinares dos três ciclos do ensino básico e o ensino secundário de forma a garantir a progressão e a sequencialidade das aprendizagens e da articulação horizontal, de forma a assumir uma gestão articulada do currículo em cada ano de escolaridade. - Promoção da articulação horizontal dos currículos, assumindo uma gestão integrada e articulada, no âmbito dos Planos de Turma. - Promoção da gestão integrada do currículo, através do desenvolvimento de DAC.	
Metas:	Indicadores:
M1. Garantir que 100% dos ciclos de escolaridade apresentem progressão e sequencialidade das aprendizagens, tendo em consideração as Aprendizagens Essenciais	Planificações Projeto Curricular de Agrupamento
M2. Assegurar que 100% dos conselhos de turma assumam uma gestão integrada e articulada do currículo, no âmbito dos Planos de Turma	Planos de Turma Atas dos conselhos de turma

OBJETIVO 7: Conceber práticas de inovação curricular e pedagógica.	
Campo de intervenção: Oferta educativa e gestão curricular	Referentes: Inovação curricular e pedagógica
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Envolvimento em projetos inovadores que valorizem o desenvolvimento curricular, a aquisição de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e que promovam a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo. - Viabilizar, se necessário, a oferta das modalidades de ensino, presencial, <i>online</i> e misto, privilegiando o primeiro, mas utilizando os outros sempre que necessário.	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Metas:	Indicadores:
M1. Refletir e partilhar 100% das práticas inovadoras quanto ao impacto na aprendizagem, motivação e participação dos alunos	Atas das reuniões de conselhos de disciplina e/ou de conselhos de turma Planos de Turma
M2. Viabilizar 100% de oferta das modalidades de ensino, presencial, <i>online</i> e misto, privilegiando o primeiro, mas utilizando os outros sempre que necessário	Registos no SIGO do AEHS, na Plataforma Teams e no GIAE

OBJETIVO 8: Dinamizar a ocupação dos tempos livres dos alunos, numa perspetiva de “Escola a Tempo Inteiro”, articulando a ação do Agrupamento com as famílias, com a Associação de Pais e Encarregados de Educação e com a Autarquia.

Campo de intervenção: “Escola a Tempo Inteiro”	Referentes: Processos de ensino, apoio e guarda
--	---

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Disponibilização de serviços, recursos e apoios necessários/possíveis do Agrupamento, viabilizando o funcionamento das estruturas de apoio aos alunos e respetivas famílias, promovendo a melhor organização das AAAP (Atividades de Animação e de Apoio às Famílias) e CAF (Componente de Apoio à Família), proporcionando a ocupação dos tempos livres das crianças e dos alunos, numa perspetiva de “Escola a Tempo Inteiro”.
- Promoção de parcerias/protocolos com entidades, contando com a intervenção da Associação de Pais e Encarregados de Educação e a participação formal dos responsáveis da Câmara Municipal de Leiria.
- Valorização da dimensão lúdica no desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular/atividades de animação e de apoio à família.
- Organização, nas estruturas escolares/educativas, de condições que permitam um melhor planeamento e monitorização do processo de ensino e aprendizagem, facilitando a aplicação do princípio da ocupação plena dos tempos escolares, com particular incidência no 1.º Ciclo.
- Organização de um mapa de oferta educativa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º CEB, na perspetiva de “Escola a Tempo Inteiro” e a sua implementação nos termos legais e regulamentares.
- Criação de condições que promovam a devida articulação com as estruturas envolvidas no processo de implementação das AEC, apoiando a sua concretização numa interligação com a Associação de Pais e Encarregados de Educação e todas as estruturas que possam incrementar mais-valias na organização escolar.
- Acompanhamento e supervisão do desenvolvimento destas atividades, assegurando o cumprimento das regras definidas para este efeito e criando um clima incentivador da melhor participação dos alunos.

Metas:	Indicadores:
M1. Disponibilizar 100% de serviços de apoio e guarda/acompanhamento às crianças e respetivas famílias	Percentagem de serviços de apoio e guarda/acompanhamento às crianças e respetivas famílias Mapas de oferta educativa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)
M2. Acompanhar e supervisionar 100% das AEC	Atas do conselho pedagógico

OBJETIVO 9: Promover estratégias/metodologias com vista à melhoria das aprendizagens, ao desenvolvimento do espírito crítico, da resolução de problemas e do trabalho colaborativo.

Campo de intervenção: Ensino/Aprendizagem/Avaliação	Referentes: Enquadramento: Autonomia e Flexibilidade Curricular e Educação Inclusiva
---	--

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Implementação, no quadro da Autonomia e Flexibilidade Curricular (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 julho) e de uma cultura de Escola Inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 julho), um modelo educativo promotor de melhores aprendizagens.
- Enriquecimento do currículo com a dinamização da componente de Oferta Complementar, através da criação de novas disciplinas no ensino básico, tendo em consideração as expectativas e as necessidades da população escolar e os recursos existentes.
- Implemento de componentes locais no currículo, de acordo com os interesses/expectativas dos alunos e os recursos do meio, no âmbito da autonomia, flexibilização e integração curricular, que contribuam para o desenvolvimento de áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).
- Elaboração de instrumentos de planeamento curricular (Planos de Turma, Plano Curricular do Agrupamento, planificações de DAC e das disciplinas/Áreas disciplinares, entre outros), suportados pelo conhecimento específico da realidade, tendo como finalidade a adequação e contextualização do currículo ao Projeto Educativo e às características dos alunos.
- Promoção do envolvimento dos alunos nos instrumentos de planeamento curricular, sempre que possível.

Metas:	Indicadores:
M1. Manter ou alargar o desenho curricular para os diferentes níveis de ensino, tendo em consideração as expectativas e as necessidades da população escolar e os recursos existentes	Desenho curricular
M2. Atualizar anualmente os instrumentos de planeamento curricular	Planos de Turma, Plano Curricular do Agrupamento, planificações de DAC e das disciplinas/áreas disciplinares, entre outros
Campo de intervenção: Ensino/Aprendizagem/Avaliação	Referentes: Estratégias de ensino e aprendizagem orientadas para o sucesso

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Dinamização de práticas pedagógicas, privilegiando a utilização de estratégias e atividades diversificadas, baseadas na construção do conhecimento, na sua mobilização inter/transdisciplinar para resolver problemas na comunicação, na interação e na atitude pró-ativa face à aprendizagem e à formação cidadã.
- Aposta na dinamização de metodologias ativas, a saber: trabalho de projeto, atividades experimentais, sala de aula invertida, rotação por estações, gamificação, aprendizagem por pares e *roleplay*, valorizando o papel dos alunos enquanto elementos ativos, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas, o desenvolvimento do espírito crítico, a resolução de problemas e o trabalho em equipa.
- Aposta na melhoria/remodelação das instalações laboratoriais e outras importantes para o tipo de trabalho enunciado.
- Valorização do trabalho colaborativo, implementando diferentes formas de organização, nomeadamente: coadjuvação entre docentes, permuta temporária entre docentes da mesma área ou domínio disciplinar, grupos de trabalho para aquisição, desenvolvimento e consolidação de aprendizagens específicas, com vista à promoção da articulação entre componentes de currículo e de formação, apoio ao estudo, implementação de tutorias, entre outras previstas legalmente.
- Conceção, planificação e implemento de metodologias de diferenciação pedagógica de forma a dotar os alunos com Áreas de Competências, entendidas como combinações complexas, interligadas, de conhecimentos, capacidades e atitudes e valores que conduzam a aprendizagens essenciais que os alunos devem conseguir mobilizar em contextos diversificados.
- Promoção do trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, na realização e na avaliação do ensino e das aprendizagens.

Metas:	Indicadores:
M1. Refletir e partilhar 100% das práticas no âmbito das metodologias ativas quanto ao impacto na aprendizagem, motivação e participação dos alunos	Atas das reuniões de conselhos de disciplina e/ou de conselhos de turma Planos de Turma
M2. Melhorar e atualizar os espaços educativos, de forma a permitir o desenvolvimento de metodologias ativas	Questionários de satisfação aplicados a pessoal docente e alunos/formandos

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Campo de intervenção: Ensino/Aprendizagem/Avaliação	Referentes: Plano de Atividades
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Oferta de um Plano de Atividades atrativo e motivador para os alunos, articulando, sempre que possível, as linhas orientadoras do Projeto Educativo do Agrupamento com o Projeto Educativo Municipal. - Continuação, alargamento e aprofundamento de projetos/atividades, clubes e iniciativas de índole científica, cultural, tecnológica e desportiva, motivando os alunos para a realização de múltiplas aprendizagens inovadoras e integradoras, no âmbito dos seus interesses, dissuadindo os jovens de comportamentos prejudiciais à saúde física e mental. - Promoção da articulação entre a teoria e a prática com um melhor conhecimento do meio, organizando visitas de estudo e outras atividades de campo e/ou experimentais que proporcionem o enriquecimento curricular e cultural dos alunos. - Promoção de efemérides e comemoração de datas importantes do calendário, como forma de preservar/enriquecer o património e a identidade cultural dos alunos. - Desenvolvimento de atividades transversais a todas as disciplinas, enquadradas no Referencial de Educação para a Saúde e Projeto de Educação para a Cidadania do AEHS, de acordo com as necessidades/expetativas/interesses das turmas, refletidos nos respetivos Planos. - Alargamento e aprofundamento de Projetos de Prevenção e Educação para a Saúde, dissuadindo os jovens de consumos prejudiciais à saúde física e mental, utilizando a parceria com o Centro de Saúde local e outras entidades com responsabilidades neste âmbito. - Participação nos Projetos de Desporto Escolar. - Apresentação de candidaturas e participação em projetos/atividades nas áreas da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável, que possibilitem uma tomada de consciência ecológica. - Desenvolvimento de Projetos/Programas/Atividades ligados à preservação e à sustentabilidade do meio ambiente, visando a melhoria do desempenho ambiental das escolas, contribuindo para a alteração de comportamentos e do impacto das preocupações ambientais nas diferentes gerações, como é o caso do programa Eco-Escolas ou outras iniciativas de âmbito semelhante. - Promoção da criação de hábitos de participação e de cidadania, incentivando o interesse pela temática ambiental e tendo como objetivo principal encontrar soluções que permitam melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade. - Participação/organização de ações de formação/atividades formativas que conduzam a uma tomada de consciência ecológica. - Redação de artigos sobre temas da educação para divulgação em meios de comunicação social e redes sociais. - Divulgação das atividades da escola aos antigos alunos através de convite pessoal, das redes sociais e/ou da página institucional do AEHS.	
Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir que, no Plano Anual de Atividades, se realizem mais de 200 atividades	N.º de atividades realizadas no âmbito do Plano de Atividades
M2. Envolver 100% das turmas em Projetos Promotores de Saúde	Percentagem de turmas envolvidas Planos de Turma
M3. Desenvolver no AEHS, pelo menos, um projeto no âmbito da preservação e da sustentabilidade do meio ambiente	Número de projetos implementados
M4. Garantir um delegado ambiental por turma	Número de delegados ambientais
M5. Conseguir que 25% de alunos se inscrevam/participem nos Projetos de Desporto Escolar	Percentagem de alunos inscritos/participantes nos Projetos de Desporto Escolar

OBJETIVO 10: Fomentar a avaliação para e das aprendizagens.	
Campo de intervenção: Ensino/Aprendizagem/Avaliação	Referentes: Avaliação para e das aprendizagens
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Avaliação das aprendizagens, sustentada por uma dimensão formativa, como parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação.

- Reforço das dinâmicas de avaliação das aprendizagens centrando-as na diversidade de práticas e instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades, permitindo um maior conhecimento da eficácia do trabalho realizado e um acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos.
- Utilização de diferentes processos de recolha de informação tendo por base a observação, a análise de conteúdo, a testagem e o inquérito.
- Definição de critérios de avaliação transversais ao Agrupamento, como matriz de avaliação de e para as aprendizagens.
- Definição de critérios de avaliação específicos, devidamente integrados nos critérios de avaliação transversais ao Agrupamento e do perfil de competências a desenvolver em cada disciplina, visando a consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Criação de formas de aferição de critérios e instrumentos de avaliação.
- Criação de formas de devolver aos alunos e aos encarregados de educação, com qualidade e regularidade, a informação obtida pelos processos de recolha de informação (*feedback* de qualidade).
- Aplicação de um Referencial de Avaliação do Agrupamento, orientador das suas políticas de avaliação no quadro legislativo e da Autonomia e Flexibilidade Curricular.
- Valorização da avaliação formativa, também conhecida como avaliação para as aprendizagens, como principal modalidade de avaliação, que permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, ajudando o docente a determinar as atividades a realizar com toda a turma e/ou individualmente e dar *feedback* aos alunos das aprendizagens realizadas e das que deverá realizar, visando a melhoria contínua.
- Utilização da avaliação sumativa, também chamada avaliação das aprendizagens, como a formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.
- Fomento da avaliação como processo regulador do ensino e da aprendizagem, orientando o percurso escolar dos alunos e certificando as aprendizagens realizadas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Metas:	Indicadores:
M1. Atualizar anualmente o Referencial de Avaliação	Referencial de Avaliação
M2. Garantir que 100% dos docentes utilizam instrumentos de avaliação formativa em todas as turmas	Planificações das disciplinas Sumários Observatório de Qualidade: inquirição a docentes e a alunos
M3. Classificar os alunos tendo por base, pelo menos, três processos de recolha de informação diferentes	Planificações Sumários Relatórios de Avaliação Interna
M4. Garantir que 100% dos docentes divulguem e expliquem os critérios de avaliação na sua disciplina	Sumários Observatório de Qualidade: inquirição a docentes, a alunos e a encarregados de educação
M5. Dar <i>feedback</i> de qualidade aos alunos relativamente às aprendizagens realizadas e a realizar, visando o seu sucesso individual	Observatório de Qualidade: inquirição a docentes e a alunos

OBJETIVO 11: Aprofundar o conhecimento, através do trabalho inter/transdisciplinar e da integração curricular.

Campo de intervenção: Ensino/Aprendizagem/Avaliação	Referentes: Trabalho inter/transdisciplinar Domínios de Autonomia Curricular (DAC)
---	---

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Desenvolvimento de um trabalho de natureza inter/transdisciplinar e de integração/articulação curricular, operacionalizado preferencialmente por equipas educativas que acompanham turmas ou grupos de alunos, nas dinâmicas de trabalho pedagógico.
- Desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima e do bem-estar.
- Organização de projetos interdisciplinares proporcionando a gestão integrada do conhecimento, valorizando os saberes disciplinares e a utilização de capacidades de pesquisa, relação, análise, o domínio de técnicas de exposição e argumentação, assim como a capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia.
- Assunção da importância da natureza transdisciplinar das aprendizagens, da mobilização de literacias diversas, de múltiplas competências, teóricas e práticas, promovendo o conhecimento científico, a curiosidade intelectual, o espírito crítico e interventivo, a criatividade e o trabalho colaborativo.

Metas:	Indicadores:
M1. Desenvolver, pelo menos, um projeto interdisciplinar por turma	Planos de Turma Atas dos conselhos de turma Sumários
M2. Promover reuniões e momentos de trabalho colaborativo em 100% dos grupos disciplinares para planificação inter/transdisciplinar	Registos GIAE Atas de grupo disciplinar

OBJETIVO 12: Desenvolver iniciativas pedagógicas centradas na educação para a cidadania, baseada numa cultura de democracia e aprendizagens, com impacto no relacionamento interpessoal, social e intercultural.

Campo de intervenção: Ensino/Aprendizagem/Avaliação	Referentes: Formação Cívica Cidadania e Desenvolvimento
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Promoção de uma matriz curricular que proporcione o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural, através da componente de Cidadania e Desenvolvimento, no âmbito da «Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania». - Atribuição, na componente de Cidadania e Desenvolvimento, no 1.º CEB, de 60 minutos semanais na Área de Oferta Complementar aos alunos do 1.º e do 2.º ano. No 3.º e no 4.º ano, constitui-se como uma área curricular transversal. Esta área tem avaliação obrigatória. - Atribuição, na componente de Cidadania e Desenvolvimento, de 50 minutos semanais, nos horários dos alunos dos 5.º e 6.º anos, como disciplina autónoma semestral, e em rotatividade semanal com TIC. O professor de TIC leciona ambas as disciplinas. Esta área tem avaliação obrigatória. - Nos 7.º e 9.º anos, a componente de Cidadania e Desenvolvimento funciona como uma disciplina autónoma anual, com uma carga horária de 50 minutos semanais. É lecionada por docentes do Departamento de Ciências Sociais e Humanas, sendo objeto de avaliação obrigatória. - No 8.º ano, a componente de Cidadania e Desenvolvimento é uma disciplina autónoma, em rotatividade semestral com TIC, ambas com uma carga horária de 50 minutos semanais. É lecionada por docentes do Departamento de Ciências Sociais e Humanas, sendo objeto de avaliação obrigatória. - No ensino secundário, a componente de Cidadania e Desenvolvimento é de carácter transversal. sob a coordenação do Diretor de Turma.	
Metas:	Indicadores:
M1. Aplicar a «Estratégia de Educação para a Cidadania do AEHS» a 100% das turmas	Planos de Turma Monitorização feita pela Coordenadora da «Estratégia de Educação para a Cidadania do AEHS»

OBJETIVO 13: Promover a inclusão de todos os alunos enquanto processo que garanta a equidade, de forma a responder à sua diversidade de necessidades, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Equidade, inclusão e bem-estar físico e psicológico de todas as crianças e alunos
--	---

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Conceção e participação na definição de estratégias, assim como na aplicação de procedimentos de orientação educativa que promovam o acompanhamento psicopedagógico do aluno, ao longo do seu percurso escolar.
- Implementação de formas de atuação que respondam à diversidade das necessidades dos alunos, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando meios para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa.
- Articulação com entidades de intervenção social, tendo em vista a resolução de problemas/situações específicas, intervindo para além da escola.
- Divulgação de linhas e serviços de apoio a crianças e jovens, através da publicação na página institucional do Agrupamento e junto da comunidade educativa através dos docentes/professores titulares de turma e diretores de turma (cf. Anexo G).
- Implementação de mecanismos de sinalização de situações de grave carência social e encontrar/amenizar/solucionar constrangimentos de índole socioeconómica, através de auxílios do SASE e da ligação com instituições de solidariedade social do meio.
- Continuação do desenvolvimento do trabalho no âmbito do Núcleo de Apoio ao Aluno e à Família (NAAF) como estrutura interna de intervenção social que permitirá uma articulação mais próxima com entidades externas/parceiras (CPCJ, Segurança Social, Centro de Saúde, Junta de Freguesia, Academia Cultural e Social de Maceira, Associação de Pais, Escola Segura), com a finalidade de identificar/sinalizar, diagnosticar e acompanhar casos de crianças/jovens enquadrados em contextos familiares e socioeconómicos de alguma especificidade (problemáticos), tendo em vista a sua integração social e escolar, prevenindo o absentismo/abandono e insucesso.

Metas:	Indicadores:
M1. Dar resposta a 100% dos alunos que necessitem de acompanhamento psicopedagógico	Registos dos SPO Relatórios de intervenção das entidades envolvidas Planos de Turma
M2. Dar resposta a 100% dos alunos que necessitem de acompanhamento socioeconómico e familiar	Registos SASE Relatórios de intervenção das entidades envolvidas

OBJETIVO 14: Proporcionar a intervenção para o desenvolvimento integral dos alunos, numa perspetiva de construção do equilíbrio socioemocional e na definição da sua identidade pessoal.

Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Equipa da Educação Especial
--	---

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Apoio colaborativo, numa lógica de corresponsabilização, dos demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão (in Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).
- Implementação de estratégias para apoiar os docentes na identificação, intervenção e acompanhamento dos intervenientes no processo educativo de alunos e monitorização dos processos.

Metas:	Indicadores:
M1. Garantir que 100% dos alunos com necessidades educativas específicas tenham sucesso educativo	Monitorização da EMAEI/Educação Especial Planos de Turma Atas dos conselhos de turma
Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Serviços de Psicologia e Orientação

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Oferta de consulta psicológica no âmbito da avaliação, acompanhamento e encaminhamento dentro da perspetiva de promoção da saúde mental.
- Intervenção a nível psicológico e psicopedagógico, na observação, orientação e apoio aos alunos, promovendo a cooperação com professores, pais e encarregados de educação, em articulação com os recursos da comunidade.
- Participação em processos de avaliação multidisciplinar e interdisciplinar, procurando ir ao encontro das dificuldades e interesses dos alunos, para a promoção do equilíbrio e bem-estar emocional, tendo em conta as suas dificuldades, interesses e contextos, inseridos numa prática de avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, distúrbios emocionais e sociais.

Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir que, pelo menos 90% dos alunos com intervenção a nível psicológico e psicopedagógico, tenham sucesso académico	Monitorização pelos SPO Pautas de avaliação sumativa Planos de Turma Atas dos conselhos de turma
Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC)

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação:

- Utilização dos recursos humanos colocados no Agrupamento no âmbito do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, para promover a equidade, a inclusão, o bem-estar físico e psicológico dos alunos, como medida de promoção do seu sucesso escolar.
- Diagnóstico, acompanhamento/ intervenção específica do foro psicológico ou de terapia da fala.

Metas:	Indicadores:
M1. Cumprir 100% dos objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC), inserido no Plano de Ações de Melhoria do AEHS	PAM Final

OBJETIVO 15: Promover atividades de Orientação Escolar e Profissional.

Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Serviços de Psicologia e Orientação
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Planeamento e execução de atividades de orientação escolar e profissional, nomeadamente através de programas construídos com grupos de alunos, ao longo do ano letivo, e de apoio individual no seu processo de escolha. - Estabelecimento de novos meios de capacitação de comportamentos e modelos de socialização, bem como pela oportunidade de aquisição de novas competências e recursos para lidar com as transições e a mudança.	
Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir que 100% das turmas dos 9.º e 12.º anos usufruam de sessões/atividades de orientação escolar e profissional	Sumários Relatórios dos SPO

OBJETIVO 16: Implementar medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, visando a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Opções metodológicas de inclusão
--	--

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Aplicação de opções metodológicas assentes no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível no acesso ao currículo, que se baseia em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemática da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses, de forma a desenvolver as competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. - Mobilização de docentes de Educação Especial, de técnicos especializados e de assistentes operacionais, preferencialmente com formação específica para apoiar os alunos com necessidades específicas.	
Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Valorização do papel da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), com competências no desenvolvimento dos processos e no respeito pelas disposições legais, designadamente o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.	
Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (em sede de EMAEI)
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Definição de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a aplicar, organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais, com a finalidade de adequar o processo de ensino e de aprendizagem às potencialidades de cada aluno, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo. - Aplicação de medidas universais - diferenciação pedagógica, acomodações curriculares, enriquecimento curricular, promoção do comportamento pró-social e intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos - como respostas educativas para todos os alunos com o objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. - Aplicação de medidas seletivas - percursos curriculares diferenciados, adaptações curriculares não significativas, apoio psicopedagógico, antecipação e reforço das aprendizagens e apoio tutorial - como respostas educativas para colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. - Aplicação de medidas adicionais - frequência do ano de escolaridade por disciplinas, adaptações curriculares significativas, plano individual de transição, desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social - para colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão, fundamentadas em evidências que constam do Relatório Técnico-Pedagógico.	
Campo de intervenção: Educação Inclusiva	Referentes: Alunos PLNM e estrangeiros
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Criação de projetos específicos de acolhimento e integração de alunos estrangeiros, de outros sistemas de ensino.	
Metas:	Indicadores:
M1. Registrar níveis residuais de insucesso escolar globais (abaixo de 3%) no AEHS	Monitorização do (in)sucesso escolar realizada pelo Gabinete de Estatística do AEHS Monitorização feita pela EMAEI
M2. Dar apoio em Língua Portuguesa Não Materna a 100% de alunos estrangeiros	Percentagem de alunos estrangeiros apoiados
M3. Conseguir que 100% dos adultos inscritos em PLA consigam elevar o seu nível de proficiência linguística	Percentagem de adultos aprovados em cada nível de proficiência
OBJETIVO 17: Configurar o Centro de Apoio à Aprendizagem como uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.	
Campo de intervenção: Educação inclusiva	Referentes: Centro de Apoio à Aprendizagem

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Dinamização do Centro de Apoio à Aprendizagem, enquanto espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos humanos e materiais, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes na Escola, convocando a intervenção de todos os agentes educativos, nomeadamente o docente de Educação Especial. - Implementação de medidas de prevenção da retenção, abandono e desistência. - Reforço do papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres conducentes ao seu envolvimento em todo o processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos.	
Metas:	Indicadores:
M1. Garantir que o Centro de Apoio à Aprendizagem esteja operacional em 100% das valências do Agrupamento	Registos de operacionalização
M2. Assegurar que 100% dos profissionais envolvidos (docentes, técnicos especializados, assistentes operacionais) estejam integrados no Centro com funções claramente definidas	Relatórios de atividade
M3. Disponibilizar todos os recursos necessários (materiais pedagógicos, tecnológicos e didáticos) para o funcionamento pleno do Centro	Inventário de recursos Registos diversos

OBJETIVO 18: Melhorar práticas educativas, pedagógicas e didáticas, promovendo mecanismos de autorregulação através da reflexão e debate nas diversas estruturas educativas e órgãos de gestão e administração	
Campo de intervenção: Planificação, acompanhamento, avaliação e divulgação das práticas educativa e letiva	Referentes: Mecanismos de autorregulação/melhoria/divulgação
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Reflexão, nas estruturas educativas e órgãos de gestão e administração, sobre os documentos orientadores e estruturantes da organização escolar e assuntos nucleares no quotidiano do Agrupamento. - Partilha de diferentes metodologias de ensino e aprendizagem e de práticas científico-pedagógicas relevantes e divulgação das boas práticas. - Tomada participada e democrática de decisões, com o envolvimento de todos os órgãos e estruturas da escola. - Divulgação de decisões e de experiências significativas do Agrupamento, através de circuitos internos e externos de comunicação.	
Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir uma média global de 7,5 de nível de satisfação em relação à orientação educativa do AEHS, por parte dos alunos, docentes, não docentes e encarregados de educação	Observatório de Qualidade

Domínio IV: RESULTADOS	
OBJETIVO 1: Conceber e desenvolver estratégias conducentes à melhoria dos resultados académicos e sociais.	
Campo de intervenção: Resultados académicos	Referentes: Resultados do Ensino Básico e do Ensino Secundário
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Estabelecimento de metas de sucesso escolar por disciplina com base na média das taxas de sucesso do quadriénio anterior, apurado o diferencial com as metas anteriormente estabelecidas e, tendo em consideração o diferencial obtido, aumentando a meta em caso de diferencial positivo, diminuindo-a em caso de diferencial negativo e mantendo-a caso o diferencial seja nulo. - Obtenção de resultados escolares consistentes, dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, enquadrado pelas políticas educativas em curso e adaptando-se ao paradigma vigente. - Análise dos resultados escolares obtidos por disciplina, monitorizados pelos Departamentos Curriculares através dos Relatórios de Avaliação Interna semestrais. - Desenvolvimento de estratégias que permitam a melhoria da percentagem dos alunos com percursos diretos de sucesso por cada ciclo/valência escolar.	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Campo de intervenção: Resultados académicos	Referentes: Resultados para a equidade, inclusão e excelência
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Aplicação de medidas que promovam a equidade em alunos de contextos socioeconómicos desfavorecidos, de origem migrante e de grupos culturalmente diferenciados. - Aplicação das medidas inscritas nos Planos dos alunos com Relatório Técnico-Pedagógico, Programa Educativo Individual e/ou com Plano Individual de Transição, de forma a garantir o sucesso escolar. - Atribuição de prémios em atividades desenvolvidas pelos alunos, no âmbito de concursos, Olimpíadas, jogos, entre outros.	
Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir uma percentagem superior a 98% de competências adquiridas pelas crianças da Educação Pré-escolar, no ano que antecede a sua entrada no 1.º Ciclo	Percentagem de competências adquiridas
M2. Atingir as percentagens de sucesso escolar definidas em Conselho Pedagógico, por Departamento Curricular	Percentagens de sucesso escolar
M3. Manutenção/melhoria dos resultados dos alunos nas Provas Finais do Ensino Básico (Português e Matemática)	Estatística dos resultados
M4. Conseguir que os alunos internos do Ensino Secundário obtenham uma média acima da nacional a todas as disciplinas sujeitas a exame nacional	Estatística dos resultados
M5. Conseguir que a percentagem da qualidade de sucesso em cada ano de escolaridade atinja valores acima de 80%	Percentagem da qualidade de sucesso
M6. Conseguir mais de 90% de transições dos alunos com Relatório Técnico-Pedagógico, Programa Educativo Individual e/ou com Plano Individual de Transição	Percentagem de transições
M7. Conseguir uma taxa de sucesso escolar acima dos 90% no universo dos alunos que usufruem de apoios da Ação Social Escolar	Percentagem de sucesso escolar
M8. Conseguir percentagens residuais de abandono escolar no Agrupamento (<3%)	Percentagem de abandono escolar
M9. Aproximar os percursos diretos de sucesso das médias nacionais.	Monitorização apresentada pelos Coordenadores de Diretores de Turma Tratamento de dados do Gabinete de Estatística do AEHS Dados MISI
M10. Manter/diminuir a taxa de abandono escolar, atualmente de 0,5%, calculada com base nas anulações de matrícula	Percentagem de anulações de matrícula
Campo de intervenção: Resultados sociais	Referentes: Cumprimento das regras e disciplina
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Conceção e desenvolvimento de mecanismos de integração dos alunos com comportamentos disruptivos no Agrupamento, consubstanciados no número reduzido de retenções por faltas, no número de participações e de ocorrências disciplinares.	
Metas:	Indicadores:
M1. Integrar 100% dos alunos com comportamentos disruptivos	Percentagem de alunos integrados
Campo de intervenção: Resultados sociais	Referentes: Participação na vida da escola e assunção de responsabilidades
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Envolvimento dos alunos no Associativismo, designadamente na Associação de Estudantes.	

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Participação dos alunos em diferentes estruturas e órgãos da escola.
- Dinamização de assembleias de turma.
- Realização de projetos interdisciplinares.
- Dinamização de atividades pelos alunos que promovam a multi/interculturalidade no âmbito da literatura, da comunicação, das artes, da ciência, do desporto, dos jogos, entre outros.
- Reforço da realização de trabalho cívico e comunitário no âmbito dos projetos de Cidadania e Desenvolvimento.

Campo de intervenção: Resultados sociais	Referentes: Solidariedade e Cidadania
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Realização de trabalho voluntário, a partir dos projetos interdisciplinares. - Dinamização de ações de solidariedade, a partir dos projetos interdisciplinares. - Criação de áreas específicas de apoio à inclusão. - Estímulo, por parte da Direção, para o associativismo estudantil.	
Metas:	Indicadores:
M1. Conseguir que, anualmente, os alunos elejam a sua Associação de Estudantes	Processo eleitoral
M2. Conseguir que, anualmente, os alunos elejam os seus representantes no Conselho Geral	Processo eleitoral
M3. Conseguir que, anualmente, os alunos elejam o delegado e o subdelegado, como estrutura representante das turmas	Processo eleitoral
M4. Conseguir uma taxa de envolvimento em projetos/atividades de âmbito cívico e comunitário superior a 70%, por parte dos alunos	Observatório de Qualidade

OBJETIVO 2: Promover práticas de acompanhamento dos alunos após a conclusão do ensino secundário, com vista a conhecer o impacto da escola no seu percurso de vida e na comunidade.	
Campo de intervenção: Resultados sociais	Referentes: Impacto da escolaridade no percurso dos alunos
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Recolha de dados relativos à integração dos alunos no ensino superior/prosseguimento de estudos e/ou inserção no mercado de trabalho. - Sistematização e reforço das vias de acompanhamento do percurso do aluno, estabelecendo uma “plataforma” que permita continuar a congregar as fontes de informação existentes, projetando-as no seu percurso de vida.	
Campo de intervenção: Reconhecimento da comunidade	Referentes: Quadros de Mérito (Quadros de Honra e de Louvor)
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Reconhecimento do valor e do mérito dos alunos nas suas vertentes académica e cívica, utilizando formas de visibilidade e impacto na Escola e na Comunidade.	
Campo de intervenção: Reconhecimento da comunidade	Referentes: Contributo da escola para o desenvolvimento da comunidade envolvente
Estratégias/Linhas Orientadoras de Ação: - Dinamização de atividades culturais abertas à comunidade. - Disponibilização dos espaços e equipamentos da escola para atividades da comunidade - Participação de adultos em ofertas de educação e formação e de pais/encarregados de educação em atividades variadas de índole recreativa e cultural. - Organização de atividades que tragam antigos alunos, como motivação e forma de conhecer o impacto que a escola teve no seu percurso pessoal e profissional. - Perceção sobre o grau de satisfação da comunidade educativa face à organização escolar e ao impacto das aprendizagens ao nível do desenvolvimento pessoal, social e comunitário.	



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Metas:	Indicadores:
M1. Recolher, anualmente, dados relativos à integração dos alunos em prosseguimento de estudos e/ou à sua inserção no mercado de trabalho	Monitorização dos dados
M2. Manter/Aumentar o número de alunos em quadros de honra, para valores próximos dos 20% no quadro de mérito e 10% no quadro de louvor	Percentagem de alunos em quadros de honra (quadro de mérito e quadro de louvor)
M3. Constatar o reconhecimento do mérito do AEHS pela comunidade	Distinções/prémios de mérito do AEHS Testemunhos Publicações

VI - DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O PE será amplamente discutido, refletido e divulgado entre os elementos da comunidade educativa, através dos seus órgãos e estruturas escolares/educativas, nos quais têm assento representantes dos alunos, dos encarregados de educação, do pessoal docente, do pessoal não docente e elementos da autarquia, das associações sociais e culturais locais.

Após aprovação em Conselho Geral, o documento será disponibilizado através da página institucional do Agrupamento, constituindo-se como um referencial orientador da ação educativa e da identidade da unidade orgânica.

Ao longo da sua vigência, serão asseguradas a atualização e a consulta do Projeto Educativo, reforçando o espírito de participação e de comunidade.



VII - AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O PE tem uma vigência de três anos letivos. A sua avaliação faz-se mediante (i) os Relatórios de Avaliação Interna realizados nas diferentes estruturas educativas, (ii) a organização do Observatório de Qualidade e (iii) a aplicação do modelo de Autoavaliação CAF, no fim do seu ciclo de vigência. Anualmente, é realizado um Plano de Ações de Melhoria, com a finalidade de, estrategicamente, contribuir para a melhoria contínua do serviço educativo prestado.

As avaliações parciais anuais poderão conduzir a alterações e/ou reformulações do Projeto. A elaboração ou adaptação de documentos como o Regulamento Interno, o Plano Anual de Atividades e o Plano de Ações de Melhoria deve estar em consonância com as linhas orientadoras do Projeto Educativo e refletir os contributos das sucessivas avaliações.

O Projeto Educativo foi apreciado pelo Conselho Pedagógico no dia 22/07/2026 e aprovado pelo Conselho Geral de 23/07/2026.



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

ANEXOS

EVOLUÇÃO DOS PROJETOS EDUCATIVOS E MARCOS HISTÓRICOS DA ESCOLA

PROJETOS EDUCATIVOS	
Período em vigor	Mote
2000-2001 a 2002-2003	Humanizar...Horizontes 2000
2003-2004 a 2005-2006	Maceira@Conhecimento.Qualidade
2006-2007 a 2008-2009	Viver, Sonhar, @prender...Século XXI
2009-2010 a 2013-2014	Aprender a Ser e Ser com Saber -Um Projeto...um Caminho Partilhado...um Futuro em Construção...
2014-2015 a 2016-2017	Saber Ser e Ser com Saber... Um Projeto Partilhado...
2017-2018 a 2019-2020	Saber Ser e Ser com Saber... Caminhando em Comunidade...
2021-2022 a 2023-2024	Saber Ser... Ser com Saber - em Comunidade
2026-2027 a 2028-2029	Saber Ser e Ser com Saber... Valorizar e Potenciar a Relação com a Comunidade

Quadro A1 – Projetos Educativos do AEHS

1985:

- Abertura da Escola
(Escola Preparatória de Maceira-Liz – Escola C+S de Maceira)

1993:

- Início da Gestão Unipessoal/Diretor Executivo
(Decreto-Lei N.º 172/1991, de 10/05)
- Abertura do Ensino Secundário (Humanidades e Economia e Gestão)
- Formalização da Associação de Estudantes

1999:

- Formalização como Agrupamento Vertical de Escolas de Maceira (08/06/1999)

2000:

- Formalização da Associação de Pais e Encarregados de Educação (agosto/2000)

2012:

- Atribuição do Patrono Henrique Sommer/Agrupamento de Escolas Henrique Sommer

2013:

- Celebração do Contrato de Autonomia

2015:

- Inauguração do Centro Escolar/Educativo (23/09/2015)

2016:

- Abertura do Curso Profissional

2017:

- Criação do Centro Qualifica do AEHS



Figura A1 – Construção da Escola-Sede

CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

Enquadramento Histórico

A atual vila de Maceira foi habitada na época romana. Durante vários séculos deve ter existido no Arneiro um núcleo habitacional, primeiro, talvez, sob a forma de uma *villa* romana e depois, certamente devido aos recursos naturais da região, o local foi-se alargando. A existência de uma mina de ferro deve ter atraído ao local os romanos, desde os mais simples, que se dedicavam à extração e fundição de metal, aos ricos senhores que possuíam belas casas de campo decoradas com mosaicos. Na segunda metade do século XIX, foram descobertas ruínas de uma *villa* romana, no Arneiro. Escavações puseram a descoberto uma casa com várias salas, decoradas com mosaicos, tendo-se destacado um mosaico romano, designado por “Orfeu I”, desconhecendo-se, atualmente, o seu paradeiro. Encontraram-se ainda restos de materiais de construção, fragmentos de cerâmica, escórias de ferro e muitas moedas, entre outros achados.

A freguesia de Maceira, cuja invocação era Nossa Senhora da Maceira, foi criada no ano de 1517, a partir da freguesia de S. Estêvão, que se desmembrou. Esta iniciativa deveu-se ao Infante D. Afonso, filho d’el-Rei D. Manuel I, comendatário do Convento de Santa Cruz de Coimbra (anterior à autonomia da Diocese de Leiria em 1545) com a obrigação dos moradores se deslocarem à Freguesia de Santo Estêvão, pelo menos uma vez em cada ano, no dia deste Santo, hábito que desapareceu com a extinção da citada freguesia.

A Assembleia da República Portuguesa deliberou, em reunião plenária de 20 de junho de 1991, elevar a vila a localidade de Maceira. Este evento foi publicado como Lei n.º 81/91, de 16 de agosto, no Diário da República, I Série, n.º 187, de 16 de agosto de 1991.

A 6 de junho de 2000, em Diário da República, III Série, n.º 131, é publicado o aviso de que a Assembleia de freguesia de Maceira, em sessão realizada em 29 de dezembro de 1992, e mediante proposta da Junta de freguesia, deliberou aprovar os elementos da **heráldica da vila de Maceira**, com a seguinte descrição:

Brasão – de azul, flor-de-lis de ouro entre dois ramos de macieira, frutados de ouro; em contrachefe, duas faixetas onçadas de prata, carregadas de três rodas de azenha de negro, postas em faixa: Coroa mural de quatro torres de prata. Listel branco, com a legenda a negro «VILA DE MACEIRA»;

Bandeira – esquartelada de branco e azul. Cordão de borlas de prata e azul. Haste e lança de ouro;

Selo Branco – circular, com as peças do escudo sem a indicação de cores e metais, tudo envolvido por dois círculos concêntricos, onde corre a legenda «JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA».



Figura B1 - Brasão

Toponímia

Maceira – A origem deste nome encontra-se num apelido, muitas vezes corrompido nas formas *Macieira*, *Maciel* e *Maçoula*. O primeiro de que há conhecimento é de D. Gomes Pires de Maceira, que fundou o Mosteiro do Souto e foi casado com D. Marinha Osores, irmã de Sarrazinho Osores ou D. Marinha Pais, filha de D. Paio Vasques de Bravães e de D. Sancha Soares, de quem teve filhos que continuaram o apelido durante algumas gerações. O apelido parece que foi tomado da Quinta de Maceira, da freguesia de Santo Adrião de Faria, no concelho de Barcelos, na Província do Minho.

Projeto Educativo AEHS 2026-2029



Maceira e Macieira são correspondentes. Na Beira existia, ainda, no século XVII, o apelido Maceira. Presentemente, parece ter-se extinguido esta forma, substituída pela segunda, que não se sabe se, embora com o mesmo significado, corresponde à referida linhagem.

Escreveu o genealogista, no século XVII, Manuel de Sousa da Silva, a seguinte quintilha, dedicada a esta linhagem:

*“Vieram os de Macieira
A Portugal viver
Em Lurzim é certo ter
Sua casa derradeira
No arrebalde vem a ser.”*

Os Maceiras usaram por armas as modernas da família Maciel.

As opiniões sobre a origem do nome “Maceira” na nossa freguesia divergem muito. Uns afirmam que derivou de “macieira”, outros que se chamou assim pelo facto de ficar numa cova “masseira”. Há ainda uma outra opinião, do Senhor Cônego José Pereira da Costa, que esteve durante 35 anos na freguesia, e que deixou publicada numa pequena, mas interessante “Memória”, a origem do nome “Maceira”, na qual diz que veio duma velha capela, onde era venerada a Virgem Santíssima, sob a invocação da Nossa Senhora da Maceira. E esta invocação foi originada por uma árvore colossal do mesmo nome, que existia no lugar.

Poderá ficar-se na dúvida se de facto a árvore seria uma macieira ou outra árvore qualquer aí situada: a árvore de masseira (cova). Poderia o nome ter-se originado segundo esta opinião, se se escrevesse “Masseira”. Esta palavra já nos dá uma pequena ideia de cova, porque significa grande tabuleiro em que se amassa o pão, ou calha por onde corre a água, que cai dos alcatruzes. Mas nunca se escreveu com esta grafia, por isso, não é de admitir que a forma atual provenha daí, a não ser por deturpação.

Assim, a opinião mais válida é considerada a primeira: Maceira vinda de Macieira.

Património Histórico e Cultural

Do Património construído em Maceira destaca-se a Igreja Paroquial, a Capela da Senhora da Barroquinha e o Santuário de Santo Amaro.

Nossa Senhora da Barroquinha e o Monte de Santo Amaro são dois centros distintos e inseparáveis da história e do ritual religioso e social da nossa terra.

É possível que o culto mariano se tenha iniciado nas Barrocas muito antes do século XV ou XVI, época da imagem de Nossa Senhora com o Menino, ainda hoje na Capela da Senhora da Barroquinha. O orago é de Nossa Senhora da Guia, denominação dada pelos devotos da Pederneira, que vinham ali em romaria. Junto a este oratório está uma

fonte, onde se lavavam os romeiros para cura de suas enfermidades. Atualmente, os contornos do local são definidos por escadarias e vários muros de pedra. A cascata, com cerca de 16 metros de altura, e as pequenas mesas e bancos de pedra embelezam o local, tornando este espaço repousante e aprazível.



Figura B2 – Senhora da Barroquinha

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

O Monte de Santo Amaro terá sido, em tempos recuados, um local de culto ao deus “Falus”, que era o Deus da reprodução e da abundância. No Monte fizeram-se, durante séculos, ofertas de sacrifícios aos deuses, as assembleias jurídicas, os convívios alimentares, as romagens religiosas, os contratos de vária ordem, os casamentos acordados: tudo o que assumisse ideia de “pacto social”. Os romeiros vindos de perto e de longe entoavam loas de louvor e de despedida. A festa, ainda hoje se faz, em honra de Santo Amaro – o santo marido, o santo casamenteiro – sendo uma recriação cristã desses primitivos rituais, no fim de semana próximo ao dia 15 de janeiro, com a tradicional “Meda”, no sábado à noite, e a venda de frutos secos regionais, de onde se destacam as “enfiadas” de pinhões, durante o domingo.



Figura B3 – Escadaria e Capela de Santo Amaro

A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz foi classificada como Imóvel de Interesse Público, publicado no Decreto n.º 29/84, DR, I Série, n.º 145, de 25 de junho. Em documento de 1211, já é mencionada uma ermida dedicada a “Santa Maria de Macenaria”, neste local. A freguesia de Maceira foi criada em 1517 pelo Infante D. Afonso, filho de D. Manuel, estando a povoação até à data integrada na freguesia de Santo Estevão. A igreja matriz da nova paróquia foi edificada por volta de 1521, aproveitando-se o espaço da capela já existente. O novo templo foi *encomendado* por Sebastião da Fonseca, desembargador do Paço e proprietário dos terrenos onde a capela se inseria. Além de ordenar a edificação da nova igreja, o desembargador mandou construir um passadiço de comunicação entre o seu palácio e o templo, colocando a sua pedra de armas na abóbada. No entanto, em 1542, o Infante D. Afonso mandou retirar a pedra de armas dos Fonseca, por não desejar que o mecenas da igreja se intitulasse seu padroeiro. No interior do templo, do lado do Evangelho, foi edificada em 1565 a capela dos Fonseca, por ordem de Francisco da Fonseca, onde foi edificado um retábulo polícromo em pedra de Ançã, com a representação do Calvário. Dedicado a nossa Senhora da Luz, o templo seria ampliado e restaurado em 1887, havendo, no entanto, o cuidado de manter e integrar os elementos manuelinos. Deste conjunto destaca-se o portal em arco abatido decorado com rendilhados e ladeado por pináculos, sobre o qual foi rasgada uma janela com mainel e balaustrada de rendilhados. O frontispício é rematado em empena, também decorado com motivos de gosto manuelino, onde foi colocada a imagem da padroeira. Na capela-mor venera-se a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Luz, que foi esculpida em Braga, em 1890.



Figura B4 – Igreja Paroquial de Maceira

A freguesia da Maceira é rica em tradições culturais e manifestações de fé. Conta com onze centros de culto, quase todos com as suas festas. A Solenidade do Senhor dos Passos é também uma importante manifestação. Realizada sempre no quarto domingo da Quaresma, esta solenidade representa a Paixão e a Morte de Cristo, nos seus “passos” mais importantes. Nela destacamos as ruas ornamentadas de velas, nas suas duas procissões noturnas. No fim de semana, perto do dia 8 de setembro, é realizada a Festa do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora da Luz, padroeiros da Paróquia, ou a “Festa Grande”. Nesta festa o que se destaca são os tradicionais e ornamentados andores de bolos. É a maior festa da paróquia e marca o fim das manifestações festivas religiosas do ano.

A freguesia da Maceira é rica em tradições culturais e manifestações de fé. Conta com onze centros de culto, quase todos com as suas festas. A Solenidade do Senhor dos Passos é também uma importante manifestação. Realizada sempre no quarto domingo da Quaresma, esta solenidade representa a Paixão e a Morte de Cristo, nos seus “passos” mais importantes. Nela destacamos as ruas ornamentadas de velas, nas suas duas procissões noturnas. No fim de semana, perto do dia 8 de setembro, é realizada a Festa do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora da Luz, padroeiros da Paróquia, ou a “Festa Grande”. Nesta festa o que se destaca são os tradicionais e ornamentados andores de bolos. É a maior festa da paróquia e marca o fim das manifestações festivas religiosas do ano.



Instituições

Bombeiros Voluntários de Maceira

Os Bombeiros Voluntários de Maceira foram fundados em 1983 como Associação dos Bombeiros Voluntários de Maceira, funcionando como centro de operações a partir do Quartel provisório, situado junto ao Monte de Santo Amaro. A inauguração da 1.ª fase do Quartel Sede, onde funcionará toda a componente operacional do Corpo de Bombeiros, acontece em 1993.



Figura B5 – Bombeiros Voluntários de Maceira

Constitui missão e objetivo supremo dos Bombeiros Voluntários de

Maceira, a salvaguarda e socorro de pessoas e bens, com destaque para e intervenção primordial no concelho de Leiria em áreas definidas, com incidência nas freguesias de Maceira e União de freguesias de Azóia e Parceiros. As missões de proteção e socorro que lhes são confiadas, face às inúmeras situações em que se torna necessária a sua intervenção, impõem uma formação multidisciplinar para que estejam preparados para intervir nas diversas situações, das quais se destacam o socorro às vítimas de acidentes rodoviários, a urgência pré-hospitalar, o combate a incêndios, a intervenção em cheias e inundações e em todos os serviços que lhes sejam solicitados. A ação deste corpo de voluntários tem particular evidência na realidade escolar de Maceira, não só pelas intervenções a nível de socorro a sinistrados que acontecem na dinâmica educativa, mas também por envolverem muitos dos ex e atuais alunos deste Agrupamento de Escolas.

Academia Cultural e Social de Maceira

Atualmente, presta apoio nas respostas sociais: Centro de Dia, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar) Centro Comunitário, Banco de Ajudas Técnicas e Creche.



Figura B6 – Academia Cultural e Social de Maceira

A Academia dispõe de uma vasta equipa

técnica e desenvolve todos os seus serviços para a comunidade da freguesia de Maceira e localidades limítrofes, apoiando os seus utentes através das diferentes respostas sociais de que dispõe. Existem vários projetos e atividades onde as Escolas participam com os alunos e a Comunidade em geral, tendo por matriz um protocolo de entendimento e de articulação em vários níveis da organização daquela importante estrutura de intervenção social.

A Academia Cultural e Social de Maceira tem como principal objetivo proteger os cidadãos na Velhice e Invalidez, apoiar Crianças e Jovens em várias áreas e intervir, em articulação com os outros serviços, em situações de pobreza, exclusão social e profissional. Como Missão, pretende contribuir para a resolução dos problemas sociais e humanos da comunidade local, com profissionalismo e respeitando a individualidade de cada um.

Fundada em 6 de setembro de 1995 como Associação Sem Fins Lucrativos, foi oficializada como Instituição Particular de Solidariedade Social em 26 de novembro de 1996, consolidando o seu compromisso com o bem-estar.

Projeto Educativo AEHS 2026-2029



Desde o seu início, a Academia dedicou-se ao cuidado da Terceira Idade, implementando o Serviço de Apoio Domiciliário em 1997. Nos anos seguintes, expandiu as suas respostas sociais com o Centro de Convívio (1999) e o Centro de Dia (2001), garantindo que os idosos tivessem espaços de acolhimento e interação. Em paralelo, planeava-se a construção do Edifício Sede, inaugurado em 2002, possibilitando o funcionamento da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Com visão de crescimento e inovação, em 2007, a Academia ampliou a sua atuação com a criação do Centro Comunitário, focado na área da família e da comunidade, fortalecendo redes de apoio e promoção social. Mais recentemente, em 2023, deu-se início a um novo e promissor projeto: a construção de uma Creche, cujo funcionamento teve início em outubro de 2024, reforçando o seu compromisso com as famílias e o futuro das novas gerações.

Sociedade Filarmónica Maceirense



Figura B7 – Sociedade Filarmónica Maceirense

150 anos de tradição, música e cultura em Maceira

A Sociedade Filarmónica Maceirense foi fundada no dia 25 de março de 1875 e manteve a sua atividade ininterrupta até à atualidade, sendo a Instituição Cultural mais antiga da freguesia de Maceira. Existindo poucos registos da época, sabe-se, contudo, e segundo testemunhos que foram passando de geração em geração, que a Sociedade Filarmónica Maceirense nasceu da vontade do Cónego Pereira da Costa, aquando da sua primeira passagem como

pároco de Maceira nos anos de 1875 e 1876, e de algumas das pessoas mais ilustres e influentes de toda a freguesia de Maceira, como os “Belentinas” e os “Alfaiates” do Arnal, os “Monteiros” do Arneiro, os “Pinheiros” da Pocariça, entre outros.

Atualmente, a Escola de Música da Sociedade Filarmónica Maceirense, com um corpo docente de professores habilitados, proporciona gratuitamente o enriquecimento musical, com formação em vários instrumentos a todos os que querem aprender música. Neste âmbito é de salientar também a articulação de atividades com o Agrupamento/Escolas, envolvendo várias iniciativas e cerimónias, estando mesmo disponibilizado o novo auditório para as aulas e ensaios daquela Banda de enorme prestígio nesta Comunidade.

A inauguração da nova sede da Filarmónica, a Casa da Música de Maceira, teve lugar a 15 de junho de 2025.

Corpo Nacional de Escutas

Nos finais de 1982, surge um grupo de jovens, animados por dois casais, também jovens, Rosa e Virgílio Rodrigues, Goreti e José Matos, apoiados e incentivados pelo Pároco da época, Pe. Júlio Vieira, tendo em vista a formalização do corpo de escutas de Maceira. Foi somente em janeiro de 1983 que começou a funcionar em pleno o grupo Júnior. Eram as salas anexas à Igreja de Santo Amaro que acolhiam o Agrupamento.



Figura B8 – Sede do Agrupamento 762 de Maceira

Projeto Educativo AEHS 2026-2029



Em fevereiro de 1985 (Ano Internacional da Juventude), os dirigentes fazem a sua promessa no Mosteiro da Batalha, mas é apenas em abril que se realizam as primeiras promessas dos elementos. Durante este mesmo ano, a 30 de junho, dá-se a oficialização do Agrupamento com o n.º de 762 (Maceira).

A primeira atividade Internacional realizou-se em setembro de 1993, tendo sido um Intercâmbio com os "Scouts de France", de Viroflay, Paris.

Atualmente, o seu efetivo é composto por 4 secções ativas – (Lobitos/6-10 anos; Exploradores/10-14 anos; Pioneiros/14-18 anos e Caminheiros/18-23 anos). Contam ainda com a Associação de Pais que formam a Patrulha Lobo, que dinamiza atividades e toma conta do Bar do Agrupamento.

O Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 762 Maceira tem a sua sede na antiga coletividade do Arneiro. Muitos dos Escuteiros são alunos da Escola, pelo que, por vezes, decorrem atividades em articulação.

Casa Amarela de Maceira



A Casa Amarela de Maceira é um edifício de interesse cultural, propriedade da Junta de Freguesia de Maceira, inaugurada e aberta ao público no final de outubro de 2024. Tem vindo a afirmar-se como um espaço dedicado à promoção da cultura, acolhendo exposições de pintura, escultura, fotografia, apresentações de livros, concertos e outras iniciativas abertas à comunidade.

Figura B9 – Casa Amarela de Maceira

Casa da Cultura de Maceira

A Casa da Cultura de Maceira é uma associação cultural sem fins lucrativos que se dedica à promoção das artes, da cultura e do património local. Foi formalmente constituída em 6 de dezembro de 2017, por iniciativa de 18 sócios fundadores, com o objetivo de criar um espaço de encontro e de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e educativas, bem como preservar e divulgar o património material e imaterial da região, contribuindo para a valorização da identidade cultural da freguesia.

Associações de Animação Social, Cultural e Desportiva

Existem na freguesia várias associações com atividades que vão desde pintura, teatro, música, entre outras. No setor cultural, Maceira conta com 4 grupos folclóricos, sendo eles o *Rancho Folclórico de Maceira*, o *Rancho Folclórico da Costa*, o *Rancho Folclórico 'Roda Viva'* e o *Rancho Folclórico 'As Pinhoeiras'*. Existe também a Sociedade Filarmónica Maceirense, que é a Instituição mais antiga da freguesia, e o Grupo Coral "Anima Choralis".

Há uma grande diversidade de associações: a Associação Coração sem Fronteiras ONGD -Núcleo Regional de Leiria; a Associação Nascentes de Luz; a Conferência de S. Vicente de Paulo e o Grupo Sociocaritativo. Existe ainda a Associação Cultural e Recreativa de Arnal, a Associação Cultural e Recreativa de Maceirinha, o Centro Popular e Recreativo de A-do-Barbas, o Centro Popular e Recreativo de Pocariça, o Clube Motorizado de Maceira, a Sociedade Columbófila Asas de Maceira Liz, a Associação Cultural e Recreativa de A-dos-Pretos, a Associação Recreativa e Cultural de Vale Salgueiro, a Associação Recreio Cultura e Desporto de Porto do Carro, a Associação Terra Nova, a Casa do Pessoal dos Cimentos Maceira Liz, o Centro Cultural e Recreativo

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

de Arneiro, o Centro Cultural e Recreativo de Cavalinhos, o Centro Popular e Recreativo de Costa, o Clube de Caça de Maceira, o Grupo Cultural e Desportivo Telheirense e o Núcleo Ornitológico Telheirense.

No âmbito desportivo, a freguesia conta com vários campos para a prática de futebol, 2 pavilhões gimnodesportivos, uma piscina coberta e uma piscina descoberta.

Demografia

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE-Instituto Nacional de Estatística (2011), a freguesia de Maceira é habitada por 9 914 pessoas (7,81% dos habitantes no concelho), das quais 20,64% têm mais de 65 anos e 13,51% são crianças ou adolescentes. Ainda em termos demográficos, constata-se que das 3 708 famílias residentes na freguesia de Maceira, 16,64% são compostas por uma única pessoa e que o peso dos agregados domésticos com quatro ou mais indivíduos é de 4,15%.

Indicadores demográficos disponíveis pelo INE relativamente aos Censos 2021

Principais indicadores demográficos do Concelho de Leiria – Censos 2021

128 616 Indivíduos	1,4% Var.	51 512 Agregados	6,0% Var.	70 403 Alojamentos	4,4% Var.	47 172 Edifícios	1,6% Var.
-----------------------	--------------	---------------------	--------------	-----------------------	--------------	---------------------	--------------

Principais indicadores demográficos da Freguesia de Maceira – Censos 2021

9 143 Indivíduos	-7,7% Var.	3 633 Agregados	-2,0% Var.	4 587 Alojamentos	4,4% Var.	4 428 Edifícios	3,7% Var.
---------------------	---------------	--------------------	---------------	----------------------	--------------	--------------------	--------------

A população residente na freguesia de Maceira, em 2021, era de 9 143 indivíduos. Verifica-se uma variação populacional de -7,7%, uma vez que a população residente em 2011 era de 9901. Contudo, o número de alojamentos e de edifícios registaram uma variação positiva, o que poderá vir a ter impacto em dados populacionais futuros.

Variação da população residente 2011 – 2021

Sexo	H			M			Total		
Freguesia	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.
Maceira [Leiria]	4 498	4 831	-6,9%	4 645	5 070	-8,4%	9 143	9 901	-7,7%
Total	4 498	4 831	-6,9%	4 645	5 070	-8,4%	9 143	9 901	-7,7%

Quadro B1 – Variação da população residente

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Quanto à população residente por grupo etário, regista-se um decréscimo em todos os grupos, com exceção do grupo etário dos indivíduos com 65 ou mais anos de idade, o que significa um claro envelhecimento da população residente na freguesia de Maceira.

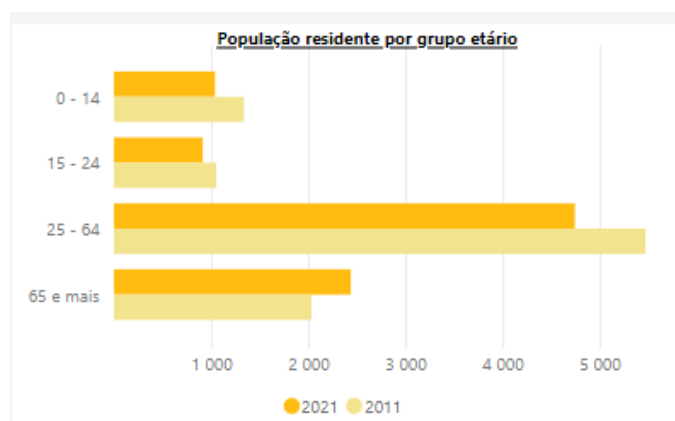


Gráfico B1 – População residente por grupo etário

Quanto à escolaridade da população residente na freguesia de Maceira, verifica-se um aumento da escolaridade, ao nível do ensino secundário, pós-secundário e superior, nos últimos 10 anos.

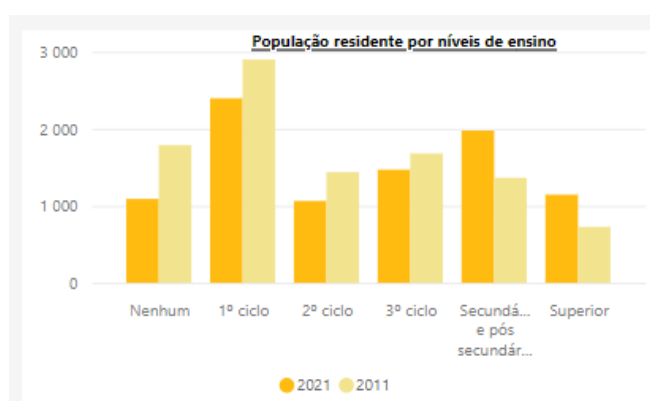


Gráfico B2 – População residente por níveis de ensino

Caracterização Industrial

Segundo o *Plano Diretor Municipal de Leiria de 2003*, nesta freguesia não há nenhuma indústria transformadora que se evidencie, já que possui estabelecimentos em quase todos os setores da indústria. O setor que se distingue é o da fabricação de máquinas e equipamentos não especificados, representando 27,1% do existente. Este valor é também o mais elevado relativamente às restantes freguesias do Concelho. Para além deste, os estabelecimentos ligados à indústria metalúrgica também constituem uma atividade importante, representando 18,1% do existente.

São três as atividades que se destacam por concentrar maior número de empresas e que de certo modo coincidem com o padrão a que se assiste no panorama concelhio, regional e económico: são ligadas à fabricação de produtos de borracha e de matérias plásticas, fabricação de outros produtos minerais não metálicos e indústrias metalúrgicas que representam na totalidade 66.1% da atividade industrial existente.



É uma freguesia que tem um grande valor ao nível dos recursos do subsolo, possuindo duas grandes empresas de extração e transformação de inertes do país – a CMP/SECIL e a SECIL/Martingança – que geram, ao mesmo tempo, vantagens e desvantagens para a freguesia. A proximidade da Maceira com o tecido industrial da Marinha Grande (muito relacionada com os moldes e o vidro) incentivou o aparecimento de pequenas empresas (ainda em crescimento) ligadas aos moldes, como fabricação de peças, moldes, retificação de moldes e outras indústrias (de apoio) ligadas à existência da forte indústria de moldes da Marinha Grande.

A Maceira apresenta um forte tecido empresarial/industrial, principalmente de carácter extrativo e referente à indústria de cimento (interligadas), que são caraterizadoras desta freguesia.

A “indústria social” da fábrica de cimento de Maceira-Liz: A fábrica e a obra social

A indústria de cimento teve início em 1891, com a exploração de jazigos margosos e calcários da região. Com a constituição da Empresa de Cimentos de Leiria (E.C.L.) iniciam-se estudos preparatórios para a criação de uma fábrica de cimento na Maceira, em 1918, diligência que vem dar um novo incremento à atividade industrial. Esteve na sua organização um grupo constituído pelos engenheiros químicos e militares como Amável Jardim Granger e Gastão Benjamim Pinto; o engenheiro civil, José Osório da Rocha e Mello, o engenheiro militar José de Sommer Ribeiro, bem como o burguês Henrique Sommer, principal empreendedor desta iniciativa. Em 1920, começam as obras de edificação da fábrica (e instalação do primeiro forno rotativo) e terminam em 1923. Foi inaugurada oficialmente a 3 de maio de 1923. A construção da urbanização do Bairro do Pessoal tem lugar também em 1920. A segunda fase de construção do Bairro irá ocorrer entre 1938-1939, tendo sido construídos dois outros bairros para o pessoal da fábrica.

À volta do espaço fabril, vários serviços vão surgindo. Em 1929, são inauguradas as instalações da Escola Primária n.º1, em 1930 é criada a Estação do Correio de Maceira-Liz e inaugurada a capela do Bairro da Maceira-Liz. Em 1933 inicia-se a construção da Casa do Pessoal e é criada a colónia de férias para as crianças da Escola Primária da E.C.L., na praia da Nazaré (agosto/setembro). Em 1936, é inaugurado o edifício da colónia balnear de S. Martinho do Porto. Com a morte de Henrique Sommer, em 1944, António Champalimaud, seu sobrinho, sucede na administração da E.C.L. Em 1950, é feita a inauguração da obra caritativa “Sopa dos Pobres de Maceira”. Em 1954, inicia-se a construção de cinco casas no Bairro de Maceira-Liz destinadas ao “Património dos Pobres”. A fábrica vai absorvendo as alterações trazidas pelo Estado Novo e pela Revolução do 25 de abril de 1974.

Maceira-Liz é, assim, uma fábrica com uma história, aliás muito bem documentada num interessante museu, onde o público pode apreciar peças valiosas ligadas aos primórdios da indústria e que estão catalogadas internacionalmente como exemplares raros. Inaugurado em 22 de abril de 1991, o Museu pretende preservar, de forma duradoura, condigna e sistematizada, o património histórico e cultural da Fábrica Maceira-Liz, desde o seu projeto inicial, a que se associam as imagens das terras áridas da Gândara, e percorrendo as fases mais significativas da sua trajetória até aos nossos dias. Não deixa de ser, também, um verdadeiro “Museu do Cimento”, porquanto a evolução da indústria do cimento em Portugal e a história da fábrica Maceira-Liz estão estreitamente ligadas.



Figura B10 – Museu da Fábrica - CMP



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Integram-se também no Museu a primeira locomotiva a vapor da Fábrica, a Central Turbo-Geradora, ainda a primitiva Casa da Direção e o Moinho de Vento utilizado nos ensaios de moagem, embora estes dois últimos elementos se situem fora do perímetro fabril. O Museu encontra-se aberto ao público mediante marcação prévia para visitas de grupos e de escolas. Os guias do Museu são colaboradores reformados da fábrica e as entradas são gratuitas.

A implantação da Escola Sede do Agrupamento no espaço fabril e social da empresa, então Cimentos do Liz e agora SECIL/CMP, viria a ter um papel de importância estratégica, que viria a ser aproveitado e valorizado nas atividades e nos serviços escolares. Paulatinamente esta relação viria a afirmar-se, a estabelecer ligações mais abrangentes, mais estruturantes, com incidência em várias dimensões da atividade escolar, envolvendo toda a comunidade com grande impacto social e cultural.

A Empresa de Cimentos de Maceira esteve na linha da frente, não só pela disponibilidade, mas também pelas respostas sempre atentas às várias iniciativas que emergiam de um Projeto Educativo associado aos apelos de uma sociedade nos seus vários ramos de intervenção. Os projetos, as iniciativas, os concursos e os programas em parceria com a Empresa, as muitas facetas que tem caracterizado esta relação de proveitosa garantia, a requalificação e valorização do património escolar, mais do que registos das evidências e mesmo da obra feita, foi de extrema relevância o sentimento genuíno dos interlocutores dos responsáveis da Empresa, da Comunidade e das Entidades com responsabilidade, que mais do que o mero dever, mais do que a simples disponibilidade, sempre se predispuseram à entrega por uma missão, por uma causa. Assim, e na longa caminhada realizada, o Patrono surge como um argumento e um valor previsto nas disposições legais que as organizações escolares deverão adotar por forma a melhor caracterizar o seu Projeto Educativo. Dizem os diplomas legais que deverá ser uma figura de cariz local, nacional, de impacto na região, e que pelas suas características e perfil reconhecido possa ajudar a promover os valores mais importantes na educação e formação dos alunos e jovens, vincando assim uma identidade.

Na reflexão atenta e participada, destaca-se Henrique Sommer, o industrial que nos anos 20 do século passado, teve esse horizonte largo de projetar a indústria cimenteira nesta região e que transportou para este local uma nova filosofia empresarial de cariz social, colocando a tônica na valorização humana. Foi esta personalidade que mandou construir escolas para os filhos dos trabalhadores, para além de outras infraestruturas e obras conhecidas, que encaixa no perfil definido e refletido não só nos competentes Órgãos e Estruturas Escolares/Educativas com essa responsabilidade, mas também partilhada com a sociedade Maceirense e da região, conforme procedimentos realizados em tempo próprio e que constam dos registos e das determinações elaboradas neste âmbito.

Salienta-se na personalidade de Henrique Sommer o seu espírito empreendedor, o Homem cuja visão estratégica empresarial não se limitou a produzir capital financeiro, mas também em projetar uma sociedade com preocupações humanistas, socioculturais e desportivas, espelhadas nas infraestruturas que criou, não descuidando a importância de uma “mente sã em corpo sã” dos seus trabalhadores e famílias. Homem de horizontes largos, encontrou em Maceira a expressão da sua capacidade e do seu caráter, deixando uma marca que importa perpetuar no que de melhor constituiu como exemplo para as gerações futuras, para as nossas crianças e para os nossos jovens.

Atualmente, e após vários desenvolvimentos socioculturais, a empresa SECIL/CMP tem manifestado um espírito de abertura e colaboração com a Comunidade, salientando-se, com especial relevo, o seu contributo para o desenvolvimento de Projetos/Atividades relacionados com a realidade educativa. Protocolos estabelecidos com a Autarquia e a Escola têm contribuído para alargar o usufruto de instalações da referida empresa, permitindo a utilização de espaços educativos, desportivos e culturais.



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Durante as obras do novo Centro Escolar/Educativo de Maceira, mais uma vez, a boa vontade e a compreensão dos responsáveis daquela Empresa, em sintonia com os responsáveis Escolares e Autárquicos, permitiram encontrar rapidamente as soluções necessárias.

A dinâmica da Comunidade

Para além das entidades referidas anteriormente, a freguesia conta com a “Unidade de Saúde Familiar Fonte do Rei”, que presta cuidados de saúde primários aos utentes, bem como outras entidades sociais, culturais e empresariais da zona, que têm sido valiosos parceiros no desenvolvimento do Projeto Educativo do nosso Agrupamento, estando alguns dos responsáveis representados nos órgãos de Gestão e Administração, nas Estruturas Escolares e Educativas do Agrupamento.

Referência especial à Associação de Pais e Encarregados de Educação que, também no espírito de Agrupamento, se constituiu como entidade única representativa de todos os Pais e Encarregados de Educação das Escolas e Jardins do Agrupamento. Os estatutos e os regulamentos desta estrutura foram reorganizados de forma a englobar os seus representantes em termos de representatividade de cada estabelecimento. O Plano de Atividades desta Associação encontra os seus principais referenciais no Projeto Educativo, incorporando e articulando o Plano Anual de Atividades da nossa Instituição. Todos estes elementos, em conjunto com elementos representativos dos alunos, através da sua Associação e Assembleias de Delegados de Alunos, têm integrado os Órgãos e Estruturas Educativas que a legislação em vigor e o Regulamento Interno preveem.

O PATRONO HENRIQUE DE SOMMER

De origem alemã, nasceu em 29 de janeiro de 1886, em Lisboa, e faleceu em Cascais a 28 de março de 1944. Foi um dos mais importantes industriais de Portugal e, a sua obra, foi fator decisivo na História da Maceira.

Era membro de uma família aristocrática alemã que vivia em Portugal. O avô, o barão Heinrich de Sommer, tinha-se juntado aos exércitos de D. Pedro IV de Portugal, casado com uma senhora portuguesa e aberto a empresa - Casa Sommer&Cia- dedicada à importação de ferro, em meados do século XIX.

Henrique de Sommer cresceu numa quinta situada nos Anjos, urbanizada pelo seu avô, o barão Heinrich de Sommer, quando este se fixou em Lisboa. A proximidade da família, rodeado de tios e primos, foi um fator muito importante na formação da sua personalidade. Depois de estudos comerciais em Inglaterra, foi chamado a gerir os negócios de família com 26 anos de idade, tendo iniciado as suas atividades profissionais através da Casa Sommer& Cia.

Em 1920, fundou a Companhia de Cimentos de Leiria, situada em Maceira, em terreno de vinhedos, mas cujo solo era rico em calcário e margas, matéria-prima para o fabrico do cimento. Para este empreendimento contou com o apoio técnico de João Osório Rocha e Mello, um engenheiro civil formado em Lausanne.

A fábrica de cimentos em Maceira-Lis foi inaugurada a rotativo e iniciado a produção de Cimento Portland. A capacidade de produção rondava as 60 mil toneladas por ano. Para além da fundação da indústria cimenteira em Maceira, é lembrado pela sua obra social e pelas condições de vida atrativas para fixar os trabalhadores e suas famílias nesta terra.

Em redor da fábrica criou uma espécie de condomínio industrial, com bairros operários. Preocupou-se com a educação, a saúde, a cultura e o bem-estar dos trabalhadores e famílias, construindo uma escola, uma cooperativa, uma capela, um posto médico com maternidade, uma farmácia, balneários, um parque e um centro de lazer (Casa do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria) que incluía uma biblioteca e infraestruturas desportivas.

A educação era uma preocupação de Henrique Sommer que, para além da escola frequentada pelos filhos dos trabalhadores, também mandou construir uma escola primária para as crianças que não eram filhos de trabalhadores da empresa, no Arnal (localidade da freguesia de Maceira). Em 1935, com a aquisição da Companhia de Cimentos Tejo,



Figura C1 - Henrique Sommer



Figura C2 - Entrada da fábrica nos anos 20



Figura C3 - Escola da Casa do Pessoal de Maceira

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

tornou-se o principal produtor de cimento em Portugal. Não tendo filhos, a sua obra foi continuada pelo seu sobrinho António Champalimaud.

A identidade local está profundamente ligada à história da indústria cimenteira e à figura de Henrique Sommer, industrial e patrono do Agrupamento, cuja visão empresarial e social contribuiu decisivamente para o desenvolvimento económico, educativo, social e cultural da Maceira.

DESIGNAÇÃO DO AGRUPAMENTO

Como marco significativo na vida do Agrupamento, salienta-se a alteração da denominação da Escola Básica e Secundária de Maceira, Leiria, para Escola Básica e Secundária Henrique Sommer, Maceira, Leiria, conjugado com a denominação do Agrupamento- Agrupamento de Escolas Henrique Sommer, Maceira, Leiria.



Figura C4 – Escolas do AEHS



Figura C5 - Escola-Sede do AEHS

Pode ler-se no ofício emanado pela Direção Regional de Educação do Centro, datado de 4 de setembro de 2012, que "De acordo com informação proveniente da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, a proposta constante do Portal Colaborativo do Ministério da Educação relativa à alteração da denominação da Escola Básica e Secundária de Maceira, Leiria, obteve aprovação, a 21-08-2012, passando assim a denominar-se Escola Básica e Secundária Henrique Sommer,

Maceira, Leiria, produzindo efeitos a partir de 01-09-2012."

Conforme previsto nas disposições legais e regulamentares (Decreto-Lei n.º 299/2007, de 22 de agosto) e dando cumprimento ao estipulado, a denominação do agrupamento de escolas e a denominação da respetiva escola sede devem coincidir no que se refere ao nome de um patrono e ao nome da localidade onde se situa o estabelecimento, seguido do nome do concelho, pelo que a denominação do Agrupamento passa igualmente a ser "Agrupamento de Escolas Henrique Sommer, Maceira, Leiria".

Desta forma, cumpriu-se mais um dos desígnios do Projeto Educativo de então, referenciando a personalidade de Henrique Sommer como patrono, com a importância e o significado que o mesmo representa para esta Comunidade, para a região e no contexto próprio da realidade nacional.

A identificação do Agrupamento assume nova imagem, traduzida num novo logótipo:



A 3 de maio de 2013, em cerimónia pública, a Escola prestou-lhe a merecida homenagem de reconhecimento.



Referências Bibliográficas e infográficas

COSTA, José Pereira da (1900). *A Política Social da Fábrica de Cimento Liz, Filantropia e operariado na indústria do cimento*, CMP, 1994.

COSTA, José Pereira da (1900). "Breve memória da Igreja Parochial de Maceira", Leiria.

CRISTINO, Luciano Coelho (1995). Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região, Câmara Municipal de Leiria, - Para a História do mosaico romano "ORFEU I" de Maceira.

Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria, Braga, Typographia Lusitana, 1868.

Estatutos da Empresa de Cimentos de Leiria, Leiria, 1921.

In Jornal de Maceira, abril de 1997, por José Ribeiro de Sousa

in Vários, *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Câmara Municipal de Leiria, 1991.

LIMA, Caetano, *Geografia Histórica*, vol 2.º.

MENDES, José Amado, "O Património Industrial como componente da História Local".

PEREIRA, Alfredo Manuel Marques, CRISTINO, Luciano Coelho. *Heráldica da Vila de Maceira*.

SÁ, Maria Cristina Moreira de (1966). *Os Mosaicos do Arneiro* (Arnal), Douguédroit.

Plano Diretor Municipal de Leiria, Caracterização industrial do concelho de Leiria, Volume II 2003

ZÚQUETE, Afonso, *Monografia da Cidade de Leiria, a Cidade e o Concelho*, Leiria, Ed.

<http://www.maceira-lra.com/paginas/santoamaro/>

<http://www.maceira-lra.com/paginas/barroquinha/>

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/75037/>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Maceira_\(Leiria\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Maceira_(Leiria))

<http://bombeirosmaceira.pt>

<http://www.academiademaceira.com>

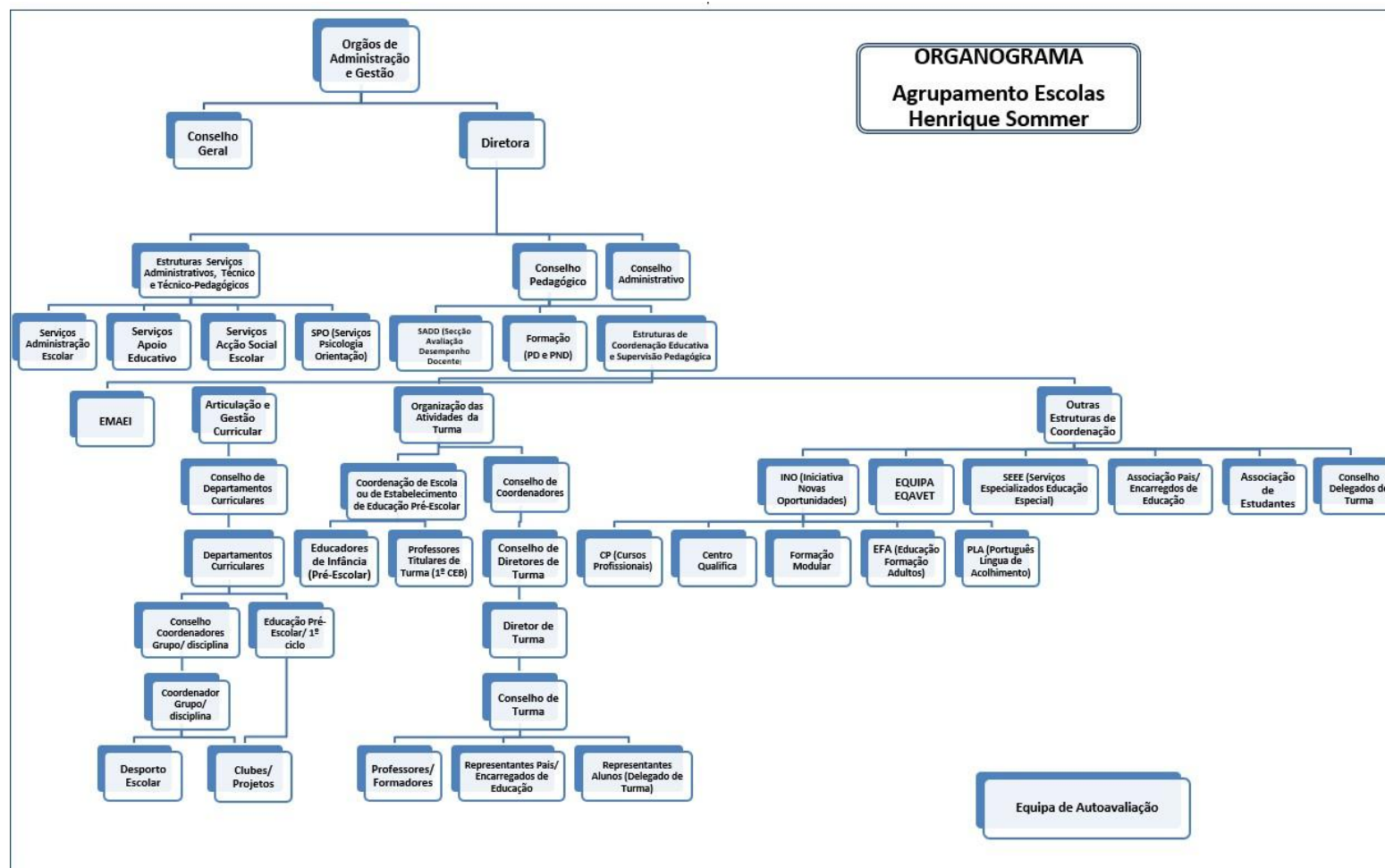
<http://www.sfm.pt.vu/>

<http://www.secil.pt/default.asp?pag=museu>

<http://www.secil.pt/default.asp?pag=maceira>

<https://www.freguesiademaceira.pt/associativismo>

Fonte: https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html



METAS DE SUCESSO ESCOLAR DESTE AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

Departamento do 1.º Ciclo							
	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
2.º ano	97	99	91	97	93	96	97
3.º ano	99	98	95	99	85	99	99
4.º ano	99	99	98	99	95	99	99

Departamento de Línguas							
Português	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	96	100	89	95	95	95	96
6.º ano	96	96	97	96	94	96	96
7.º ano	83	87	81	87	88	86	85
8.º ano	89	84	92	87	83	87	88
9.º ano	94	92	91	97	89	92	93
10.º ano	95	95	92	91	100	95	95
11.º ano	92	95	94	88	100	94	93
12.º ano	97	100	100	98	97	99	98
Português Língua Não Materna	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	96	-	-	-	80	80	88
6.º ano	96	-	-	-	75	75	86
7.º ano	-	-	-	-	-	-	79
8.º ano	89	-	-	-	33	33	61
9.º ano	94	-	-	-	100	100	97
10.º ano	-	-	-	-	-	-	99
11.º ano	-	-	-	-	-	-	99
12.º ano	97	-	-	-	100	100	99
Inglês	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	99	99	98	99	97	98	99
6.º ano	96	98	98	99	98	98	97
7.º ano	83	98	90	71	79	85	84
8.º ano	92	86	98	87	80	88	90
9.º ano	93	99	85	90	92	92	93
10.º ano	95	89	82	91	94	89	92
11.º ano	98	98	98	91	94	95	97
Francês	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
7.º ano	94	99	95	98	96	97	96

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

8.º ano	96	99	99	96	96	98	97
9.º ano	97	97	100	100	100	99	98
Oficina de Teatro	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
7.º ano	99	100	100	100	100	100	100
8.º ano	99	100	99	100	100	100	100

Departamento de Matemática e Ciências Experimentais							
Matemática	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	88	93	83	93	89	90	89
6.º ano	85	83	86	84	89	86	86
7.º ano	79	77	81	85	77	80	80
8.º ano	72	74	79	74	72	75	74
9.º ano	72	72	72	65	71	70	71
Matemática A	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	80	85	64	83	88	80	80
11.º ano	89	100	72	86	82	85	87
12.º ano	88	100	90	88	87	91	90
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	78	91	90	94	100	94	86
11.º ano	80	92	72	70	83	79	80
Ciências Naturais	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	98	99	99	100	100	100	99
6.º ano	98	94	99	99	99	98	98
7.º ano	94	100	97	94	92	96	95
8.º ano	99	100	100	98	89	97	98
9.º ano	99	99	100	99	96	99	99
Biologia e Geologia	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	91	94	93	90	100	94	93
11.º ano	92	100	91	100	88	95	94
Biologia	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	99	100	100	100	100	100	100

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Geologia	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	Não tem	-	-	100	-	100	100
Ciências Físico-Químicas	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
7.º ano	88	93	88	82	93	89	89
8.º ano	90	92	94	87	82	89	90
9.º ano	90	87	100	95	96	95	93
Físico-Química A	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	84	73	57	83	83	74	79
11.º ano	88	97	73	86	88	86	87
Física	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	98	-	100	-	-	100	99
Química	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	Não tem	-	-	-	-	-	-
TIC	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	100	100	96	100	99	99	100
6.º ano	100	98	99	100	91	97	99
7.º ano	99	99	98	99	100	99	99
8.º ano	99	99	100	100	96	99	100
9.º ano	99	99	99	100	100	100	100
Aplicações Informáticas	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	100	100	100	100	100	100	100

Departamento de Ciências Humanas e Sociais							
HGP	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	96	95	85	88	87	89	93
6.º ano	96	93	98	97	86	94	95
História	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
7.º ano	95	95	99	99	97	98	97
8.º ano	97	99	100	95	97	98	98
9.º ano	97	99	98	95	99	98	98

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

História A	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	86	87	100	56	100	86	86
11.º ano	94	100	94	80	100	94	94
12.º ano	94	-	100	100	-	100	97
Filosofia	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	91	80	85	77	84	82	87
11.º ano	97	98	82	85	91	89	93
Psicologia	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	99	-	-	100	100	100	100
Sociologia	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	94	-	94	-	-	94	94
Geografia	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
7.º ano	93	100	96	93	100	97	95
8.º ano	97	100	100	100	97	99	98
9.º ano	99	99	100	99	98	99	99
Geografia A	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	95	96	100	96	100	98	97
11.º ano	100	100	100	100	100	100	100
Economia A	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
10.º ano	95	-	-	100	100	100	95
11.º ano	95	-	-	-	100	100	98
Economia C	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
12.º ano	95	100	-	100	-	100	98
EMRC	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	100	100	100	100	100	100	100
6.º ano	100	100	100	100	100	100	100
7.º ano	100	100	100	100	100	100	100
8.º ano	100	100	100	100	100	100	100
9.º ano	100	100	100	100	100	100	100
10.º ano	100	100	100	100	100	100	100
11.º ano	100	100	100	100	100	100	100

Projeto Educativo AEHS 2026-2029

Departamento de Expressões							
Educação Visual	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	100	100	98	99	100	99	100
6.º ano	99	98	100	100	99	99	99
7.º ano	96	100	99	99	100	100	98
8.º ano	100	99	100	100	100	100	100
9.º ano	100	100	98	100	100	100	100
Ed. Tecnológica	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	99	100	96	99	100	99	99
6.º ano	98	98	98	98	99	98	98
Ed. Musical	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	98	100	99	100	98	99	99
6.º ano	96	97	99	96	90	96	96
Oficina de Artes e Tecnologias	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
7.º ano	100	100	100	98	100	100	100
8.º ano	100	100	100	100	98	100	100
Educação Física	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	100	100	99	99	100	100	100
6.º ano	98	98	100	100	99	99	98
7.º ano	98	100	100	98	99	99	99
8.º ano	99	98	99	100	100	99	99
9.º ano	99	100	98	98	100	99	99
10.º ano	100	100	100	100	100	100	100
11.º ano	100	100	100	100	100	100	100
12.º ano	100	100	100	100	100	100	100

Cidadania e Desenvolvimento	Meta 21/25 (em %)	Taxa de Sucesso (em %)				Taxa Média no Quadriénio	Meta - 2025/29
		2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025		
5.º ano	100	98	94	100	100	98	99
6.º ano	100	96	100	97	99	91	96
7.º ano	100	100	100	99	100	100	100
8.º ano	100	94	90	100	99	96	100
9.º ano	100	100	99	100	100	100	100

Legenda:

- Aumenta em relação à meta anterior
- Diminui em relação à meta anterior
- Mantém-se igual à meta anterior

MATRIZ DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERNA**ANO LETIVO 202_-202_****DEPARTAMENTO:** _____**RELATÓRIO - ____º SEMESTRE***São **objetivos** deste relatório:*

- Analisar o trabalho desenvolvido na organização escolar no semestre e na estrutura educativa a que se reporta;
- Refletir os aspetos que carecem de melhoria;
- Monitorizar aspetos organizacionais, integrando a autoavaliação como uma prática de melhoria e sustentabilidade de processos.

NOTA: Devem ser dadas as informações solicitadas em cada campo, de acordo com os indicadores apresentados; no caso de não haver elementos, explicitar esse facto.

DOMÍNIO DE ANÁLISE: RESULTADOS**1. Resultados Académicos***(Quadros de resultados internos e metas por disciplina e ano de escolaridade)***1.1. Análise e fundamentação****1.2. Estratégias implementadas nas aulas****2. Resultados sociais****2.1. Participação na vida da escola***(Atividades desenvolvidas na escola pelo Departamento/Grupos Disciplinares no âmbito do Plano de Atividades)***2.2. Cumprimento das regras e disciplina****2.3. Projetos/Atividades de Solidariedade, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Empreendedorismo**

DOMÍNIO DE ANÁLISE: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

1. Trabalho cooperativo e gestão articulada do currículo

1.1. Ao nível do planeamento curricular:

1.1.1. Articulação e sequencialidade entre os diversos níveis de ensino

(Referir formas de cooperação dos docentes de forma a promover a gestão articulada do currículo no que respeita ao planeamento curricular, tendo em consideração a articulação e a sequencialidade entre os diversos níveis de ensino)

1.1.2. Articulação com as outras disciplinas no mesmo nível de ensino

(Referir formas de cooperação dos docentes de forma a promover a gestão articulada do currículo no que respeita ao planeamento curricular, tendo em consideração a articulação com as outras disciplinas no mesmo nível de ensino, perspetivando a interdisciplinaridade)

1.2. Ao nível do desenvolvimento curricular/práticas de ensino e de aprendizagem e adequação do ensino às necessidades e potencialidades de cada aluno:

1.2.1. Domínio de Autonomia Curricular (DAC)/Interdisciplinaridade

(Mencionar, por ano e turma, projetos/abordagens interdisciplinares realizadas na disciplina e os espaços curriculares em que são desenvolvidos, de acordo com o modelo proposto pelo DL n.º 55/2018, de 6 de julho, “de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.”)

1.2.2. Utilização de metodologias ativas e experimentais nas aprendizagens

1.2.3. Valorização da dimensão artística

1.3 Ao nível da avaliação curricular:

1.3.1. Processos de recolha de informação utilizados

(Mencionar os processos utilizados - observação, testagem, análise de conteúdo, inquérito - para verificação dos progressos das aprendizagens dos alunos, tendo em conta os critérios de avaliação definidos na disciplina e os perfis de desempenho para a disciplina.)

1.3.2. “Feedback” aos alunos e aos encarregados de educação, dos progressos, das aprendizagens realizadas e por realizar

(Explicar como é dado o “feedback” aos alunos e aos encarregados de educação das aprendizagens realizadas e por realizar, assim como os progressos das aprendizagens dos alunos, tendo em conta os perfis de desempenho previstos para a disciplina e ainda o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.)

2. Cumprimento das aprendizagens essenciais constantes das planificações.

DOMÍNIO DE ANÁLISE: LIDERANÇA E GESTÃO

1. Intervisão da prática letiva

(Mencionar práticas de intervisão da prática pedagógica que permitam o conhecimento das estratégias e das atividades dinamizadas nas turmas, usando instrumentos diversificados.)

2. Eficácia dos circuitos de informação e comunicação interna e externa

3. Ambiente de trabalho

4. Segurança

SUGESTÕES

Sugestões de aspetos que careçam de melhoria para maior eficácia da organização escolar.

AVALIAÇÃO EXTERNA

(Resultados das provas e exames nacionais de acordo com os dados fornecidos em CP, a preencher pelo Coordenador de Departamento.)

O/A Coordenador/a: _____

Data: ____/____/____

SERVIÇOS E LINHAS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

➤ Programa Escola Segura

- **Tipo de incidentes:** violência escolar, *bullying*, ameaças, segurança na escola ou *online*.
- **Público-alvo:** alunos, professores, pais e escolas.
- **Forma de contacto:** através da PSP/GNR ou agentes da Escola Segura.
- **Link:** <https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-escola-segura.aspx>

➤ Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS)

- **Tipo de incidentes:** ataques informáticos, *phishing*, roubo de dados, vírus ou invasão de sistemas.
- **Público-alvo:** cidadãos, escolas e organizações.
- **Forma de contacto:** portal do CNCS.
- **Link:** <https://www.cncs.gov.pt/pt/notificacao-incidentes/>
- **Telefone:** 210 497 400

➤ Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)

- **Tipo de incidentes:** violação de dados pessoais, uso indevido de informação.
- **Público-alvo:** cidadãos, escolas e organizações.
- **Forma de contacto:** através do site da CNPD.
- **Link:** <https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/>

➤ Polícia Judiciária – UNC3T

- **Tipo de incidentes:** crimes informáticos e fraudes *online*, extorsão ou partilha ilegal de conteúdos, partilha de conteúdos ofensivos, divulgação de fotografias íntimas.
- **Público-alvo:** cidadãos e instituições.
- **Forma de contacto:** denúncia à Polícia Judiciária.
- **Link:** <https://www.policiajudiciaria.pt/unc3t/>
- **Telefone:** 211 967 000 (Sede)
- **DIC de Leiria:** 244 845 222 chefepiquetele@pj.pt

➤ Linha Internet Segura

- **Tipo de incidentes:** *cyberbullying*, conteúdos ilegais ou perigos *online*, partilha de conteúdos ofensivos, divulgação de fotografias íntimas.
- **Público-alvo:** alunos, pais e professores.
- **Forma de contacto:** linha de apoio e formulário *online*.
- **Link:** <https://www.internetsegura.pt/lis/sobre-a-lis>
- **Telefone:** 800 219 090



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

➤ Programa Cuida-te

- **Tipo de situações:** apoio psicológico e bem-estar juvenil.
- **Público-alvo:** jovens e estudantes.
- **Forma de contacto:** plataforma *online* e serviços de apoio juvenil.
- **Link:** <https://ipdj.gov.pt/o-programa>
- **Linha SOS Criança** | 116111
- **Linha da Criança** | 800 20 66 56
- **Linha Emergência Social** | 144
- **Linha Apoio à Vítima** | 116 006
- **Linha crianças em perigo** | 96 123 11 11

➤ Linha de Apoio à Vítima (APAV)

- **Tipo de incidentes:** ameaças, qualquer tipo de crime ou violência.
- **Público-alvo:** vítimas de crime (incluindo jovens).
- **Forma de contacto:** linha telefónica e apoio presencial.
- **Link:** <https://apav.pt/linha-de-apoio-a-vitima>
- **Telefone:** 116 006 | chamada gratuita | dias úteis, das 08h às 23h

➤ Linha SOS Criança

- **Tipo de situações:** proteção de crianças e jovens em risco, suspeita de abuso ou negligência, conflitos familiares.
 - **Público-alvo:** crianças, jovens e adultos que queiram denunciar situações.
 - **Forma de contacto:** linha telefónica de apoio.
 - **Link:** <https://www.iacrianca.pt/linha-sos-crianca/>
 - **Telefone:** 116 000 | 24h por dia
-

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO LETIVO

No âmbito das competências previstas no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, compete ao Conselho Pedagógico, de acordo com a alínea I), do art.º 33.º "definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários", sendo da competência do Diretor, e de acordo com o art.º 20.º, "superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários; distribuir o serviço docente e não docente; designar os coordenadores de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar e designar os coordenadores dos departamentos curriculares e os diretores de turma". Neste sentido, os critérios de distribuição do serviço docente, aprovados pelo Conselho Pedagógico, estão de acordo com as prioridades definidas no Projeto Educativo do Agrupamento, tendo em conta:

- sempre que possível, a manutenção da continuidade pedagógica ao longo de cada ciclo;
- a constituição de equipas pedagógicas organizadas para cada ano de escolaridade;
- o número de níveis e de grupos-turma a distribuir a cada docente.

A distribuição do serviço docente deve ter, como princípio orientador, a defesa da melhor qualidade de ensino e os legítimos interesses dos alunos, devendo obedecer a um conjunto de critérios gerais que se especificam:

1. A distribuição do serviço docente será feita pela Direção da escola com base nas propostas dos diferentes grupos de recrutamento, garantindo a possibilidade de distribuir o serviço por área disciplinar, de forma a diminuir, dentro do possível, o número de docentes por turma.
2. O Diretor indicará a cada grupo de recrutamento, após a realização das matrículas, o projeto de rede das escolas, com indicação das turmas previstas, das respetivas disciplinas, bem como do respetivo regime de funcionamento.
3. Dentro de cada ciclo de estudos, será dada, preferencialmente, continuidade à leção das mesmas turmas, salvo casos específicos que poderão advir de situações de ordem organizacional, a resolver num quadro de âmbito pedagógico e ético.
4. Na distribuição de serviço dever-se-á ter em linha de conta a melhor adequação do perfil do professor às necessidades da turma, designadamente quanto àquelas que apresentem alunos com problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido ou outras problemáticas.
5. As Direções de Turma são atribuídas em continuidade, exceto aos docentes que por alguma razão não se enquadrem no perfil para o seu desempenho, ou cuja distribuição de serviço não o permita.
6. Dever-se-á evitar a atribuição de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais, por razões justificáveis, haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores, apresentem alguma condicionante para esta situação.
7. Evitar a distribuição de serviço letivo extraordinário, de acordo com os normativos legais/regulamentares.
8. Cada horário poderá contemplar até quatro níveis ou disciplinas diferentes, salvo as seguintes exceções: professor único na escola e disciplina com carga horária reduzida. Esta distribuição pode ser alterada se algum grupo, por unanimidade, considerar adequada essa alteração, ou decorrente de orientações específicas, tendo em vista a melhor organização escolar.



9. O horário de cada professor não deverá ultrapassar um número máximo de sete turmas e/ou quatro conteúdos programáticos diferentes, a não ser depois de esgotadas todas as possibilidades.

10. Na distribuição do horário letivo aos docentes, cumpridas as orientações definidas para o efeito, e em situações absolutamente excecionais, se o docente o solicitar por escrito, poderão ser considerados 9 tempos diários no horário do docente.

CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Princípios

A **constituição das turmas** deve obedecer aos **princípios** da **equidade, continuidade pedagógica, inclusão e racionalização dos recursos**, cabendo ao Diretor assegurar o seu cumprimento.

Critérios gerais de constituição de turmas

Na **constituição de turmas** deve atender-se aos **critérios gerais**, que se passam a enunciar, no integral respeito pelos normativos e legislação em vigor.

Devem prevalecer prioritariamente critérios de natureza pedagógica, competindo ao Diretor aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelos normativos existentes. Devem obedecer aos seguintes princípios:

- Respeito pelos limites mínimo e máximo de alunos por turma, definidos para cada ciclo e nível de ensino, admitindo-se exceções apenas nas situações legalmente previstas.
- Continuidade do grupo-turma, sempre que possível, evitando alterações injustificadas. Continuidade do grupo-turma do ano anterior (dentro do possível), salvo recomendações/orientações em contrário ou alguma situação de caráter excecional.
- Distribuição equilibrada dos alunos, tendo em consideração:
 - o género;
 - o aproveitamento escolar;
 - os perfis comportamentais;
 - as necessidades específicas de apoio à aprendizagem e à inclusão.
- Integração dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, garantindo condições que favoreçam a sua participação e sucesso educativo.
- Sempre que existam alunos com medidas seletivas ou adicionais, a sua distribuição deve permitir uma organização equilibrada das turmas e dos recursos de apoio.
- O Diretor pode fundamentar exceções quando tal beneficie o sucesso educativo ou responda a necessidades específicas.
- As escolas dispõem de autonomia para definir critérios complementares aprovados pelos seus órgãos competentes, desde que respeitem a legislação em vigor.
- Impedimento de transferências de turma, exceto em casos devidamente justificados, tendo em conta pareceres dos Departamento Curricular do 1.º ciclo/Conselhos de Turma (2.º e 3.º ciclos), exarados em ata, e/ou requerimento dos Encarregados de Educação devidamente fundamentados.
- Após afixação das turmas, o Encarregado de Educação pode pedir, desde que fundamentado e de acordo com o estipulado, transferência de turma do seu educando, no prazo de cinco dias úteis ou nas condições que a Lei o venha a consagrar.



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Os alunos que necessitam de beneficiar de apoio pedagógico por serem provenientes de turmas com escolaridade irregular no ano anterior, assim como os oriundos de países estrangeiros, devem ser agrupados de forma a possibilitar o apoio mais adequado, especialmente na área curricular disciplinar de Português e Matemática.
 - Sempre que o Órgão de Direção do Agrupamento considerar que, em determinada turma, um “ratio” professor/aluno inferior ou superior à fixada legalmente é condição indispensável para a promoção do sucesso educativo de alunos com dificuldades de aprendizagem, deve, após fundamentação e pareceres das Estruturas Educativas envolvidas e do Conselho Pedagógico, apresentar uma proposta de constituição de turma, devidamente fundamentada, ao respetivo órgão de tutela. Todas as turmas terão o devido acompanhamento, no sentido de avaliar a integração dos alunos e a eficácia do trabalho, com o adequado procedimento organizacional.
 - Atender a pretensões e/ou preferências manifestadas pelos Encarregados de Educação, desde que devidamente fundamentadas e se houver resposta educativa adequada e com o devido enquadramento.
 - No caso de Educação Moral e Religiosa Católica, disciplina de frequência facultativa, a constituição de turmas não pode basear-se expressamente na frequência ou não dessa disciplina. Neste caso, poder-se-ão juntar alunos de duas turmas desde que esse número não exceda 22 alunos. No entanto, não é permitida a junção de alunos de diferentes anos de escolaridade. Quando, num ano de escolaridade, o número total de alunos matriculados nesta disciplina for igual ou superior a 15 alunos, formar-se-á apenas uma turma. Caso esse número seja superior ao número de alunos regulamentado para cada turma, poderão ser organizadas várias turmas, não devendo, porém, cada uma delas ser constituída por menos de 10 alunos. Os demais procedimentos desta disciplina, para além do que esteja consagrado na regulamentação própria, poderão ter um enquadramento ajustado à realidade local da Comunidade.
 - Quando, por motivos pedagógicos, se mostre conveniente a mudança de um aluno de uma turma para outra, em qualquer momento do ano letivo, esta poderá ser autorizada, após parecer do Conselho Pedagógico e ouvido o Encarregado de Educação. Se se tratar de razões de ordem disciplinar, aplicar-se-ão as medidas previstas no Regulamento Interno, devidamente enquadradas na legislação em vigor.
 - Durante a frequência do ensino básico, incluindo a transição entre ciclos, ou do ensino secundário, ou ainda na transição entre níveis de escolaridade, não são permitidas transferências de alunos entre escolas, nos termos da legislação em vigor, excetuando as seguintes situações:
 - a) Mudança de curso ou de disciplinas de opção ou de especificação não existentes na respetiva escola;
 - b) Por vontade expressa e fundamentada do Encarregado de Educação ou do aluno quando maior;
 - c) Na sequência da aplicação de pena disciplinar que determine a transferência de escola.
 - A organização das turmas é da responsabilidade do Órgão de Direção do Agrupamento, que terá em consideração os critérios constantes deste documento e/ou os pareceres do Departamento Curricular do 1.º ciclo/Conselhos de Turma a que os alunos pertenceram no ano escolar anterior e a quem caberá indigitar uma ou várias equipas de professores para execução das tarefas e implementação dos princípios orientadores e critérios exarados neste documento.
-

PERFIL DO DIRETOR DE TURMA

Dada a importância do cargo de direção de turma, na gestão pedagógica e curricular, este deve ser atribuído, preferencialmente, a professores que:

- Garantam continuidade;
- Lecionem a totalidade dos alunos da turma ao longo de todo o ano escolar;
- Apresentem o perfil indicado e onde prevaleçam a capacidade de tolerância, bom senso, ponderação e compreensão, associadas sempre a atitudes de firmeza educativa que impliquem respeito mútuo;
- Possuam um espírito metódico e dinamizador, assim como a capacidade de prever/controlar situações e de solucionar problemas em tempo útil;
- Mantenham uma atitude de permanente disponibilidade para a resolução dos problemas que se lhe apresentem no âmbito das suas competências.

Caso os Diretores de Turma se encontrem impedidos de exercer as suas funções, por um período superior a uma semana, deve, sempre que se justifique, ser designado pelo Diretor outro Diretor de Turma, de entre os professores da turma, que permita manter os níveis de intervenção e organização.

CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS

(no respeito pelo art.º 13º, ponto 1, I) do Decreto-Lei n.º 75/2008 atualizado pelo Decreto-Lei n.º 317/2012, de 2 de julho)

De acordo com o art.º 13.º, do Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho, foram definidos **critérios gerais** para a elaboração dos horários dos alunos, designadamente:

Pré-escolar

Horário do Pré-escolar: das nove horas às doze horas e das treze horas e trinta minutos às quinze horas e trinta minutos. O intervalo no período da manhã será das dez horas e trinta minutos às onze horas. (Poderá haver ajustes pontuais.)

1.º CEB

1. No 1.º ciclo, as atividades de componente do currículo decorrerão das nove horas às doze horas, no período da manhã, e das treze horas e trinta minutos às quinze horas e trinta minutos, no período da tarde.
2. De manhã, o intervalo será das dez horas e trinta minutos às onze horas e, de tarde, das quinze horas e trinta minutos às dezasseis horas. O período de almoço decorrerá das doze às treze horas e trinta minutos.
3. As AEC deverão funcionar, preferencialmente, das 16h00 às 17h00. Poderá haver alterações excecionais ao intervalo por força de flexibilização das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC.
4. Das 17.00h às 17.30h, será efetuada a entrega segura dos alunos. (Poderá haver ajustes pontuais.)



Escola-Sede

1. Na escola-sede, as atividades iniciar-se-ão às oito horas e trinta minutos e terminarão às dezoito.
2. Distribuição dos tempos letivos nos 2.º e 3.º ciclos, com o máximo de 5 tempos por turno e oito por dia.
3. O limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos do dia é de 2 ou 3 tempos, usados para aulas de apoio educativo/atividades de enriquecimento curricular.
4. A distribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana não deverá ser em dias seguidos e sempre que possível distribuídos de forma equitativa.
5. Evitar a colocação de uma disciplina no final do turno mais do que uma vez por semana.
6. Disciplinas com carga de 100 minutos semanais devem ser distribuídos por dois tempos de 50 minutos.
7. Na distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira não deverão ser colocadas em tempos seguidos.
8. As aulas de Educação Física devem respeitar a disponibilidade dos espaços desportivos e não devem ocorrer logo após o almoço, devendo existir um intervalo mínimo de uma hora.
9. Poderá haver alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas, resultante das ausências excecionais dos docentes, se necessário, e após ser comunicado sempre atempadamente, sempre que possível, aos Encarregados de Educação, sob autorização e coordenação da Diretora/Direção.
10. Na distribuição de apoios aos alunos deve ter-se em consideração o seguinte:
 - Os apoios individualizados devem, sempre que possível, decorrer em coadjuvância;
 - Os restantes apoios devem ser organizados de forma equilibrada ao longo da semana, evitando o final do dia ou a tarde livre comum às turmas, permitindo a participação dos alunos em atividades extracurriculares.
11. Para a atribuição dos apoios/tutorias a prestar aos alunos, tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal, poderão ter até dois dias com nove tempos ou ocupar uma tarde livre.
12. Nos alunos com NE, que beneficiam de ACS (Acomodações Curriculares Significativas), o número de horas do horário deve ser igual ao dos respetivos anos de escolaridade.

Critérios adicionais definidos pelo Conselho Pedagógico

1. Libertação de tempos comuns para reuniões de equipas pedagógicas, grupos disciplinares e Conselhos de Turma.
2. Definição de um tempo comum para reuniões: Coordenadores de Departamentos; Coordenadores de Diretores de Turma e de Diretores de Turma com o mesmo ano de escolaridade, sempre que possível.
3. Distribuição equitativa de níveis entre os docentes de cada grupo disciplinar, promovendo o trabalho colaborativo.
4. Disciplinas com desdobramentos ou componente laboratorial devem concentrar-se no mesmo dia da semana.
5. Critérios para distribuição do serviço docente dentro do grupo disciplinar:
 - a) Respeito pela continuidade pedagógica do ciclo;
 - b) Tempo efetivo de serviço/graduação profissional.

Nota – Estes critérios poderão ser alterados, decorrentes de orientações superiores.

BIBLIOGRAFIA

- ALÇADA, I., ROLDÃO, M.C. (1985). Documento de trabalho. In FERNANDES, G., ALÇADA, I., EMÍDIO, M. T. (1992). *Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento / Ministério da Educação.
- ALVES, J. M. (2003). Organização, gestão e projetos educativos das escolas. (6.ª ed.). Porto: Edições ASA.
- AMADO, J. (2000 a). Interação pedagógica e indisciplina na aula. Porto: Edições ASA.
- AZEVEDO (Coord.) et al. (2011). Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação-Guião de Apoio. Recursos e Dinâmicas. Lisboa: 2011.
- BARROSO, J. (1996). *O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída*. In BARROSO, J.(org.), (1996). O estudo da escola. Porto: Porto Editora
- BOLÍVAR, A. (2000). O lugar da escola na política curricular atual. Para além da reestruturação e da descentralização. In SARMENTO, M. J. (coord.), *Autonomia da Escola – Políticas e Práticas*. Lisboa: ASA Editores.
- BONAFÉ, J. M. (1991). *Proyectos Curriculares y Práctica Docente*. Sevilha: Diada.
- CARVALHO, A., DIOGO, F. (1994). Projeto educativo. Porto: Edições Afrontamento.
- COSME, A. e TRINDADE, R. (2010). Educar e Aprender na escola: Questões, desafios e respostas pedagógicas.
- DIAS, M. (1999). A Autonomia das Escolas em Portugal: Igualdade e Diversidade. In vários. *Autonomia das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Inovação Educacional.
- FODDY, W. (2002). Como perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras: Celta Editora.
- FONTOURA, M. M. (1999). Política Educativa e cultura escolar: resistências e reconstrução. In Estrela & Ferreira (org.). Atas do II Congresso Internacional da AIEPEL / AFIRSE, *Educação e Política*, Vol. I.
- FONTOURA, M. M.(s/d). O papel da tecnologia na construção dos projetos de escola. In Estrela & Ferreira (org.). X Colóquio da AFIRSE / AIEPEL.
- FONTOURA, M. M. (2000). O currículo na gestão e organização das escolas. In Costa, J., Mendes, A., Ventura, A. org. (2000) *Liderança e estratégia nas organizações escolares*. Aveiro: Universidade.
- FONTOURA, M. M. (2001). Projeto Educativo de escola: realidade ou ficção? Revista de educação, vol. X, n.º 1. Departamento de Educação da FCUL.
- FORMOSINHO, J. (1987) O Currículo Pronto-a-vestir de Tamanho Único. In *O Insucesso escolar em questão*. Cadernos de análise Social da educação. Braga: Universidade do Minho.
- FORMOSINHO, J., MACHADO, J. (2000). “A Administração das Escolas no Portugal Democrático”. In FORMOSINHO, J., FERREIRA F., MACHADO, J. *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: ASA Editores II, S.A.
- FREITAS, V. (2001). Novos currículos para o sucesso educativo. In Freitas, V. et al. *Gestão Flexível do Currículo – Contributos para uma reflexão crítica*. Lisboa: Texto Editora.
- FULLAN, M. (2003). *Liderar numa Cultura de Mudança*. Porto: ASA Editores, SA.
- GHIGLIONE, R. e MATALON, B. (2001). O Inquérito. Teoria e Prática. Oeiras: Celtas.
- GIMENO, J. (1988). El Curriculum: una reflexión sobre la práctica. Madrid: Morata.
- GOODSON, I. (1997). *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa.
- HALL, R. (1982). *Organizações – Estrutura e Processos*. Rio de Janeiro: Editora Prentice – Hall, do Brasil, Lda.



- HARGREAVES, A. (1998). Os Professores em Tempos de Mudança – O Trabalho e a Cultura dos Professores na Idade Pós-Moderna. Amadora: Editora McGraw-Hill de Portugal.
- LEITE, C. (2000). Projeto educativo de escola. Projeto curricular de escola. Projeto curricular de turma. O que têm de comum? O que os distingue? (texto policopiado).
- LEITE, C., GOMES, L., FERNANDES, P. (2001). Projetos Curriculares de Escola e de Turma – Conceber, gerir e avaliar. Porto: ASA Editores II, S.A.
- LEITE, C. (2003). “Para uma Escola Curricularmente Inteligente”. Porto: ASA Editores, S.A.
- LIMA, L. (1998). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Um Estudo de Escola Secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Centro de Estudos em Educação e Psicologia.
- MORGADO, J. C. (2000). A (des)construção da autonomia curricular. Porto: edições ASA, SA.
- NÓVOA, A (Coord.), (1992 a.). As Organizações Escolares em Análise. Lisboa: Instituto da Inovação Educacional.
- NÓVOA, A. (1992 b.) Para uma Análise das Instituições Escolares. In Nóvoa, A (Coord.). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Instituto da Inovação Educacional, Publicações D. Quixote, Temas de Educação 2.
- PACHECO, J. A. (1996). Currículo: teoria e prática. Porto: Porto Editora.
- PACHECO, J. A, MORGADO, J. C. (2002). Construção e avaliação do Projeto Curricular de Escola. Porto: Porto Editora.
- PACHECO, J.A. (2002). Critérios de avaliação na escola. In ABRANTES, P., ARAÚJO, F. (coord.) (2002). *Avaliação das Aprendizagens – Das conceções às práticas*. Lisboa: Ministério da Educação / Departamento da Educação Básica.
- RIBEIRO, A. (1995). Desenvolvimento curricular. Lisboa: Texto Editora.
- ROLDÃO, M. C. (1995). O Diretor de Turma e a Gestão Curricular. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ROLDÃO, M. C. (1999a). Os Professores e a Gestão do Currículo – Perspetivas e Práticas em Análise. Porto: Porto Editora.
- ROLDÃO, M.C. (1999b). Gestão Curricular: Fundamentos e Práticas. Lisboa: ME / DEB.
- ROLDÃO, M. (2001). Currículo e políticas educativas: tendências e sentidos de mudança. In Freitas, V. *et al. Gestão Flexível do Currículo – Contributos para uma reflexão crítica*. Lisboa: Texto Editora.
- ROLDÃO, M. C. (2003). Diferenciação curricular revisitada – conceito, discurso e práxis. Porto: Porto Editora.
- SALINAS, Dino. (2000) La Planificación de la Enseñanza: Técnica, Sentido Común o Saber Profesional? In Angulo, J.F. e N. Blanco (2000). *Teoría y Desarrollo del Currículo*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- STENHOUSE (1987). *Investigación y desarrollo del currículum*. Madrid: Morata.
- TYLER, R. W. (1976). *Princípios Básicos de Currículo e Ensino*. (3.ª ed.)Porto Alegre: Globo.
- UNESCO. Relatório Jacques Delors (2000). Os Quatro Pilares da Educação. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- ZABALZA, M. (1992). *Do Currículo ao Projeto de Escola*. In Canário, R. *Inovação e Projeto Educativo de Escola*. Lisboa: Educa.
-

LEGISLAÇÃO

- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar. Estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho - Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.
- Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto - Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto - Procede à regulamentação dos cursos científico-humanísticos, a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, designadamente dos cursos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e de Artes Visuais, tomando como referência a matriz curricular-base constante do anexo VI do mesmo Decreto-Lei. Define ainda as regras e procedimentos da conceção e operacionalização do currículo dos cursos previstos, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Portaria n.º 278/2023, de 8 de setembro - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, que regulamenta os cursos científico-humanísticos a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual.
- Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto (Cursos Profissionais de Nível Secundário) – Procede à regulamentação dos cursos profissionais.
- Despacho n.º 6944-A/2018 - Homologação das Aprendizagens Essenciais do Ensino Básico.
- Despacho n.º 8476-A/2018 - Homologação das Aprendizagens Essenciais do Ensino Secundário.
- Despacho Normativo n.º 10-A/2018 - Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória.
- Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário.



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, determinando a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para lecionar Inglês no 1.º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento.
 - Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto - Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.
 - Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho - Define a estrutura curricular dos ensinos básico e secundário, a organização e gestão dos currículos, avaliação de conhecimentos e capacidades.
 - Portaria n.º 644-A/2015 - Diário da República n.º 164/2015, 3.º Suplemento, Série II de 2015-08-24 - Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro - Define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).
 - Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho - Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.
 - Ofício Circular n.º 17/DSDC/DEPEB/2007, de 17 de outubro, da DGIDC - Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar.
 - Circular n.º 4/DGIDC/DSDC/2011 - Avaliação na Educação Pré-Escolar.
 - Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de agosto - Perfil Específico do Desempenho Profissional do Educador de Infância.
 - Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar.
 - Despacho n.º 5908/2017 – Projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário.
 - Estatuto da Carreira Docente (ECD).
 - Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho - Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.
 - Despacho Normativo n.º 10-B-2018 - Estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.
 - Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho - Altera as regras de adaptação do processo de avaliação no âmbito do regime jurídico da educação inclusiva e as regras relativas ao processo de avaliação externa de aprendizagens.
 - Despacho n.º 8285/2026 de 1 de julho - Estabelece as normas de funcionamento do Desporto Escolar para o ciclo de implementação 2026-2028, no âmbito da Estratégia Nacional para o Desporto Escolar 2026-2036.
 - Despacho Normativo n.º 7/2026, de 14 de abril - Procede à quinta alteração ao Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, com a redação dada pelo Despacho Normativo n.º 2-B/2025, de 21 de março, que estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos.
 - Despacho Normativo n.º 16/2019 de 04 de junho - Alteração ao Despacho Normativo n.º 10-A/2018 - Constituição de turmas.
-



Projeto Educativo AEHS 2026-2029

- Decreto-Lei n.º 95/2025, de 14 de agosto - Regulamenta a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, restringindo a utilização de dispositivos eletrónicos de comunicação móvel com acesso à Internet no espaço escolar pelos alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico.
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025 - Aprova a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, enquanto referencial da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento.
 - Decreto-Lei n.º 113/2025, de 23 de outubro - Altera o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, com vista a reforçar o papel da educação para a cidadania na formação integral dos alunos através da valorização da componente de Cidadania e Desenvolvimento.
 - Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro - Estabelece normas destinadas a garantir o apoio aos alunos cuja língua materna não é o Português.
-